

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

EVELYNE MARIA TOTTI RIBEIRO

**AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VARGINHA
(2009 A 2013)**

VARGINHA/MG
2014

EVELYNE MARIA TOTTI RIBEIRO

**AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VARGINHA
(2009 A 2013).**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e sociedade. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Staub Mafra.

Varginha/MG
2014

Ribeiro, Evelyne Maria Totti.

Agricultura familiar, mercados e políticas públicas : o programa de aquisição de alimentos no município de Varginha (2009 a 2013) / Evelyne Maria Totti Ribeiro. - 2014.

123 f. -

Orientador: Luiz Antonio Staub Mafra

Dissertação (mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2014.

Bibliografia.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas – Agricultura familiar.
I. Mafra, Luiz Antonio Staub. II. Título.

CDD: 338.1098151

EVELYNE MARIA TOTTI RIBEIRO

**AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VARGINHA
(2009 A 2013)**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, campus de Varginha. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em:

Professor Dr. Luiz Antonio Staub Mafra

Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:



Professor Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG

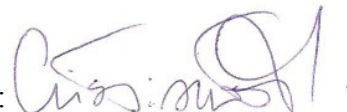
Assinatura:



Professor Dr. Cristiano Fonseca Monteiro

Instituição: Universidade Federal Fluminense - UFF

Assinatura:



AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a doce Virgem Maria pelas bênçãos concedidas durante todas as etapas do mestrado.

Ao corpo docente e ao corpo administrativo da Universidade Federal de Alfenas que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta pesquisa. Em especial à equipe do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade – PPGPS pelos exemplos, debates e transmissão do conhecimento sem o qual a pesquisa não poderia ter sido realizada.

Ao professor Luiz Antônio Staub Mafra pelas orientações, experiências e valiosíssimos ensinamentos durante minha formação.

Aos colegas da primeira turma de mestrado em Gestão Pública e Sociedade por todas as discussões, histórias e momentos compartilhados que foram imprescindíveis para a consolidação deste trabalho.

A todos aqueles que gentilmente cederam um pouco de seu tempo para a realização das entrevistas.

Aos colegas do Instituto Mineiro de Agropecuária pelo respeito e compreensão, principalmente nos momentos que exigiram maior distância do local de trabalho.

Aos meus pais pelo amor incondicional.

Às minhas queridas irmãs pelo carinho, interlocução e incentivo durante a realização de todas as etapas do mestrado. E também às irmãs do coração Edilaine e Patrícia.

À Livinha pelas horas de estudo e café compartilhadas.

Ao Alex pelas pontuações, conselhos e também pela torcida.

A todos os demais familiares que à sua maneira souberam contribuir.

À amizade de Tânia e Valéria que tornaram a trajetória bem mais leve e alegre.

Ao Jaderson pelo amor e paciência.

Aos amigos de perto e de longe que contribuíram com gestos, palavras ou simplesmente por saberem escutar com respeito e carinho.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema as relações que a agricultura familiar estabelece com os mercados e o papel das políticas públicas nesse processo, sendo o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA o principal objeto de estudo. A escolha do PAA deve-se ao fato do programa não se caracterizar como uma política meramente assistencialista. É um programa com múltiplas facetas, tem o interesse duplo de fortalecer a agricultura familiar, mantendo-a no campo, valorizando suas tradições, melhorando sua renda, estimulando relações de produção e consumo locais e, ao mesmo tempo, abastecer a rede socioassistencial da região em que é operacionalizado. Para melhor compreender estas questões foi realizado um estudo de caso sobre o PAA no município de Varginha com o objetivo geral de analisar como o PAA contribui para o fortalecimento das relações de mercado e para a inserção da agricultura familiar em diferentes redes de comercialização na microrregião de Varginha. A coleta de dados do trabalho empírico ocorreu em duas etapas, na primeira os dados foram obtidos através de pesquisa documental e na segunda etapa através de entrevistas em profundidade direcionadas aos agricultores familiares ativos no PAA Varginha. A elaboração do roteiro de perguntas que direcionou as entrevistas foi precedida pela construção de três categorias analíticas que nortearam a articulação das perguntas e posteriormente fundamentaram a interpretação final dos dados. As categorias criadas foram Segurança alimentar e nutricional, Inclusão econômica e social da agricultura familiar e Fortalecimento de circuitos locais de comercialização. Os dados coletados foram analisados através do método Análise de Conteúdo Categórica proposto por Bardin (2011). Para a realização da análise dos dados foram criadas três subcategorias para cada uma das categorias analíticas mencionadas anteriormente. Através do estudo de caso constatou-se que em Varginha o PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e para sua inserção no mercado à medida que incentiva que os beneficiários fornecedores a ampliem e diversifiquem a produção familiar. Além disso, o programa tem contribuído nesse município para melhorar a renda dos agricultores que passam a investir na infraestrutura da propriedade e também na produção de alimentos, com maior capacidade de investimento são capazes de procurar novos mercados regionais. Saliente-se que o próprio PAA Varginha apresenta-se como uma nova rede de comercialização que mantém outras redes como a do café, por exemplo, diagnosticada como a principal rede de comércio dos agricultores envolvidos na pesquisa.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. PAA. Redes' de comercialização.

ABSTRACT

This dissertation approaches the relationship established by family-farming with the market and the role of public policies in this process in the light of the Food Acquisition Program (FAP), the core object of this study, which was chosen due to its non-handout policy profile. FAP is a multi faceted program that intends to reinforce the family agriculture by keeping families farming, valorizing their tradition, improving their income, stimulating the interaction between production and local consumption while supplying the social aided region net where the program is managed. To understand better those questions it was conducted a case study about the FPA in the county of Varginha in order to analyze how FPA contributes to both consolidate market relations and inserting family-farming in different commercialization nets in the Microregion of Varginha. Data collection of empirical work occurred in two stages, the first data were obtained through desk research and in the second phase by depth interviews directed to active farmers in PAA Varginha. The preparation of the questions guide which guided the interviews was preceded by the construction of three analytical categories that oriented the articulation of the questions and later validated the final interpretation of the data. The categories created were food and nutrition safety, family-farming economic and social inclusion and Strengthening of local marketing channels. The collected data were analyzed using the method of Categorical Content Analysis proposed by Bardin (2011). To perform the data analysis three subcategories were created for each of the analytical categories previously mentioned. Through the case study it was found that in Varginha, PAA contributes to the strengthening of family-farming and its insertion into the market, considering that it encourages the beneficiary suppliers to enlarge and diversify the family production. Beyond that, the program has contributed to the county to improve the income of the family-farmers who started to invest in the infrastructure of their property and also in food production, by increasing their investment capacity they will be able to look for new regional markets. Note that PAA Varginha presents itself as a new marketing network that keeps other networks like coffee, for instance, diagnosed as the main trading network of farmers involved in the research.

Key words: Family Agriculture. Family-farming. Public policies. FPA (PAA). Marketing networks.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Organização do trabalho	65
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Produtos adquiridos (em percentuais) na modalidade Compra com Doação Simultânea / executor município, no ano de 2009	42
Gráfico 2-	Agricultores fornecedores do PAA Varginha, segundo a idade (2013)	64
Gráfico 3-	Composição das unidades familiares dos agricultores fornecedores PAA Varginha	64
Gráfico 4-	Tamanho dos estabelecimentos rurais (em hectares) dos agricultores fornecedores PAA Varginha	67
Gráfico 5-	Forma de ocupação dos agricultores fornecedores do PAA Varginha sobre as propriedades rurais	68
Gráfico 6-	Principais cultivos das propriedades rurais dos agricultores fornecedores do PAA Varginha	69
Gráfico 7-	Produção de café dentre os agricultores fornecedores do PAA Varginha ...	70
Gráfico 8-	Tempo de participação no PAA	71
Gráfico 9-	Principais produtos fornecidos ao PAA Varginha	77
Gráfico 10-	Tempo de entrega dos produtos no PAA Varginha	78
Gráfico 11-	Redes de comercialização dos beneficiários fornecedores entrevistados PAA Varginha	81
Gráfico 12-	Principal fonte de renda das unidades familiares	82
Gráfico 13-	Preço dos produtos no PAA Varginha em comparação aos outros locais de comercialização dos agricultores entrevistados	87
Gráfico 14-	Principais melhorias que podem ocorrer no PAA Varginha	88
Gráfico 15-	Expectativa de comércio dos beneficiários fornecedores entrevistados caso o PAA não fosse operacionalizado em Varginha	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Legislação que regulamenta o PAA – Ano 2014	36
Quadro 2-	Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – Ano 2014	39
Quadro 3-	Entrevistas realizadas na sede do PAA	51
Quadro 4-	Categorias e subcategorias analíticas	53
Quadro 5-	Definição das subcategorias estabelecidas para Segurança Alimentar e Nutricional	54
Quadro 6-	Definição das subcategorias estabelecidas para inclusão econômica e social da agricultura familiar	54
Quadro 7-	Definição das subcategorias estabelecidas para fortalecimento de circuitos locais de comercialização	54
Quadro 8-	Recursos financeiros gastos pelos entes conveniados durante o primeiro convênio de execução do PAA Varginha	58
Quadro 9-	Limites para pagamento dos beneficiários fornecedores	60
Quadro 10-	Unidades familiares distribuídas por município	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com menos de 10ha, segundo regiões e Brasil, 1970/1975	32
Tabela 2- Locais de comercialização dos beneficiários fornecedores do PAA Varginha.	80
Tabela 3- Investimentos dos recursos financeiros obtidos no PAA em percentuais	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	-	Agricultura Familiar
COMSEA	-	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	-	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	-	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	-	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPHA	-	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	-	Ministério da Educação
MESA	-	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MF	-	Ministério da Fazenda
MPOG	-	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NSE	-	Nova Sociologia Econômica
PAA	-	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	-	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	-	Produto Interno Bruto
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
PNSAN	-	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPGPS	-	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEHAD	-	Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social
SISAN	-	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPAA	-	Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos
SNCR	-	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.1	MERCADOS AGROALIMENTARES: ESPAÇOS PERMEADOS POR RELAÇÕES SOCIAIS COMPLEXAS	24
2.1.1	Imersão da agricultura familiar em mercados alternativos	26
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DE CONSIDERAR CONTEXTOS REGIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	31
2.2.1	O Programa de Aquisição de Alimentos e suas contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
4	O PAA NO CONTEXTO LOCAL: GESTÃO DA POLÍTICA E O ACESSO DOS BENEFICIÁRIOS	56
4.1	IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA EM VARGINHA	56
4.2	PESQUISA DE CAMPO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
4.2.1	Características do público beneficiário fornecedor ao PAA Varginha	63
4.2.2	Segurança alimentar e nutricional	71
4.2.3	Inclusão econômica e social da agricultura familiar	79
4.2.4	Fortalecimento de circuitos locais de comercialização	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICES	109

1 INTRODUÇÃO

Segundo Veiga (2003), a valorização do setor patronal em detrimento do familiar no processo de formulação de políticas públicas e a modernização da agricultura fizeram com que muitos agricultores familiares abandonassem o campo. Para Wanderley (1996), quem permaneceu foi deixando de lado suas tradições, a diversidade de cultivos, a construção de um patrimônio familiar, não restrito à matéria, que passa de geração em geração. Muitos aderiram à especialização da agricultura acreditando que só assim seria possível conseguir espaço dentro do mercado que passou a ter o uso de tecnologias como diferencial competitivo.

Ocorre que a dedicação a um único cultivo e o abandono das técnicas e costumes tradicionais precarizaram o acesso dos agricultores familiares ao mercado uma vez que a modernização da agricultura apresenta-se como um processo desigual. É preciso pensar que à medida que a agricultura familiar se apropria de novas tecnologias as grandes indústrias alimentícias estão se apropriando de um arsenal maior de recursos tecnológicos devido ao capital que possuem.

Para Wilkinson (2008), o ambiente de concorrência dos mercados, sob forte domínio da grande indústria agrícola e das exigências organizacionais e gerenciais (preços, boas práticas de fabricação, introdução de critérios de qualidade privada, quantia mínima de produtos fornecidos por um agricultor, estrutura logística), contribui para a precarização das relações de mercado estabelecidas pela agricultura familiar, no sentido de que sem recursos financeiros para investir não é possível atender as exigências estabelecidas.

Não é possível que famílias permaneçam no campo se não há retornos econômicos de todo o trabalho realizado por elas, a garantia de comercialização do que é produzido influencia diretamente a qualidade de vida do homem do campo, seu desenvolvimento e permanência no meio rural.

Para Wanderley (1996), garantir esse espaço para a agricultura familiar no mercado depende muito mais da valorização de suas características do que tentar tornar o segmento uma mini agricultura patronal, com os mesmos valores, as mesmas metas, diferenciando-se dos demais setores agrícolas apenas pelo tamanho do espaço em que produzem. A referida autora aponta que agricultura familiar não é sinônima de agricultura

pequena. De fato possui espaços reduzidos para produzir (os agricultores entrevistados para a presente pesquisa, por exemplo, muitos não ocupam nem mesmo um módulo fiscal¹), porém, destaca-se que não é o tamanho do território que ocupa que a define, sua característica marcante está na relação que estabelece entre família, produção e trabalho, na relação que cria com a terra, com o local onde vive.

O modo de produção familiar com todas as suas tradições de trabalho artesanal e sustentabilidade, adquire valor de mercado em economias locais, os produtos são personalizados, imprimem a marca do agricultor. Além disso, as relações sociais que estabelece com os demais atores envolvidos contribuem para o sucesso das relações econômicas. A valorização dessas características e a consequente inserção no mercado podem ser alavancadas mediante políticas públicas específicas que considerem as particularidades do segmento em questão e que tenham muito claramente em suas diretrizes que é preciso fortalecer a base do sistema produtivo da agricultura familiar, a diversidade de cultivos e o envolvimento da família no trabalho do estabelecimento rural.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pela Lei 10.696/03, é parte integrante de uma política pública que começa a se esboçar especificamente para a agricultura familiar, visa combater a pobreza rural auxiliando nas relações que a agricultura familiar estabelece com o mercado. Tem potencial para fazer com que agricultores passem de alvo das políticas públicas para protagonistas do mercado local, gerando renda e desenvolvimento rural para a região em que atuam. Tal potencial deve-se ao fato do programa não representar um mero processo de transferência de renda para a agricultura familiar, está centrado na atividade produtiva desses agricultores.

A problemática inicial desta pesquisa é como o PAA contribui para o fortalecimento das redes de comercialização protagonizadas por agricultores familiares, especialmente, como este processo ocorre na área de abrangência do PAA de Varginha.

Ao determinar como problema de pesquisa “Como o PAA contribui para o fortalecimento das redes de comercialização protagonizadas por agricultores familiares?” já se

1

Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município conforme tipo de exploração da terra e condições geográficas da localidade. A definição do módulo fiscal serve de parâmetro para classificação de um imóvel rural quanto ao tamanho. Conforme Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, uma pequena propriedade é um imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.

deduz que o PAA contribui para o fortalecimento dessas redes, além disso, pressupõe-se que se tais redes necessitam ser fortalecidas é porque são frágeis e, em alguma medida, os agricultores familiares encontram dificuldades para comercializar o que produzem. Em outras palavras, o presente estudo parte do pressuposto básico de que o PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e suas relações de mercado, inclusive o referencial teórico exposto nas seções seguintes corrobora com esta ideia, o que se quer saber é como tal processo ocorre.

O objetivo geral da presente pesquisa consiste então em analisar como o Programa de Aquisição de Alimentos contribui para o fortalecimento das relações de mercado e para a inserção da agricultura familiar em diferentes redes de comercialização na microrregião de Varginha². Desse objetivo principal desdobram-se os seguintes objetivos específicos: 1) caracterizar o processo histórico da implantação do PAA no município de Varginha; 2) traçar o perfil do agricultor familiar fornecedor de alimentos ao PAA na microrregião de Varginha; 3) identificar as principais redes de comercialização nas quais os agricultores familiares ativos³ no PAA estão inseridos, suas fragilidades e as possibilidades de fortalecimento.

A grande maioria de estabelecimentos rurais brasileiros, cerca de 84%, são estabelecimentos rurais familiares, conforme os parâmetros expressos na Lei 11.326/06. Além de a representação numérica ser bastante significativa, os alimentos produzidos por este segmento são predominantemente direcionados ao mercado interno para compor a cesta básica dos brasileiros, fazendo com que, em grande medida, esses alimentos sejam responsáveis pela segurança alimentar e nutricional do país (IBGE, 2006).

A seleção do PAA como objeto de estudo deve-se ao fato do programa representar uma ferramenta de combate à pobreza no campo que, ao mesmo tempo, visa assegurar alimentação de qualidade às populações vulneráveis direcionando os alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar para entidades sociais e estabelecimentos públicos.

Uma particularidade interessante sobre o PAA é que este aquece mercados regionais compostos por agricultores familiares, mas não o faz sob a perspectiva do favor ou

² Entende-se por microrregião de Varginha a área de abrangência do Programa de Aquisição de Alimentos operacionalizado nesse município: Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Três Pontas, Três Corações e Varginha.

³ Considera-se ativos os agricultores que estiverem entregando alimentos ao PAA durante o período de realização da pesquisa empírica.

como um mero processo de transferência de renda, está centrado na atividade produtiva e pode contribuir com a emancipação e autonomia dos agricultores beneficiários.

Em suma, a agricultura familiar historicamente tem ficado à margem do processo de desenvolvimento, o PAA enquanto ferramenta criada especificamente para atender às necessidades desses produtores, representa uma política pública que visa o fortalecimento da agricultura familiar, sua função vai além da simples compra de produtos hortigranjeiros, pois visa, sobretudo, fortalecer as relações da agricultura familiar com o mercado.

Para consecução dos objetivos deste trabalho o presente texto apresenta no tópico 2 a construção do conceito de agricultura familiar. Os tópicos 2.1 e 2.1.1 expõem as relações que o segmento em questão estabelece com o mercado, a imersão das relações econômicas em relações sociais. A seguir o tópico 2.2 faz uma breve contextualização sobre a trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil e o 2.2.1 aborda o PAA, suas especificidades, limites e potencialidades.

O item 3 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados. Esta é uma pesquisa qualitativa na qual foi realizado um estudo de caso sobre o PAA no município de Varginha. Os dados foram coletados através de análise documental e entrevistas em profundidade.

O item 4 expõe e discute os dados coletados. Por fim, o item 5 faz as considerações finais deixando em relevo a importância de pesquisas futuras que se dediquem a temas correlatos a este trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este tópico aborda sucintamente as consequências do processo de modernização da agricultura sobre este segmento e como os agricultores familiares se firmaram como sujeitos políticos na década de 1990 e põe em foco a questão do acesso dos agricultores aos mercados e da importância de políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

Para Schneider (2010, p. 515), “tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade”.

De fato a agricultura familiar não é uma categoria recente, Wanderley (1996, p. 2) define um conceito genérico para a categoria como sendo “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Para a referida autora, a principal marca da agricultura familiar é então a associação entre família, produção e trabalho, tal associação determina como ela age econômica e socialmente.

Wanderley (1996, p. 4) considera a estrutura produtiva família-produção-trabalho como “a capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco que, mesmo sem estar disponíveis no mercado de trabalho se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar, em razão desta mesma comunidade doméstica de interesses”, ou seja, a atividade econômica não é movida por interesses individuais, mas sim pelos interesses compartilhados entre os membros da família.

Essa conceituação teórica sobre a agricultura familiar, desenvolvida muito antes do conceito jurídico-legal dos moldes atuais (Lei 11.326/06), abarca a agricultura camponesa, agricultura de subsistência, pequena agricultura, sendo o campesinato a categoria mais expressiva. Duas são as características marcantes que o definem: a policultura-pecuária como base do sistema produtivo e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

A diversidade da produção garantida pelo sistema policultura-pecuária garantia o autoconsumo das famílias, renda durante todo o ano (sazonalidade) e ainda que os agricultores não ficassem expostos a intempéries, pragas, etc., riscos do plantio de apenas uma cultura. De qualquer modo, apesar de vantajoso para os camponeses, a policultura-pecuária

obviamente não elimina por si só a possibilidade de crises, miséria ou outras situações emergenciais que podem acometer os agricultores.

Já a centralidade da constituição do patrimônio familiar consiste na reprodução do modo familiar em gerações futuras. Não basta garantir o sustento da família apenas no tempo presente, mas também assegurar que o modo de vida rural e familiar não se extinguirá. Para tanto os camponeses valorizam a tradição e o saber transmitido de geração em geração.

É preciso insistir que o conceito de agricultura camponesa, por vezes tratado como sinônimo do conceito de agricultura familiar, é na verdade um caso particular desta não podendo ser equiparado aos outros casos particulares como a agricultura de subsistência ou pequena agricultura. Lamarche (1994, p. 270 *apud* WANDERLEY, 1996, p. 6) bem expressa essa ideia quando diz que “[...] se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”.

Nesse sentido de que a categoria não se reduz ao fato de ser pequena e que há arraigado o desejo de transmitir o patrimônio familiar para gerações futuras, pode-se dizer que a agricultura familiar tem dimensões reduzidas para produzir e menos recursos financeiros para investir, entretanto, não é a condição de pequenos que os define, “[...] não é sua dimensão que determina sua natureza e sim suas relações internas e externas [...]”. (WANDERLEY, 1996, p. 6).

Abramovay (1998)⁴ enfoca a agricultura familiar como importante ator econômico, com tal dinamismo técnico e capacidade de inovação que a torna protagonista do novo paradigma de desenvolvimento agrário que propõe em seus estudos.

O conceito adotado na presente pesquisa enfatiza que o segmento em questão é portador de características (diversidade produtiva, centralidade na construção de um patrimônio familiar) que, se potencializadas, podem ser propulsoras de desenvolvimento local.

Ploeg (2008, *apud* SABOURIN, 2009, p. 4) traz seis características marcantes da agricultura camponesa moderna, são elas:

⁴ A obra de Ricardo Abramovay “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”, escrita originalmente em 1992, é marco referencial dos estudos sobre agricultura familiar no Brasil.

[...] uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Nas sociedades modernas ocorreram diversos processos de transformação no campo cujos impactos fizeram com que a agricultura familiar se distanciasse do que a define, o que houve foi a tentativa fracassada de incorporar as transformações do processo de modernização da agricultura dos anos 1970 e 1980. Fracassada porque privilegiou alguns setores agrícolas em detrimento de outros como os agricultores familiares, o processo de modernização não atingiu o segmento com a plenitude necessária para lhe trazer melhores condições de trabalho. Em contrapartida, houve uma parcela de agricultores familiares que, motivados pelo processo de modernização optaram pela especialização agrícola a fim de competir no mercado local. Ocorre que nesse processo os agricultores acabaram perdendo boa parte da autonomia que dispunham com seu sistema diversificado e tradicional de produção.

Para Bianchini (2000) as ações de modernização da agricultura não incorporaram todo o segmento agrícola porque negligenciaram as características e as especificidades dos contextos regionais, dos “tipos” de agricultura presentes na sociedade. Com a ideia de que “o espírito empreendedor e inovador seria suficiente para promover a adoção de novas tecnologias de forma universal” somente a fração de agricultores patronais foi beneficiada (BIANCHINI (2000, p. 81).

Como consequências desse processo, Wanderley (1996) aponta o esvaziamento dos campos e a precariedade das estruturas produtivas que os agricultores antes dispunham. Para conseguir espaço no mercado os agricultores familiares foram aos poucos aderindo ao processo de especialização da agricultura, abandonaram a policultura e a construção do patrimônio familiar foi seriamente prejudicada, ocorre que foram inúmeras as derrotas destes agricultores neste campo de ação e o que restou foi

[...] submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho do sítio ou completar a renda trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente (WANDERLEY, 1996, p. 9).

Muitas vezes o trabalho externo, aquele exercido além do trabalho na propriedade rural, seja em meio rural ou urbano, tornou-se uma necessidade estrutural, o meio de conseguir se manter no campo (WANDERLEY, 1996).

Segundo Wanderley (1996) outras consequências foram o aumento da pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e êxodo rural. Para a sociedade também foi maléfico na medida em que contribuiu para a degradação ambiental.

É a partir da percepção das consequências negativas da modernização que se inicia o debate sobre desenvolvimento rural sustentável e na efervescência desse debate é que a agricultura familiar se firma como sujeito político, como “modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira” (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Para Gehlen (2004) este segmento apresenta-se como um grupo social bem definido, não é apenas um modo de produção, mas um modo de vida que, tende a priorizar ações sustentáveis, de preservação do meio ambiente e um conhecimento técnico milenar, herdado de seus antepassados.

Estudos realizados em conjunto pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA são marcos referenciais para a definição de agricultura familiar como é conhecida hoje. Ficou estabelecido como consenso que o universo familiar é aquele onde a direção dos trabalhos na propriedade é exercida pelo próprio agricultor familiar e o trabalho familiar é superior ao trabalho assalariado.

Adicionalmente, foi estabelecida uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Tal limite teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia que dispõe (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p. 11).

A partir dos estudos da FAO/INCRA, Bianchini (2000) expõe a agricultura familiar como aquela onde há:

Predomínio do trabalho familiar no estabelecimento agropecuário, e que é completado pela existência de uma forte correlação entre gestão, trabalho e posse total ou parcial dos meios de produção, a presença de sistemas de produção

diversificados, de renda agrícola monetária e de autoconsumo, e a pluriatividade (BIANCHINI, 2000, p. 82).

Juridicamente, a agricultura familiar é definida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, aprovada em 2006. Com base nos preceitos desta lei, considera-se agricultor familiar todo aquele que pratica atividades no meio rural sem deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, e tenha um percentual mínimo da renda familiar oriunda das atividades econômicas desenvolvidas com mão de obra da própria família em seu estabelecimento rural.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, censo de 2006⁵, existiam 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que equivale a 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Entretanto, a área ocupada por estes estabelecimentos representa apenas 24,3% da área total, demonstrando assim uma estrutura agrária ainda muito concentrada (IBGE, 2006).

Apesar da área cultivada pelos agricultores familiares ser significativamente menor “a agricultura familiar é, mesmo que parcialmente, responsável por garantir a segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno” (IBGE, 2006, p. 20). Os principais produtos da cesta básica do brasileiro provêm, em grande medida, da agricultura familiar, dentre eles arroz, feijão, mandioca, milho, trigo, café, leite e carnes. Também fornece alimentos para merenda escolar das escolas públicas⁶, equipamentos públicos e entidades não governamentais através de doações feitas pelo PAA.

Mesmo assim, no início do século XXI, os índices de pobreza rural eram bem maiores se comparados à pobreza existente no meio urbano. Além disso, o cenário brasileiro é marcado por dar maior ênfase e incentivos à agricultura patronal. Isto se deve, segundo a

⁵ O Censo Agropecuário de 2006 é o primeiro, e até o momento de realização desta pesquisa em 2014 é também o único, que inclui a agricultura familiar nas estatísticas oficiais diferenciando-a dos demais agricultores.

⁶ O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE prevê a compra pelo governo federal de alimentos oriundos da agricultura familiar e os destina à merenda de escolas públicas. O repasse das verbas da União aos estados e municípios é automático, ou seja, não é necessária formulação de convênio, contrato ou qualquer outro instrumento jurídico. Se houver um acordo entre Estados e municípios, a responsabilidade da merenda escolar das escolas públicas estaduais pode ser delegada aos municípios. Sendo assim, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, através do PNAE, repassa a verba destinada às escolas diretamente aos municípios, para que os alimentos sejam adquiridos. Informações detalhadas e legislações que regulamentam o programa estão disponíveis em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>>. De qualquer forma, tanto escolas municipais como estaduais podem receber produtos provenientes da agricultura familiar.

visão de Veiga (2000, p. 175), a “uma herança histórica cuja marca essencial foi o desprezo e a intolerância pelas formas familiares de propriedade e uso da terra”.

Um dos caminhos para fortalecer e desenvolver o rural é a ampliação das relações mercantis estabelecidas pelos agricultores familiares e formulação de políticas públicas que considerem as particularidades desses agricultores.

Para Lamarche (1993 *apud* VIEIRA; VIANA 2007?) muitos agricultores estão “desaparecendo” pelas dificuldades encontradas para comercializar seus produtos, além disso, muitos perderam seu patrimônio sócio-cultural que poderia ser utilizado para encontrar soluções alternativas de acesso aos mercados. As questões referentes aos mercados agroalimentares serão esmiuçadas nas seções 2.1 e 2.1.1.

Em resumo, a trajetória histórica da agricultura familiar aqui brevemente apresentada demonstra que os agricultores familiares têm particularidades que os definem, a ideia de agricultor familiar não se resume no conceito de pequeno agricultor, mas considera as relações que estabelece com o local onde vive, suas tradições, a diversidade da produção agrícola e sua capacidade de reprodução entre gerações. O processo de modernização, a incorporação de novas tecnologias no campo fez com que muitos desses agricultores abandonassem seu “modo de vida”, e aderissem ao processo de especialização agrícola a fim de que pudessem ter algum espaço no mercado. Ocorre que essa modernização acarretou inúmeras fragilidades ao segmento. Mas, o reconhecimento de que a categoria representa um modelo de desenvolvimento para os demais setores agrícolas emergiu como consequência do debate sobre desenvolvimento sustentável da década de 1990. Desde então urge pôr em evidência como a agricultura familiar insere-se no mercado, suas limitações e potencialidades e ainda como a elaboração de políticas públicas descentralizadas, no sentido de considerar contextos locais, pode auxiliar nesse processo de comercialização do que é produzido.

2.1 MERCADOS AGROALIMENTARES: ESPAÇOS PERMEADOS POR RELAÇÕES SOCIAIS COMPLEXAS

Conforme visto anteriormente, característica marcante da agricultura familiar é a associação em sua estrutura produtiva do tripé família-produção-trabalho. Essa característica é o que orienta a ação dos agricultores familiares no mercado, como essa ação acontece é o tema central desta seção.

Para compreender quais relações a agricultura familiar estabelece com os mercados agroalimentares, é preciso, inicialmente, entender o conceito de mercado que está sendo utilizado nesta pesquisa, está sendo considerado como espaços amplos, permeados por relações sociais complexas, espaços não restritos à compra e venda de alimentos. E, para apontar em quais desses espaços a agricultura familiar comercializa seus produtos, recorreu-se aos fundamentos teóricos da Nova Sociologia Econômica - NSE.

A sociologia econômica⁷ considera a “aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante” (SWEDBERG, 2004, p. 7). Uma das bases teóricas que estão sendo utilizadas nesta pesquisa é o estudo de Mark Granovetter.

Granovetter⁸ (2009) traz a noção de *embeddedness*, traduzido como a imersão do comportamento econômico nas relações sociais. Antes de caracterizar quais vínculos a agricultura familiar estabelece com o mercado cabe um breve parêntese sobre o que vem a ser esta imersão em relações sociais, a fim de que se possa compreender com maior clareza esses vínculos que serão esmiuçados na seção 2.1.1.

Segundo Granovetter (2009), para muitos cientistas (sociólogos, antropólogos, historiadores, cientistas políticos) a modernização fez com que os mercados rompessem com

⁷ As bases teóricas da sociologia econômica remontam aos estudos de pensadores tais como Karl Marx, Max Weber, Karl Polanyi e Joseph Schumpeter. Contudo, é um campo vasto que, com o decorrer do tempo, foi se remodelando e ganhando novos adeptos (SWEDBERG, 2004). Dentre os novos membros estão Neil Fligstein, Richard Swedberg, Charles Kirschbaum, Benoit Lévesque e Alberto Martinelli.

⁸ Os estudos de Mark Granovetter, pronunciados em 1985 - “Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão”, representam o marco da Nova Sociologia Econômica. Aliás, a própria expressão Nova Sociologia Econômica foi cunhada por Granovetter em uma conferência realizada pela Associação Norte Americana de Sociologia neste mesmo ano (SWEDBERG, 2004). Em sua obra retoma, sob nova roupagem, o conceito de *deembeddedness*, traduzido por imersão, que foi originalmente desenvolvido por Karl Polanyi em “A grande transformação”.

o restante da sociedade, tornando a economia uma esfera separada, movida basicamente por interesses individuais e não mais ligada por laços sociais ou de parentesco como antes. Já para os economistas neoclássicos, o comportamento econômico nunca teve ligação direta ou indireta com as relações sociais, mesmo antes da modernização (sociedades primitivas), essas relações sociais afetam minimamente os comportamentos racionais que, geralmente, são movidos por interesses pessoais.

O advento da modernização teria contribuído para a segregação da economia como uma esfera à parte da sociedade, com transações “[...] não mais definidas por obrigações sociais ou de parentesco, mas por cálculos racionais de ganho individual” (GRANOVETTER, 2009, p. 33).

Mas, Granovetter (2009) desenvolve seu pensamento em oposição a essas duas vertentes, as transformações econômicas decorrentes da modernização não desprenderam os comportamentos econômicos das relações sociais, além disso, o nível de imersão nestas relações sempre foi significativo.

Dentro dessa perspectiva, os mais diversos atores presentes na sociedade fazem escolhas e tomam decisões conforme o contexto social no qual estão inseridos, por isso não é possível generalizar comportamentos. O pertencimento a uma classe social ou a um segmento específico da sociedade, por exemplo, não é suficiente para concluir que todos os indivíduos em questão terão o mesmo posicionamento econômico. Toda a ação humana está imersa em um sistema de relações sociais em contínua transformação, esta imersão é responsável por alterar profundamente as relações econômicas.

Em grande parte o sucesso de uma transação econômica firma-se em uma relação de confiança entre as partes envolvidas. Mas, o ponto chave é: como obter tal confiança? Granovetter (2009) aponta a construção de estruturas em rede como a base de relações econômicas seguras e confiáveis. Nem mesmo arranjos institucionais que tornem a má-fé custosa demais através de punições, por exemplo, são tão eficazes quanto às redes estabelecidas entre os atores sociais uma vez que dispositivos institucionais podem até evitar a má-fé, mas não constroem confiança.

[...] A preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas. [...] Melhor

que a afirmação de que alguém é conhecido pela honestidade é a informação de um informante confiável que já lidou com esse indivíduo e o considerou honesto. Ainda melhor é a informação das próprias transações que foram feitas com essa pessoa no passado [...] (GRANOVETTER, 2009, p. 43).

A existência de redes permeadas por estreitas relações internas entre os atores influi decisivamente na construção da confiança em detrimento da má-fé. Contudo, não se pode idealizar uma sociedade perfeita, onde não haja espaço para a desonestidade. Primeiramente porque a imersão de que trata este estudo não é uniforme, permeia as relações econômicas em diferentes níveis, mas também porque as redes podem criar, em alguns casos, uma situação oposta, favorável à má-fé, um ambiente de “honra entre ladrões” pode vez ou outra facilitar o oportunismo (GRANOVETTER, 2009).

Sintetizando o que foi dito até agora o que Granovetter (2009) expõe é uma ligação entre relações sociais e comportamentos econômicos, sendo estes imersos naquelas.

2.1.1 Imersão da agricultura familiar em mercados alternativos

Considerando o que foi exposto na seção anterior, pode-se dizer que as relações sociais perpassam toda a vida em sociedade, e estão constantemente influenciando comportamentos, situações pensadas sem essas relações pertencem apenas à imaginação. O mercado é apresentado como um espaço não restrito aos mecanismos de preço ou à simples realização de trocas.

Estes mercados indissociáveis das relações sociais são onde, predominantemente, a agricultura familiar transita. Niederle (2009) os denomina como “mercados alternativos” com enorme potencial para gerar desenvolvimento, uma vez que são agenciados por atores locais. Esta seção detalha como se dá a ação da agricultura familiar nesse tipo de mercado.

Antes de esmiuçar o tema desta seção, vale dizer que, apesar das críticas tecidas aos mercados, em momento algum se pretendeu tratar os agricultores familiares como sujeitos independentes, segregados do mercado. Mas, ao contrário, acredita-se que o fortalecimento das redes de comercialização nas quais esses agricultores estão inseridos fortalecem também

as unidades familiares e o modo de vida rural. A crítica está direcionada aos mercados standardizados com os quais a agricultura familiar não pode competir.

Para Niederle (2009) existiriam basicamente dois tipos de mercados: de um lado, está o modelo produtivista ou tradicional, marcado pela produção de *commodities*, por “[...] processos globais, setoriais e exógenos” de desenvolvimento e, de outro lado, o alternativo ou não tradicional, onde prevalece “[...] processos locais, territorializados e endógenos” (NIEDERLE, 2009, p. 9). Ocorre que na realidade não há como delimitar tão claramente as fronteiras entre um e outro, suas distinções não são assim tão óbvias, nem ocupam polos opostos como na teoria. Na verdade, apresentam-se como modelos híbridos, concorrentes, sem preponderância para um determinado tipo de desenvolvimento (NIEDERLE, 2009). Em todo caso, sem perder de vista que a realidade é heterogênea, é necessário compreender as diferenças entre eles, a fim de que sejam delimitados os espaços de mercado da agricultura familiar.

A principal diferença entre mercado convencional e alternativo emana do conceito de imersão. O primeiro distingue-se pelas “[...] cadeias globais de *commodities*, controladas por empresas transnacionais livres de qualquer vínculo com as localidades [...]” (NIEDERLE, 2009, p. 7), é despersonalizado, reconhecido pelo *standard* de seus produtos e do modo como são produzidos. Já o segundo é formado por cadeias curtas, fortemente marcadas pelo relacionamento direto entre vendedores e compradores. É particularista, baseia-se em nichos de mercado, tem “[...] construções enraizadas⁹(*embedded*) em relações socioculturais particulares e que fazem da ligação com a localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção seus maiores apelos comerciais” (NIEDERLE, 2009, p. 7-8).

A questão da imersão nos mercados agroalimentares faz-se cada vez mais presente no debate sobre desenvolvimento rural. Afinal, considera-se que é em virtude desta imersão, traduzida pelos “[...] laços de proximidade entre atores pertencentes a uma mesma localidade [...]” (NIEDERLE, 2009, p. 17) e pela reprodução de hábitos, valores e saberes tradicionais fortemente associados ao homem do campo, que se torna possível desenvolver mercados locais.

[...] os produtos geralmente são associados de algum modo a formas de produção ou comercialização enraizadas em contextos sociais específicos, refletindo a cultura da

⁹ A expressão enraizamento é sinônima do conceito de imersão, ambas remetem ao conceito de *embeddedness* de Granovetter. Mas, como *embeddedness* é uma expressão estrangeira que não tem uma tradução exata na Língua Portuguesa, há variações em sua tradução.

região, hábitos de consumo, relações específicas com a natureza ou características de processamento artesanal (NIEDERLE, 2009, p. 17).

Sendo assim, a inserção da agricultura familiar no mercado irá ocorrer pela valorização da sociedade local de produtos que trazem consigo a marca do agricultor familiar, é o queijo de determinado agricultor que é mais gostoso, o doce artesanal de outro que não se compara a nenhum, os produtos são personalizados e por isso são valorizados. Para tanto, é imprescindível que haja estímulo público, formulação de políticas públicas que valorizem tais atributos e incentivem a policultura, a produção artesanal. Se todos os agricultores aderissem ao processo de especialização produtiva da agricultura na tentativa de inserção no mercado, a sociedade seria privada da diversidade ofertada por esses agricultores.

O funcionamento da economia consiste, essencialmente, de três processos interdependentes: produção, circulação e consumo, sendo a circulação, tida como trocas no mercado, particularmente a etapa mais importante para esta pesquisa. É preciso compreender “[...] os diferentes mecanismos sociais por meio dos quais o que tem sido produzido está sendo transmitido” (SWEDBERG, 2009, p. 167). Em outras palavras, entender como agricultores familiares têm acesso ao mercado¹⁰.

Maluf (2004) aponta para a criação de circuitos regionais de produção, distribuição e consumo, compostos por agricultores familiares, que, aparentemente, não tem condições de se manter no mercado, mas que conseguem agregar valor aos produtos e, conseqüentemente, competir com a grande indústria em mercados locais. Niederle (2009) considera que as relações sociais estabelecidas (*embeddedness*) são as responsáveis por criar as condições necessárias ao desenvolvimento econômico dos agricultores.

Em oposição a uma visão convencional e considerando os mercados como produto de construções sociais,

[...] ganham relevância elementos tais como os processos que levam à construção do próprio valor dos produtos, as relações (muitas vezes personalizadas) que se estabelecem entre os agentes econômicos (produtivos, comerciais e financeiros) e a instituição de formas associativas unindo produtores e demais envolvidos na produção e distribuição dos respectivos produtos (MALUF, 2004, p. 305).

¹⁰ Não se quer com a expressão “acesso ao mercado” transmitir a ideia de que este é um agente externo ou pré-existente à atividade agroalimentar (visão convencional) uma vez que o presente trabalho adota a concepção de mercado com produto de relações sociais, remetendo-se à ideia de *embeddedness* de Granovetter e da Sociologia Econômica.

O aspecto territorial também exerce forte influência na agregação de valor a produtos agropecuários oriundos de unidades familiares. São os próprios agricultores familiares os responsáveis pela agregação de valor aos seus produtos a partir da construção de uma identidade local que confere à produção a imagem de algo diferenciado, artesanal, típico da cultura de uma determinada região (NIEDERLE, 2009). Apenas para exemplificar, pode-se citar a tradicional produção de queijos artesanais nas regiões do Serro e da Serra da Canastra, reconhecidos como patrimônio imaterial do Brasil pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

A proximidade territorial favorece a relação entre produção e consumo uma vez que reduz os custos de transporte para distribuição dos produtos e traz aos consumidores segurança ao adquirir alimentos de origem conhecida, cujo modo de produzir é confiável e de maior qualidade. Além disso, cria um ambiente propício à formação de *clusters*, nos quais, segundo Niederle (2009, p. 306), as “[...] relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva [...]” são privilegiadas.

Tal concepção recai novamente no conceito de imersão, as relações de troca são, em grande medida, determinadas pelo relacionamento nas redes sociais existentes.

Para Niederle (2009) poder-se ia dizer que os mercados alternativos são *embedded* (imersos), já os mercados convencionais, são *disembedded* (não-imersos). Entretanto, o autor também ressalta que a realidade não é tão dicotômica quanto parece, até porque não se pode reduzir o conceito de enraizamento equiparando-o a relações de confiança mútua. A má-fé, a desonestidade e o individualismo, tecnicamente comportamentos típicos de mercados convencionais, são situações possíveis mesmo em mercados alternativos.

O campo de tensões entre mercados convencionais e alternativos pode ser ilustrado pela produção de alimentos orgânicos. Originalmente, o modo de produzir orgânico é próprio da agricultura familiar, tendo suas bases no movimento agroecológico. Entretanto, com a crescente associação desses alimentos com questões de saúde e bem estar, está ocorrendo uma apropriação por parte da grande indústria alimentícia sobre essa produção. Pouco a pouco práticas tradicionais vão cedendo espaço às regras da produção em larga escala (NIEDERLE, 2009).

Além da perda de qualidade, a problemática maior concentra-se no fato de que os agricultores familiares transformam-se em meros fornecedores de matéria-prima de indústrias

alimentícias, abdicam o saber herdado de seus antepassados, deixando de fazer o que melhor sabem. Ou então, para tentar acompanhar o processo de modernização e especialização da agricultura passam a se dedicar a apenas uma cultura, abandonam a policultura. De qualquer modo, há uma diminuição na renda e na qualidade da alimentação do agricultor.

Maluf (2004, p. 304) aponta para os prejuízos deste processo de apropriação das atividades agrícolas familiares pela grande indústria:

Uma das consequências dessa tendência tem sido o comprometimento da sobrevivência da agricultura familiar nas regiões e nas cadeias produtivas onde ela tem presença tradicional, como o demonstra a seleção que as grandes corporações promovem entre os agricultores integrados que lhes fornecem matérias prima na avicultura, na suinocultura e na pecuária leiteira.

A produção de alimentos para o mercado interno em um país com grande extensão territorial e populoso como o Brasil é ampla. Pode-se dizer que o abastecimento interno é feito em grande medida por agricultores de pequeno e médio porte. O processamento da matéria-prima em produtos agropecuários pelos próprios produtores rurais, através de pequenas agroindústrias ou associações, é a principal forma de agregar valor ao que é produzido (MALUF, 2004).

Ocorre que a precarização no processo de mercantilização do que é produzido gera a necessidade de obtenção de uma renda extra pelas famílias através de outras fontes que, na maioria das vezes, também não remuneram o suficiente. Assim, além de não obter nem o retorno financeiro desejado nem alguma melhoria na qualidade de vida, a situação conduz para que cada vez mais o homem rural se desprenda de suas raízes. Maluf (2004) aponta para o incentivo à produção agroalimentar diversificada por unidades familiares como o melhor caminho para manutenção do homem no campo em condições dignas.

Neste sentido é que são necessárias políticas públicas descentralizadas, que considerem a realidade local das famílias rurais. O subitem seguinte expressa essa ideia dando ênfase ao Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento de promoção econômica e social do homem do campo.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DE CONSIDERAR CONTEXTOS REGIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção aborda como tem ocorrido a formulação das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, ressaltando que as ações nesse campo não se resumem ao acesso a crédito, mas carecem de planejamento que considere particularidades regionais.

Historicamente, a formulação das políticas públicas agrícolas no Brasil foi marcada pela exclusão dos agricultores mais empobrecidos. Quando o progresso técnico capitalista, financiado pelo Estado, adentrou os campos através da implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR¹¹ em meados da década de 1960, não distribuiu igualmente seus benefícios. O processo de modernização da agricultura que foi estabelecido privilegiou as grandes propriedades de terra em detrimento dos pequenos agricultores e acabou por gerar “profundas alterações na estrutura produtiva e econômica do setor rural das regiões que o vivenciaram – Sudeste e Sul” (NASCIMENTO, 2005, p. 14).

Com isso, os anos das décadas de 1960 e 1970 foram marcados por intenso êxodo rural, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram áreas rurais em busca de uma vida melhor no meio urbano (NASCIMENTO, 2005).

A região Sudeste foi uma das que mais sofreu com o processo de modernização da agricultura, sendo assim foi também uma das que vivenciou mais fortemente o esvaziamento dos campos. Houve expressiva redução de pequenos estabelecimentos rurais com menos de 10 ha, conforme consta na Tabela 1 que analisa o período de 1970 a 1975.

11

O SNCR foi criado pela Lei 4.829 de 05 de novembro de 1965, que institucionaliza o crédito rural no Brasil.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos totais e de estabelecimentos com menos de 10ha, segundo regiões e Brasil, 1970/1975

REGIÕES	Estabelecimentos com menos de 10 ha			Estabelecimentos totais		
	1970	1975	Variação (%)	1970	1975	Variação (%)
Norte	108.125	150.913	9,57	261.145	337.515	29,24
Nordeste	1.503.280	1.651.325	9,85	2.206.788	2.361.047	6,99
Sudeste	311.802	280.325	-10,10	928.945	881.041	-5,16
Sul	537.803	462.448	-14,01	1.274.009	1.158.093	-9,10
Centro-Oeste	63.912	71.654	12,11	253.132	269.473	6,46
BRASIL	2.524.982	2.616.575	3,63	4.924.019	5.007.169	1,69

Fonte: SORJ (1980, p. 139-140 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 18).

Vale dizer que tal processo não excluiu formalmente os agricultores familiares, mas, na prática operacional das instituições financeiras, as concessões de crédito eram predominantemente direcionadas às transações de maior volume e menor custo, portanto, a maioria dos agricultores familiares ficava à margem da política agrícola vigente. Bittencourt (2003, p. 62 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 15) aponta que nas décadas de 1970 e 1980 “aproximadamente 80% dos estabelecimentos rurais não tiveram acesso ao crédito subsidiado, em contrapartida 1% dos tomadores do crédito (cerca de 10 mil grandes produtores) receberam cerca de 40% do total dos recursos”.

Todo este cenário marcado por uma política de Estado que favorecia apenas uma pequena parte da população rural e pela concentração do crédito nas mãos de poucos agricultores contribuiu para acentuar as diferenças existentes entre a agricultura patronal e a familiar.

Pode-se dizer que até o final dos anos de 1980 agricultores familiares não tinham perante o Estado e demais setores da sociedade o reconhecimento de suas potencialidades. Tal quadro começa a se reverter com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que insere a Agricultura Familiar - AF na agenda de formulação de políticas públicas.

Sabourin (2009, p. 15) coloca que em meados dos anos 1990 “a atitude do Estado brasileiro mudou com relação à agricultura familiar”. Como resposta às reivindicações dos Sindicatos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e da Central Única dos Trabalhadores, nesta década se inicia uma política pública específica para a agricultura familiar.

A primeira política pública vislumbrada para o segmento data de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. É um marco importante, mas, restringe-se ao aporte de crédito.

Muller (2007, p. 13) aponta que apesar de significativo, o acesso ao crédito apenas não é suficiente para gerar desenvolvimento rural, “[...] é necessário um aporte do Estado com mecanismos que melhorem a infraestrutura e o acesso aos mercados e à comercialização [...]”.

Em outras palavras, era necessário estabelecer uma política agrícola que de fato favorecesse a agricultura familiar. Para Sabourin (2007) o PRONAF, apesar de representar um avanço, beneficiou apenas os agricultores familiares mais dotados de capital.

Além disso, “nenhuma medida foi contemplada para fortalecer estratégias de autoconsumo, de venda direta ou para implementação de mercados locais de proximidade ou ainda de circuitos curtos entre produtores e consumidores” (SABOURIN, 2007, p. 723).

Para Sabourin (2007), em 1998 o Brasil iniciou uma política dualista para o setor agrícola brasileiro ao dividir as ações direcionadas para a agricultura familiar e para a agricultura patronal em ministérios diferentes. O apoio à agricultura familiar foi institucionalizado pela criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o apoio à agricultura patronal permaneceu como competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Para o referido autor,

Essa medida cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura a duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada. Essa visão foi fortalecida pela oposição cada vez mais radical, institucionalizada no seio do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva e provedora de divisas (qualificada de agronegócio por referência ao *agribusiness* americano) e uma agricultura familiar associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte (SABOURIN, 2007, p. 718).

As estatísticas oficiais, apesar de seu atraso (IBGE, 2006), desmentem a ideia de agricultores familiares incapazes e atrasados, o segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas, equivale a 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros, sendo responsável por boa parte do abastecimento alimentar interno do país.

Segundo o MDA, a produção da agricultura familiar compõe 10% do Produto Interno Bruto – PIB nacional e 33% do PIB agropecuário total.

Considerando essas questões, vale dizer que a reprodução da agricultura familiar, a preservação de suas características e seu pleno desenvolvimento através da formulação de políticas públicas específicas não se caracterizam apenas como uma necessidade dos agricultores familiares, mas devem constituir os interesses do próprio Estado.

A criação do PAA em 2003 é parte deste projeto de desenvolvimento rural que se iniciou no Brasil na década de 1990.

[...] desde a posse do governo Lula, as tensões opõem dois modelos de desenvolvimento rural: um que tem por base o apoio à agricultura familiar e camponesa, o desenvolvimento do mercado interno e a luta contra a fome; e outro cuja única prioridade é o desenvolvimento das exportações agrícolas a partir do setor capitalista e da grande propriedade (SABOURIN, 2009, p. 15).

Para Schmitt (2005) a instituição do PAA deu indícios de que as políticas para fortalecimento da agricultura familiar estavam mudando. De modo geral, o programa estabeleceu preços diferenciados para os produtos e determinou que os alimentos provenientes da agricultura familiar poderiam ser adquiridos pelos entes da federação com dispensa de licitação. Dessa forma, o Estado passou a atuar no mercado dos produtos agrícolas,

[...] exercendo não apenas um efeito regulador sobre os preços regionais, mas dando um tratamento diferenciado para os agricultores familiares, buscando reforçar sua autonomia em relação aos chamados “atravessadores” e fortalecendo sua posição frente aos diferentes agentes de mercado (SCHMITT, 2005, p. 83).

O programa inicia um processo de transferência de renda centrado na atividade produtiva, a seguir serão detalhados o programa e sua relação com a agricultura familiar.

2.2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e suas contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar

Pretende-se aqui realizar um breve histórico sobre a instituição do PAA, seus objetivos, principais características, potencialidades e limites.

O PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003 foi concebido no primeiro governo Lula como uma ação estruturante do Programa Fome Zero que visava integrar ações da política agrária e da política de segurança alimentar.

A fim de contextualizar o PAA no primeiro governo Lula, é importante mencionar a criação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004. Mediante a apresentação do referido Plano ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA foram estabelecidas diretrizes referentes: 1) “à aquisição de alimentos com recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), diretamente ao segmento familiar,” e também 2) “à disponibilização dessa oferta para atender, de diferentes formas a demanda adicional por alimentos criada pelas subvenções ao Consumo do Programa Fome Zero (bolsa-família e outros)” (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 8). Neste contexto é que o PAA foi criado, como meio de operacionalizar o exposto no Plano Safra da Agricultura Familiar, como um “braço” do plano, o intuito básico era fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, distribuir alimentos para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade social.

Depreende-se que o Plano Safra da Agricultura Familiar e a criação do PAA para a institucionalização de um polo de aquisição de alimentos da agricultura familiar visava basicamente aos seguintes objetivos

- i) institucionalização de um polo institucional de demanda por alimentos do Plano Safra; ii) provisão de subvenções ao consumo de alimentos para as populações em situação de risco; e iii) atendimento dessas mediante ação integrada de política agrícola e de segurança alimentar e nutricional (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 9).

Ocorre que neste primeiro momento o PAA não possuía orçamento próprio no Plano Plurianual de Governo (2004-2007), mantendo-se como uma “singular ‘ação’ orçamentária dentre as dezenas existentes sob a rubrica ‘abastecimento alimentar’” (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 8). Os recursos do PAA eram provenientes da PGPM (também considerada como uma ramificação do Plano Safra da Agricultura Familiar) e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA que, como qualquer outra fonte de recursos públicos, era disputado para outras ações. Pode-se dizer então que neste período inicial o PAA tinha objetivos muito amplos para um orçamento restrito.

Apenas em 2006 o MDA passou a ser fonte orçamentária juntamente com o Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS que continuou sendo a fonte principal de recursos. Fato importante que não pode deixar de ser mencionado é que os investimentos financeiros foram aumentando a cada ano de funcionamento do programa. Em 2003 o investimento era de aproximadamente 143 milhões de reais, já em 2012 os investimentos giraram em torno de 970 milhões (BRASIL, 2013A).

Desde a concepção em 2003 até o presente momento o PAA passou por diversas reformulações e sofreu novas regulamentações, o artigo 19 da Lei 10.696/03 teve nova redação e o Decreto 4.772/03 que inicialmente regulamentava o programa foi revogado. No Quadro 1 é apresentado a legislação vigente sobre o PAA.

Quadro 1 – Legislação que regulamenta o PAA – Ano 2014

Legislação	Conteúdo principal
Lei 10.696, de 02 de julho de 2003.	*Institui o PAA (art. 19).
Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011.	*Altera a Lei 10.696/03 (art. 33) estabelecendo as finalidades do PAA. *Cria novas disposições referentes aos beneficiários ¹² , à aquisição dos alimentos, destinação dos produtos, mecanismos de controle e participação social (Capítulo III, art. 16 ao art. 24).
Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012.	* Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696/03 e o Capítulo III da Lei nº 12.512/11.
Decreto 8.026, de 6 de junho de 2013.	*Altera o Decreto 7.775/12. Dentre as principais alterações está a ampliação do limite financeiro estabelecido, por ano, para compra de produtos da agricultura familiar.

Fonte: A autora.

Nos termos do Decreto 7.775/12 são finalidades do PAA 1) incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda; 2) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; 3)

¹² É importante mencionar que em 2003, ano em que o PAA foi instituído, enquadrava-se no programa os agricultores vinculados ao PRONAF, primeiro programa direcionado à agricultura familiar, uma vez que o conceito jurídico desse segmento foi oficializado somente em 2006, através da Lei 11.326/06. Com a introdução dos critérios da Lei 12.512/11 passa a fornecer alimentos ao PAA os agricultores que se enquadram nos parâmetros da Lei 11.326/06.

promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; 4) promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; 5) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; 6) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; 7) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; 8) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e 9) estimular o cooperativismo e o associativismo.

Basicamente, o programa atende dois grandes públicos: os beneficiários fornecedores e os beneficiários consumidores. São beneficiários fornecedores o público apto a fornecer alimentos ao programa, são os agricultores familiares e outros que exerçam atividade no meio rural¹³, conforme os requisitos da Lei 11.326/06. Já os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, os atendidos pela rede socioassistencial e também pela rede pública e filantrópica de ensino.

O que o PAA propõe é a aquisição governamental de alimentos, com dispensa de licitação, para promover o consumo de alimentos saudáveis entre as pessoas em situação de insegurança alimentar, abastecer a rede socioassistencial, a rede pública de ensino, equipamentos públicos de alimentação e outros órgãos públicos.

Concebido como um programa intersetorial, o grupo gestor do PAA é composto por representantes do MDS, do MDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (inclusive a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério da Educação – MEC. Esse grupo é responsável pela elaboração das orientações mais gerais do

¹³ Em outros se enquadram os assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, desde que atendam ao disposto no art. 3º da Lei 11.326/06 que enumera as características da agricultura familiar. Vale destacar que os fornecedores podem participar do programa através de cooperativas e outras organizações desde que formalmente constituídas e que detenham Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP especial pessoa jurídica.

programa, pela definição das estratégias de operacionalização, sendo do MDS o papel de coordenador.

São instâncias de controle social os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, caso inexista tal Conselho na localidade em que o PAA estiver sendo executado, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e de Assistência Social podem exercer a função.

Basicamente, o PAA compõe as políticas do MDS e do MDA, dois únicos Ministérios considerados como Unidades Gestoras do programa. Enquanto mecanismo de combate à insegurança alimentar compõe a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, enquanto instrumento de fortalecimento da agricultura familiar compõe a Política Nacional da Agricultura Familiar do MDA. Pode-se dizer ainda que está vinculado, mesmo que indiretamente, à política Nacional de Assistência Social – PNAS ao doar alimentos para a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Pode ser operacionalizado pelos Estados, municípios e também pela CONAB (Unidades Executoras) nas modalidades 1) Compra com Doação Simultânea; 2) Compra Direta; 3) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; 4) Apoio à Formação de Estoques; e 5) Compra Institucional.

Este estudo aprofunda-se na modalidade Compra com Doação Simultânea, vinculada ao MDS (unidade gestora), executada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, estados e municípios (unidades executoras). Tal modalidade consiste basicamente na aquisição de produtos do público anteriormente classificado como “beneficiários fornecedores” (agricultura familiar) e posterior doação aos “beneficiários consumidores” (pessoas em situação de insegurança alimentar e equipamentos públicos).

Abaixo segue Quadro 2 com a especificação de cada modalidade do programa.

Quadro 2 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – Ano 2014

MODALIDADE	FONTE DE RECURSO	LIMITES	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO
Compra Direta	MDS/MDA	R\$ 8 mil	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Apoio à Formação de Estoque*	MDS/MDA	R\$ 8 mil (por unidade familiar)	CONAB	Cooperativa e associação
Compra Direta com Doação Simultânea	MDS	R\$ 5,5 mil** (individual) R\$ 6,5 mil** (cooperativa/associação) R\$ 8 mil para produtos orgânicos** (cooperativa/associação)	CONAB, estados e municípios	Individual, cooperativa e associação
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	MDS	R\$ 4 mil por semestre	Estados do nordeste e norte de MG	Individual, cooperativa e associação
Compra institucional	Recursos do proponente	R\$ 8 mil	O próprio proponente	Cooperativa e associação

Fonte: BRASIL, 2010. (Adaptado pela autora).

Notas: 1)É possível acessar mais de uma modalidade, desde que o valor total por unidade familiar não ultrapasse R\$ 8 mil por ano. Quanto às exceções vide Decreto 7.775/12.

*A modalidade Apoio à Formação de Estoque admite o valor máximo de R\$ 1.500.000,00, por ano, para cada organização fornecedora.** Os limites financeiros da modalidade Compra Direta com Doação Simultânea foram alterados recentemente para o valor constante na tabela pelo Decreto 8.026/13.

Os valores financeiros mencionados No quadro acima são fixados como **limites anuais**, estabelecidos **por unidade familiar** ou por organização fornecedora de alimentos. São aptas a fornecer ao programa as unidades familiares que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e as organizações que possuem DAP Especial Pessoa Jurídica. Exemplo: na modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, cada unidade familiar que comprovar os requisitos estabelecidos pela Lei 11.326/06 através da apresentação da DAP pode fornecer alimentos ao PAA no valor máximo de R\$5.500,00 por ano. Esse limite pode ser distribuído durante os 12 meses do ano, entretanto, não pode ser acumulado para o ano seguinte, se uma unidade familiar começa a fornecer os produtos em Outubro de determinado ano e atinge o valor de R\$3.500,00 até 31 de dezembro do mesmo ano, o saldo final de R\$2.000,00 não será

acumulado para o ano seguinte, a partir de janeiro do ano subsequente cada família volta a poder entregar produtos ao PAA no município que estiver cadastrada até atingir o teto de R\$5.500,00.

A Compra Direta com Doação Simultânea é operacionalizada com recursos financeiros do MDS em parceria com os outros entes da federação que, geralmente, oferecem a contrapartida em recursos humanos e materiais. Ocorre que, mesmo sendo operacionalizada pelo MDS como instrumento da PNSAN, beneficia não apenas às pessoas em situação de insegurança alimentar, mas também aos agricultores familiares vinculados. Em outras palavras, não há como pensar isoladamente nos beneficiários visados pela PNSAN somente pelo fato do recurso financeiro da modalidade Compra com Doação Simultânea ser proveniente do MDS, a promoção do acesso à alimentação saudável ocorre concomitante à geração de renda para os agricultores fornecedores.

Vale frisar que o PAA surge como um desdobramento do Programa Fome Zero cujos objetivos básicos eram o combate à fome e a erradicação da pobreza. Ou seja, o PAA nasce como meio de se cumprir esses objetivos. No entanto, o enfoque do presente trabalho está no potencial do PAA em gerar desenvolvimento rural, inclusão econômica e social para a agricultura familiar, através do fomento às relações de mercado estabelecidas pelos agricultores.

Considerando o contexto no qual o PAA nasceu, o Programa Fome Zero e seus objetivos, e o fato de ter modalidades como a Compra Direta com Doação Simultânea operacionalizadas exclusivamente pelo MDS ao invés do MDA, pode-se dizer que o fomento às relações de mercado estabelecidas pela agricultura familiar se constitui como uma contribuição secundária do programa.

Ocorre que esse efeito secundário, talvez não previsto na formulação inicial do PAA, começa a se esboçar na normatização do próprio programa. O decreto 7.775, publicado em 04 de julho de 2012 que regulamenta o PAA traz como algumas de suas finalidades a inclusão econômica e social e o fortalecimento de circuitos locais de comercialização protagonizados por agricultores familiares.

O fortalecimento dessas relações de mercado potencializa os objetivos iniciais do programa ou até mesmo se sobrepõe a eles, uma vez que pode minimizar a dependência dos beneficiários fornecedores da renda obtida pelo programa.

A aquisição dos alimentos deve seguir as condições estabelecidas no Decreto 7.775/12 que regulamenta o programa, dois requisitos estabelecidos pelo mencionado Decreto merecem especial atenção: 1) os preços de aquisição dos alimentos devem ser compatíveis com os vigentes no mercado local e 2) todos os produtos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários fornecedores. A exigência de preço justo é uma forma de aquecer o mercado nos quais os agricultores estão inseridos através da injeção de recursos que, ao menos em tese, serão investidos pelos agricultores na localidade em que habitam. Já a exigência de produção própria representa estratégia para permanência do homem no campo através do incentivo à cultura rural, ao cultivo da terra, ao que o homem rural sabe fazer de melhor.

De modo geral, o desenvolvimento do PAA trouxe profundas alterações para a agricultura familiar, tem interferido na matriz produtiva dos agricultores familiares, nas culturas regionais, criando possibilidades de abertura de novos mercados e conseqüentemente melhor renda, influenciado positivamente para que haja maior autonomia das unidades familiares fornecedoras do programa, tem também incentivado o consumo de produtos das regiões em que atua e contribuído para o aumento e diversificação da produção de alimentos.

Segundo Grisa *et al.* (2009), no que concerne à matriz produtiva, pode-se dizer que o PAA tem sido responsável pelo resgate da policultura ao conectar a oferta com uma demanda diversificada de alimentos, principalmente pelas modalidades Compra Direta e Compra Direta com Doação Simultânea. A modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970 contribuiu para que muitos agricultores familiares migrassem para a monocultura, para a produção de *commodities*, geralmente voltadas ao mercado externo. Sem condições de competir neste tipo de mercado, o resultado foi a exposição da agricultura familiar a inúmeras situações de vulnerabilidade social.

O retorno à policultura, a diversificação da produção agrícola e também das fontes de renda reduz o risco de que agricultores familiares, totalmente dependentes de uma única cultura, fiquem vulneráveis a questões climáticas, baixas de preço, etc. “Neste sentido, a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar” (GRISA *et al.*, 2009, p. 7). A diversificação exerce influência direta no autoconsumo das famílias produtoras e na

alimentação dos beneficiários consumidores, traz ganhos significativos ao aumentar a variedade e melhorar a qualidade.

O Gráfico 1 exposto a seguir demonstra os produtos entregues pelos agricultores familiares ao PAA através da modalidade Compra Direta com Doação Simultânea em 2009.

Observa-se que a produção destinada ao programa contempla vários gêneros alimentícios corroborando com a ideia de agricultores familiares com uma produção diversificada.

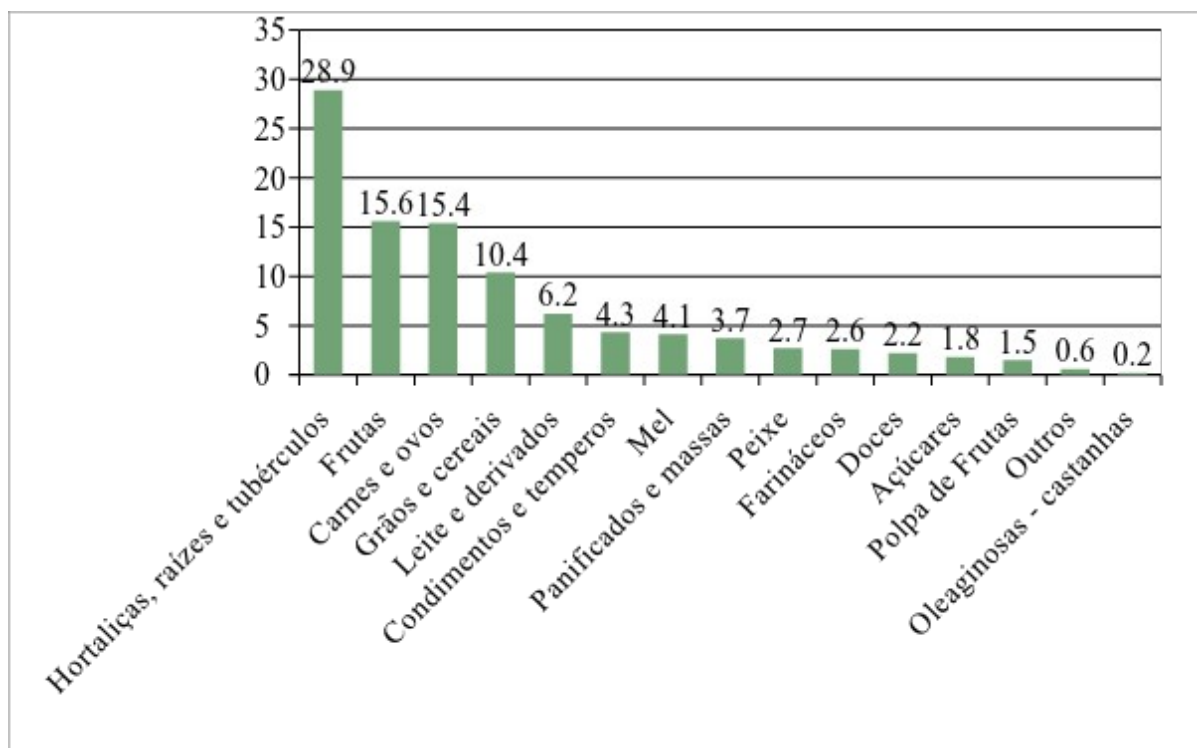


Gráfico 1 – Produtos adquiridos (em percentuais) na modalidade Compra com Doação Simultânea / executor município, no ano de 2009.

Fonte: MAFRA; MAFRA, 2013, p. 12.

Saliente-se que os temas sustentabilidade produtiva e respeito ao meio ambiente são constantes na linguagem do programa. Produtos comprovadamente agroecológicos ou orgânicos podem ser comprados com vantagens financeiras sobre o preço normal.

Outro efeito do programa é o incentivo à produção e ao consumo de alimentos típicos da região em que atua. A valorização de produtos regionais resulta no resgate e preservação de hábitos, de costumes, do saber-fazer tradicional da agricultura familiar que há muito estava estigmatizado como atrasado. Carvalho (2007 *apud* GRISA *et al.*, 2009) aponta

dois exemplos emblemáticos, o primeiro no Norte de Minas onde o PAA tem sido instrumento de geração de renda através do incentivo ao aproveitamento de frutas nativas do Cerrado e o segundo em Tenente Portela (RS) onde o programa ajudou na revitalização de moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar gaúcha que vinha arrefecendo.

Assim como tem incentivado a diversificação da produção, o retorno à policultura e o resgate de saberes tradicionais tem também criado uma ligação entre produção e consumo local. As relações entre produtores e consumidores são pautadas pela proximidade, pela diferenciação dos produtos, pelas relações sociais, respeitam a sazonalidade e cultura regional contrapondo-se às grandes indústrias regidas pela distância, padronização e impessoalidade no modo de produção e na interação com os consumidores.

Triches e Froehlich (2008, p. 18 *apud* GRISA *et al.*, 2009, p. 10-11) em estudo de avaliação sobre o PAA em Dois Irmãos (RS) apontam que,

Como ponto comum em todas as experiências, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico. Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado de merenda escolar com produtos de qualidade, já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam obter seu sustento. Na verdade um incorpora à sua necessidade a necessidade do outro.

Nos quesitos preço, renda e mercado o PAA também é responsável por profundas alterações, pois representa para os agricultores familiares a garantia de comercialização de parte de seus produtos. Antes da instituição do programa, os preços fixados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB para compra de alimentos

[...] eram ajustados para um público que opera com preços de escala, beneficiando o setor patronal ou empresarial da agricultura. Os produtos da agricultura familiar, por serem produzidos em escalas menores, necessitam que a comercialização opere com preços de mercado para garantir sua remuneração (ZIMMERMANN, 2007, p. 7).

Grisa *et al.* (2009, p. 11-12) traz o depoimento de um agricultor do Norte do Brasil extraído de Cordeiro (2007, p. 57) que é bastante elucidador sobre esta “política de preços”:

Antes quem comprava castanha era só atravessador. Eram cinco grandes comerciantes comprando para um só dono e por um só preço. Eles compravam até uma certa quantidade, depois disso só aceitavam a castanha se você desse de graça. Com a entrada da CONAB¹⁴ o preço subiu de R\$ 5,00 para R\$ 10,00 chegando até a R\$ 18,00.

Para Grisa *et al.* (2009), mediante o pagamento de um preço justo da produção, o PAA tem contribuído para a autonomia dos agricultores em relação aos atravessadores e também para o aumento da renda familiar uma vez que o lucro que seria apropriado pelos atravessadores passa a ser devido à própria família.

Delgado, Conceição e Oliveira (2005) e Grisa *et al.* (2009) mencionam o PAA como propulsor da abertura de novos espaços para a agricultura familiar em mercados regionais. Representa, ao mesmo tempo, oportunidade de ingresso em novos mercados e distanciamento do mercado de commodities, inadequado às especificidades do segmento familiar, principalmente no que se refere à escala de produção e ao uso de tecnologias. Esses novos espaços decorrem dos fatores mencionados anteriormente: diversificação da produção, incentivo ao consumo local, os produtos se tornam mais conhecidos e há conseqüentemente maior demanda, estabelecimento de vínculos entre produtores e consumidores que transcendem a esfera econômica.

A criação desses espaços deve, inclusive, ocupar posição central nas estratégias de formulação e execução do programa, faz-se necessária para que os beneficiários fornecedores não se tornem dependentes do PAA, “[...] tendo como única opção de comercialização um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda possui uma operação sujeita à incerteza quanto à disponibilidade de recursos” (GRISA *et al.*, 2009, p. 12).

A garantia de preço compatível com o do mercado local, aumento da renda, novos espaços de comercialização e garantia de venda de parte da produção tendem para a fixação do homem no meio rural, para a permanência dos agricultores nos campos. Triches e Froehlich (2008), Zimmermann e Ferreira (2008) e Cordeiro (2007) *apud* Grisa *et al.* (2009) corroboram com esta ideia ao apontarem em seus estudos que após a adesão ao PAA, muitas famílias de agricultores decidiram abandonar outros trabalhos em zonas urbanas e industriais para aumentarem a produção de alimentos. Muitos jovens que iriam para grandes centros

¹⁴ Ao fazer referência à CONAB o agricultor na verdade refere-se ao Programa de Aquisição de Alimentos que estava sendo operacionalizado pela CONAB no Norte do Brasil.

urbanos após concluírem o Ensino Médio optam por permanecer em sua terra de origem devido aos bons resultados obtidos pelo programa.

É fato que o programa traz muitos benefícios à população beneficiária, mas também é relevante aludir que o PAA apresenta algumas limitações. Entre as principais está a restrita divulgação do programa o que impede que muitos agricultores que poderiam ser fornecedores em potencial nem sequer ficam sabendo da existência do programa. Grisa *et al.* (2009, p. 16) aponta como possível causa para não divulgação do programa por parte de muitos gestores o “descompasso entre o crescimento do número de agricultores que buscam acessar o PAA e a sua oferta orçamentária”. Ou seja, poucos recursos financeiros e um público muito amplo para ser atendido.

Vale frisar, porém, que o grande problema não está na ausência de divulgação e sim nos recursos limitados ou até mesmo escassos para atender a demanda de agricultores familiares.

Contudo, vale ressaltar ainda que deve haver um equilíbrio no atendimento das demandas dos públicos beneficiários do PAA, os fornecedores (agricultores familiares) e consumidores (rede socioassistencial e demais instituições que recebem as doações). O programa não atua atendendo isoladamente um ou outro público, as ações são simultâneas, à medida que adquire os produtos dos beneficiários fornecedores repassa aos beneficiários consumidores. Não haveria sentido, portanto, comprar uma quantidade excessiva de alimentos se não houver necessidade por parte dos consumidores desses alimentos. Do mesmo modo que não há lógica restringir a compra dos produtos se houver uma rede socioassistencial com escassez de alimentos.

Para Grisa *et al.* (2009), outra grande limitação está no desconhecimento dos objetivos e da estrutura do programa, muitas vezes tanto os beneficiários fornecedores quanto os beneficiários consumidores confundem-no com um mero serviço da unidade executora que pode ser a CONAB ou os municípios, por exemplo, não entendem que existe uma instância maior que regulamenta o programa. Mas, o principal prejuízo está no desconhecimento dos órgãos de controle e participação social, pois ignorando a presença dos Conselhos Gestores os usuários nem fiscalizam nem dão a devolutiva necessária para que o programa seja constantemente reciclado.

Grisa *et al.* (2009) elenca ainda algumas outras limitações como a dificuldade para obtenção de DAP¹⁵, instituições beneficiárias em situação informal, atraso na liberação de recursos para pagamento das instituições e dos agricultores, dificuldade de transporte dos alimentos até a sede de operação do PAA, ausência de assistência técnica aos agricultores e, ainda, infraestruturas inadequadas para o armazenamento dos alimentos adquiridos até o momento do consumo.

De modo geral, os estudos sobre o PAA realizados pelos pesquisadores do campo mencionados no tópico 2.2.1 demonstram que o programa tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, contudo, é necessário avançar no sentido de aprimorar as ações que estão sendo desenvolvidas e ampliar o acesso a um número maior de agricultores, desde que isso não provoque desequilíbrios no atendimento das demandas dos públicos fornecedores e consumidores do PAA.

¹⁵ A DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf, emitida pela EMATER, é o documento oficial que caracteriza o agricultor fornecedor como um agricultor familiar, conforme os parâmetros da lei 11.326/06.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a complexidade das relações sociais nas quais os atores e os cenários, objetos de estudo, estão imersos, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo.

Caracteriza-se como pesquisa qualitativa porque

[...] parte de questões ou focos de interesses amplos que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Optou-se pela realização de um estudo de caso sobre o PAA no município de Varginha/MG. Tal opção deve-se à necessidade de confrontar os dados teóricos a um exemplo prático sem, no entanto, a pretensão de fazer generalizações. Por um lado, a diversidade de contextos regionais protagonizados por agricultores familiares torna a temática demasiadamente complexa, não permitindo considerar que a realidade pontual de um município abranja todos os outros.

Embora não se possa generalizar, espera-se que os conhecimentos produzidos através desta pesquisa contribuam para o aprimoramento do objeto de pesquisa, o PAA de Varginha.

De qualquer modo, a não generalização não constituiu entrave ao desenvolvimento da pesquisa, Mozzato e Grzybovski (2011, p. 741) apontam que em “pesquisa qualitativa se fala mais na transferibilidade do que na generalização, sendo que a dificuldade de generalização é inerente à pesquisa qualitativa, não podendo ser destacada como limitação”. Os conhecimentos produzidos poderão ser bastante significativos para a região onde os dados foram coletados.

Segundo IBGE (c2014), Varginha tem pouco mais de quatro mil pessoas residentes em zona rural. O convênio que regulamentou a implantação do PAA em Varginha expõe como justificativa a presença de pequenos agricultores com dificuldades para comercializar o que produzem (tópico que será aprofundado posteriormente).

Além disso, o PAA Varginha não atende apenas agricultores varginhenses, a área de abrangência é composta pelos municípios de Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Três Pontas, Três Corações e Varginha. As localidades de operacionalização do programa mais próximas de Varginha são os municípios de Ilícinea (107 km), Poços de Caldas (153 km) e Formiga (171 km).

Ademais, há em Varginha um histórico de execução de políticas públicas como Banco de Alimentos, restaurantes populares e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE que articulam ações para a agricultura familiar e para a segurança alimentar e nutricional, utilizando-se de mecanismos de mercado para isso.

Buscou-se analisar como o PAA contribui para o fortalecimento das relações de mercado e para a inserção da agricultura familiar em diferentes redes de comercialização na microrregião de Varginha, de modo que isso contribua para o desenvolvimento da realidade local e também para o desenvolvimento do próprio programa.

Atualmente, o PAA em Varginha possui 260 agricultores familiares cadastrados para entrega de alimentos. Esses agricultores são residentes em Varginha e demais municípios pertencentes à área de abrangência do programa.

Os alimentos adquiridos são distribuídos para vários equipamentos públicos, instituições sociais e religiosas de Varginha. Abaixo segue a relação de todos beneficiários consumidores cadastrados no programa:

- a) Associação Assistencial dos Membros da CEPAVI;
- b) Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas – ABRAÇO;
- c) Associação Comunitária de Recuperação Novo Caminho – ACRENOC;
- d) Albergue Municipal;
- e) Associação de Pastores Evangélicos de Varginha – APEV;
- f) Associação Beneficente Kerygma;
- g) Associação Cristã Betesda;
- h) Bairro Carvalhos;
- i) Casa da Gestante;
- j) Casa de apoio a pacientes com câncer - Projeto Apascentar;
- k) Casa Inclusiva;

- l) Casa Lar;
- m) Centro Espírita Caboclo Ubiratã;
- n) Comunidade Santa Rita;
- o) Centro de Atendimento Interescolar – CEAI;
- p) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- q) Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV;
- r) Fundação Alegria;
- s) Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais – FUVAE;
- t) Grupo Maranatha;
- u) Igreja Evangélica Sara Nossa Terra;
- v) Igreja Matriz do Divino Espírito Santo;
- w) Lar São Vicente de Paulo;
- y) Levanta-te e Anda;
- z) Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF;
- aa) Núcleo de Capacitação para Paz – NUCAP;
- ab) Pastoral Social Solidária (Paróquia Cristo Ressuscitado);
- ac) Programa de Profissionalização Adolescente Consciente – PROPAC;
- ad) PSF Padre Vitor;
- ae) Sociedade Espírita Irmã Sheila;
- af) Unidos São João Batista;
- ag) VIDA VIVA.

A primeira parte do trabalho empírico coletou informações através de pesquisa documental: legislações, convênios firmados entre o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e o município e também arquivos impressos e eletrônicos fornecidos pela prefeitura municipal (tabelas com o número de agricultores fornecedores, entidades beneficiárias e alimentos adquiridos).

Na segunda etapa de coleta de dados foram utilizadas entrevistas em profundidade direcionadas aos agricultores familiares ativos no PAA. Vale lembrar que neste estudo considera-se ativos todos os agricultores que durante a realização das atividades empíricas forneceram produtos ao PAA. As entrevistas mencionadas ocorreram na sede do PAA, situada

à Rua Ribeiro Nogueira, nº 136, bairro Catanduvas, no momento da entrega dos alimentos pelos produtores. A entrega dos produtos é agendada previamente pelos agricultores, sendo programada para acontecer de segunda a quinta-feira, no período da manhã. O maior número de informações foi adquirido através das entrevistas, informações adicionais foram colhidas através do contato direto e conversas informais com os agricultores durante a permanência na sede do programa.

As entrevistas foram conduzidas conforme roteiro de perguntas (APÊNDICE A) previamente estabelecido, entretanto, não seguiu uma estrutura rígida de questionamentos, pois de acordo com a condução do diálogo e a fala dos sujeitos surgiram outras questões relevantes à pesquisa.

A elaboração do roteiro de perguntas foi precedida pela construção de indicadores, categorias analíticas gerais que nortearam articulação das perguntas e, posteriormente, fundamentaram a interpretação final dos dados. Os critérios utilizados para elaboração das categorias foram semânticos, ou seja, foram criadas conforme os temas que seriam abordados nas entrevistas.

Foram então estabelecidas três categorias analíticas: 1)Segurança alimentar e nutricional; 2)Inclusão econômica e social da agricultura familiar e 3)Fortalecimento de circuitos locais de comercialização. Tais categorias constam, na verdade, como finalidades do PAA no Decreto 7.775/12 que regulamenta o programa. Foram selecionadas, dentre todas, como as mais importantes finalidades (conforme os objetivos geral e específicos e a discussão teórica da presente pesquisa).

A primeira categoria, Segurança alimentar e nutricional, refere-se à promoção do acesso a alimentos com rico valor nutricional às pessoas em situação de insegurança alimentar e/ou vulnerabilidade social. Conforme a íntegra do art. 2º, inciso III, do referido decreto, seria o ato de “promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável” (BRASIL, 2012).

Inclusão econômica e social da agricultura familiar consiste na valorização e melhor qualidade de vida deste segmento através da garantia de comercialização dos produtos.

E, por fim, o fortalecimento de circuitos locais de comercialização pode ser traduzido como o robustecimento de redes de comercialização. Consiste em pôr em destaque o que é produzido pela agricultura familiar através da criação de uma identidade regional que agregue valores como sustentabilidade e fonte de saúde aos alimentos.

O roteiro foi testado com três agricultores fornecedores de alimentos ao PAA antes de proceder com as demais entrevistas. O pré-teste não gerou alterações profundas no roteiro de entrevista, apenas a forma de se perguntar algumas questões foi reformulada a fim de facilitar a compreensão dos entrevistados sobre o conteúdo das perguntas.

Ao todo, com exceção do pré-teste, foram realizadas 30 (trinta) entrevistas, todas gravadas, exceto 1 (uma) que o entrevistado não permitiu a gravação. Todas as entrevistas gravadas foram transcritas.

O período de realização das entrevistas teve início dia 21/11/2013, quinta-feira, e término dia 28/11/2013, quinta-feira da semana subsequente, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Entrevistas realizadas na sede do PAA

Data da entrevista	Número de entrevistas realizadas
21/11/13 (quinta-feira)	07
25/11/13 (segunda-feira)	09
26/11/13 (terça-feira)	08
27/11/13 (quarta-feira)	03
28/11/13 (quinta-feira)	03
Total de entrevistas realizadas	30

Fonte: A autora

Nota-se que nos três primeiros dias do trabalho de campo foram entrevistados mais agricultores (sete, nove e oito, respectivamente) que a soma dos dois últimos dias de entrevistas. Tal situação justifica-se pelo fato de que a maioria dos agricultores que compareceram no PAA nos dias 27 e 28/11 já havia sido entrevistada nos dias anteriores.

Das 30 (trinta) entrevistas, 24 (vinte e quatro) foram realizadas individualmente, 05 (cinco) com casais de agricultores familiares e 01 (uma) com pai e filho agricultores resultando no total de 39 (trinta e nove) pessoas entrevistadas.

Antes de proceder com a realização das perguntas, foi explicado aos agricultores que a participação era voluntária, que a pesquisa tem como objeto de estudo o PAA de

Varginha, entretanto, não possui nenhum vínculo com o órgão executor do programa. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, constante no Apêndice C, e puderam levar uma via consigo.

Os dados coletados através das entrevistas em profundidade foram ponderados através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011)¹⁶.

Para Berelson (1952, *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 570), a análise de conteúdo é

[...] uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.

Oliveira (2008, p. 570) acrescenta que além da descrição e quantificação dos dados, a análise de conteúdo visa à extrapolação do conteúdo manifesto nas mensagens, consiste em “colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem”, busca extrair informações adicionais que possivelmente podem estar ocultas nos textos pesquisados. O autor ressalta que tais indicadores não necessitam ser quantitativos. Para atender os objetivos desta pesquisa, os indicadores estabelecidos são qualitativos.

Vários tipos de análise podem ser feitos através da análise de conteúdo, neste estudo está sendo utilizada a técnica de análise temática, também conhecida como análise categorial.

A realização da análise categorial divide-se em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material ou codificação e 3) tratamento dos resultados – inferência e interpretação (OLIVEIRA, 2008).

A primeira etapa ou pré-análise funda-se na separação e delimitação do conteúdo a ser analisado. Para tanto, todas as entrevistas em profundidade gravadas foram transcritas a partir da questão Nº 03. A íntegra das entrevistas não foi anexada ao trabalho a fim de preservar a identidade dos agricultores, até porque se assumiu com os entrevistados, através do TCLE, o compromisso de guardar sigilo das informações que estavam sendo gravadas.

O recorte a partir da questão Nº 03 (três) deve-se ao fato das questões anteriores trazerem informações mais gerais, possíveis de quantificação, são dados pessoais e familiares

¹⁶ Principal referencial teórico utilizado para desenvolvimento da técnica de análise de dados da presente pesquisa foi a obra de Laurence Bardin – Análise de Conteúdo (2011).

(sexo, idade, residência, etc.), dados sobre a propriedade (tamanho, forma de ocupação, produção, etc.), tempo de participação do PAA e tipos de produtos que são fornecidos ao programa. Tais dados foram representados através de gráficos na seção seguinte.

A segunda etapa, exploração do material, tem por objetivo a análise propriamente dita. Resumidamente, Oliveira (2008, p. 572) define como “o processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto”.

Nesta etapa, após a transcrição das entrevistas e *corpus* de análise definido, foram extraídas das categorias mais gerais (aquelas criadas anteriormente à elaboração do roteiro de entrevista) subcategorias de análise. Essas subcategorias baseiam-se no próprio *corpus* de análise, conforme a presença, relevância e/ou frequência de aparição no texto. Cada categoria geral desdobrou-se em três subcategorias, como demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias e subcategorias analíticas

Segurança alimentar e nutricional	Inclusão econômica e social da agricultura familiar	Fortalecimento de circuitos locais de comercialização
Diversificação e/ou ampliação da produção	Aumento da renda familiar	Relações de cooperação
Qualidade dos alimentos	Preço dos produtos conforme os do mercado local	Influência na produção de café
Ampliação do acesso à alimentação	Oportunidades em novos mercados regionais	Valorização do “saber-fazer” próprio da agricultura familiar

Fonte: A autora

Segue abaixo os Quadros 5, 6 e 7 com a definição das subcategorias analíticas.

Quadro 5 – Definição das subcategorias estabelecidas para segurança alimentar e nutricional

Categoria geral: Segurança alimentar e nutricional	Definição
Qualidade dos alimentos	A qualidade dos alimentos envolve o processo de produção dos alimentos e o produto final.
Ampliação e/ou diversificação da produção	Consiste no aumento da horta ou da quantidade fabricada de determinado produto e na variedade dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares: Hortaliças, tubérculos, frutas, grãos, etc.
Ampliação do acesso à alimentação	Questão do acesso aos alimentos pela própria família fornecedora de alimentos ao PAA, parentes, amigos e vizinhos (autoconsumo).

Fonte: A autora

Quadro 6 - Definição das subcategorias estabelecidas para inclusão econômica e social da agricultura familiar

Inclusão econômica e social da agricultura familiar	Definição
Aumento da renda familiar	Valores financeiros percebidos pela unidade familiar após a adesão ao PAA.
Preço dos produtos conforme os do mercado local	Estabelecimento de preços justos para aquisição dos produtos do programa com base nos preços do mercado local.
Oportunidades em novos mercados regionais	Inserção e/ou manutenção dos agricultores familiares em diferentes redes de comercialização.

Fonte: A autora

Quadro 7 - Definição das subcategorias estabelecidas para fortalecimento de circuitos locais de comercialização

Categoria geral: Fortalecimento de circuitos locais de comercialização	Definição
Relações de cooperação	Relações de ajuda mútua estabelecidas entre todos os sujeitos envolvidos no programa: agricultores, consumidores e agentes públicos.
Influência na produção de café	Ações que influenciem direta ou indiretamente a produção de café.
Valorização do “saber-fazer” próprio da agricultura familiar	Valorização dos hábitos e costumes da agricultura familiar, do seu modo de produzir tradicional.

Fonte: A autora

O conteúdo das entrevistas foi então distribuído entre as subcategorias de análise através de unidades de registro¹⁷semânticas, serão extraídos trechos da íntegra da fala dos agricultores entrevistados (Tabela completa dos trechos transcritos e classificados entre as subcategorias – Apêndice B). Unidades de contexto¹⁸ não serão descritas nas tabelas mencionadas, mas serão retomadas na discussão dos resultados conforme a necessidade.

A análise dos dados (item 4 e subitens) retoma diversos depoimentos dos entrevistados, optou-se por fazer pequenos ajustes na grafia de algumas palavras sem gerar alteração no significado ou interpretação das frases, a fim de proporcionar fluência e clareza à leitura do presente trabalho.

A terceira etapa busca pôr em evidência as informações extraídas na fase anterior. Serão feitas inferências com base nos dados organizados em categorias e subcategorias.

Vale dizer que o PAA de Varginha é analisado nesta pesquisa à luz da Nova Sociologia Econômica, proposta por Granonetter (2009), esse é o olhar teórico, a lente que se usa para se refletir sobre o objeto de estudo em questão.

Conforme dito anteriormente, as entrevistas em profundidade foram realizadas na sede do PAA. Tal fato deve-se à impossibilidade de contatar um número maior de agricultores em outro local. Ocorre que os diálogos na sede do próprio programa têm algumas limitações, os entrevistados podem ocasionalmente sentir-se reprimidos pelo ambiente e pela presença dos funcionários municipais a responder perguntas como “O que poderia ser melhorado no programa?”, omitindo informações relevantes para pesquisa ou tentando responder da forma mais “conveniente” indagações como “Por que você permanece como agricultor ativo no programa? Quais vantagens o programa oferece a você?” uma vez que durante as entrevistas não se pode desconsiderar o “peso” dos mecanismos institucionais ou o medo de que demonstrando alguma espécie de ingratidão poderiam perder o vínculo com o programa. Essas situações serão caracterizadas posteriormente na discussão dos resultados.

¹⁷ Segundo Bardin (2011, p. 134), unidade de registro “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

¹⁸ Unidades de contexto representam unidades de compreensão das unidades de registro. As perguntas elaboradas pelo entrevistador, por exemplo, são unidades de contexto, respostas como “sim” e “não” só fazem sentido se o leitor souber qual a pergunta está sendo feita. Essas unidades de contexto não aparecem na categorização dos dados, mas são obviamente consideradas e, quando necessário, retomadas na discussão dos resultados.

4 O PAA NO CONTEXTO LOCAL: GESTÃO DA POLÍTICA E O ACESSO DOS BENEFICIÁRIOS

4.1 IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA EM VARGINHA

Varginha, localizada ao sul do Estado de Minas Gerais, é município sede¹⁹ do Programa de Aquisição de Alimentos, objeto de estudo da presente pesquisa, portanto, faz-se imperativa uma breve contextualização sobre a região e também sobre a implantação PAA no município.

Minas Gerais é o segundo estado brasileiro com maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, 79% das propriedades rurais do estado são familiares. O Sul de Minas é a segunda macrorregião do estado com maior concentração de estabelecimentos da agricultura familiar, perdendo apenas para o Norte de Minas (IBGE, 2006).

Tradicionalmente, essa região é conhecida pela produção de café, entretanto, devido à necessidade de aumentar a renda familiar, nota-se que o rural tem se tornado pluriativo e multifuncional (FERREIRA; ALENCAR, 2007).

Como uma típica cidade do Sul de Minas, Varginha também é conhecida pela produção de café, foi a produção cafeeira inclusive que impulsionou a formação dos primeiros povoados e vilas que hoje deram lugar ao município de Varginha. Atualmente é polo agropecuário e industrial da região, sendo o café um dos destaques (IBGE, c2013).

A população varginhense é composta por 119.061 residentes em área urbana e 4.020 residentes em área rural, totalizando 123.081 habitantes. O valor da renda média per capita da parcela de residentes em meio urbano fica em torno de R\$600,00 e o de residentes em áreas rurais por volta de R\$355,00 (IBGE, c2014).

¹⁹ Conforme mencionado anteriormente o PAA, objeto de estudo da presente pesquisa, é responsável pelo atendimento da microrregião de Varginha (Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Três Corações, Três Pontas e Varginha), contudo, a operacionalização do Programa ocorre em Varginha.

Em dezembro de 2009 o PAA foi implantado em Varginha na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar através do Convênio nº 705992/2009²⁰ firmado entre o MDS e a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social - SEHAD, para este fim. A justificativa apresentada na celebração do convênio para implantação do programa é que Varginha, mesmo apresentando Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e renda per capita acima da média nacional, possui

[...] pequenos agricultores que têm dificuldade em produzir e comercializar sua produção, criando-se um círculo vicioso, onde sem perspectivas claras de comercialização, terminam por não investir na produção, até porque não têm condições financeiras para esse investimento. (BRASIL, 2009).

Em outras palavras, o PAA seria para a região instrumento de incentivo ao aumento da produção rural e, conseqüentemente, de fixação do homem no campo, pois com a venda de parte da produção garantida ao PAA, maior renda familiar e mais recursos para investir na produção de alimentos, os agricultores fornecedores do PAA teriam incentivos para permanecer no campo.

Os objetivos específicos, presentes no termo de convênio, para implantação do programa no município são 1) “a garantia à alimentação para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social e/ou de insegurança alimentar e nutricional”; 2) “o fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda” e 3) “a promoção do desenvolvimento local por meio do escoamento da produção para consumo no entorno da região produtora”.

Para atender os objetivos propostos o valor total do convênio com vigência de dezembro de 2009 a junho de 2013 ficou estabelecido em R\$ 2.811.303,37 (dois milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e três reais e trinta e sete centavos). A responsabilidade pelo financiamento das ações foi dividida entre o MDS e a Prefeitura Municipal, sendo os recursos provenientes do MDS disponibilizados para a Prefeitura Municipal em conta própria do PAA.

²⁰ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portal dos convênios SICONV. **Convênio 705992/2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvênioSelecionarConvênio.do?idConvênio=8634&destino=>>>. Acesso: 26 jan. 2014.

No Quadro 8, segue a especificação dos valores²¹ gastos por cada ente durante a vigência do convênio.

Quadro 8 – Recursos financeiros gastos pelos entes conveniados durante o primeiro convênio de execução do PAA/Varginha

Convênio 091/2009 celebrado entre o MDS e a Prefeitura Municipal de Varginha para implantação do PAA	
Período de vigência: 16/12/2009 a 28/06/2013	
Especificação dos valores	Valores em R\$
Recursos MDS	R\$ 2.427.873,65
Contrapartida Prefeitura Municipal de Varginha	R\$ 262.496,29
Rendimentos de Aplicação	R\$ 120.933,43
Total	R\$ 2.811.303,37

Fonte: BRASIL, 2009.

Quanto à destinação dos recursos acima mencionados, o convênio 091/09 estabeleceu que a verba oriunda do MDS seria destinada à compra de alimentos dos agricultores fornecedores do programa e a contrapartida financeira do município designada para despesas com recursos humanos e materiais.

Inicialmente, o teto máximo de aquisição de alimentos por agricultor formalizado no convênio não poderia ultrapassar o valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por ano. Em 2011 o teto foi ajustado para R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) através da elaboração de um termo aditivo que solicitou aporte adicional de recursos para ampliar a meta de aquisição de alimentos por agricultor familiar.

Vale frisar que neste momento o pagamento dos agricultores fornecedores era feito com verba do MDS, mas quem de fato efetuava os pagamentos era o executor do programa – a Prefeitura Municipal de Varginha. O recurso referente à compra dos alimentos era depositado para o município em conta própria do PAA e este era responsável pelo repasse aos agricultores.

²¹ É preciso ressaltar que são os operadores do PAA que fornecem as informações ao Portal de Convênios – SICONV, ou seja, quem lança as notas fiscais dos alimentos que foram adquiridos, o INSS recolhido, etc., é a Prefeitura Municipal de Varginha. A prestação de contas do que consta no portal como valores gastos está em fase de análise pelo concedente, o MDS.

Inicialmente o período de vigência do convênio terminaria em 30 de setembro de 2012, tal prazo foi prorrogado até 28 de fevereiro de 2013 pelo termo aditivo 03/2012 e até 28 de junho de 2013 pelo termo aditivo 04/2013 sob a alegação de que devido à transição do governo no município, o fechamento do ano contábil de 2012 e a abertura do de 2013 as compras do PAA foram adiadas, a prorrogação era necessária para que se pudesse usar o saldo remanescente na conta do convênio.

Ocorre que em junho de 2013 o PAA já havia usado todos os recursos remanescentes²² e teve, portanto, que ser interrompido em determinado período do ano. As atividades foram retomadas em outubro de 2013, mas com modificações na forma de operacionalização.

Pouco antes do término da vigência do convênio em 2013, foi elaborado o Termo de Adesão Nº 371, assinado em março do mesmo ano, para que o PAA continuasse a funcionar em Varginha. Tal fato deve-se ao Decreto 7.775, de 04 de julho de 2012 que dispensou a celebração de convênio para execução do PAA nos municípios, a execução do programa passou a ser formalizada mediante Termos de Adesão.

O Termo de Adesão, assinado em março de 2013 não entrou em vigor de imediato, pois o Convênio anterior foi prorrogado até junho/13.

Antes de esmiuçar como ocorre a operacionalização do PAA através do Termo de Adesão e as demais modificações que ocorreram a partir de 2013, cabe um parêntese sobre a paralisação do PAA durante os meses de junho a setembro de 2013. Conforme mencionado o Termo de Adesão Nº 371 foi assinado em março de 2013, mas as atividades foram efetivamente retomadas apenas em outubro de 2013. Foi questionado à gestão do programa os motivos da interrupção no início de junho de 2013, afinal, quando o saldo do convênio anterior acabou, havia instrumento jurídico válido (termo de adesão) para a execução do PAA. A justificativa apresentada é que estava sendo elaborada pelo município a primeira proposta anual de execução do programa, antes da conclusão do planejamento o PAA não poderia iniciar suas atividades²³.

²² Informações verbais adquiridas através de conversa informal com o atual gestor do PAA no município de Varginha.

²³ Informações verbais obtidas através de conversa informal com o atual gestor do programa no município de Varginha.

A proposta anual de execução ou planejamento anual consiste na formulação de uma previsão de recursos a serem gastos pelo município, conforme a quantidade de agricultores cadastrados no programa. A proposta delimita os agricultores fornecedores que se enquadram no programa, quais produtos serão adquiridos e a quantidade bem como as entidades beneficiárias. Quem de fato determina o quantitativo de recursos que poderá ser gasto é o MDS, mas o faz em função das informações repassadas pelo município na proposta de execução anual. Antes de encaminhar a proposta ao MDS o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA deve aprová-la.

Após parecer do MDS ocorre a elaboração do Plano Operacional, no qual constam os recursos que poderão ser gastos por trimestre. Até a presente data está em vigor no município de Varginha o Plano Operacional 0494/2013 com as seguintes previsões, representadas no Quadro 9:

Quadro 9 – Limites para pagamento dos beneficiários fornecedores

Período	Recursos financeiros
Julho a Setembro/13	R\$ 400.499,42
Outubro a Dezembro/13	R\$ 400.499,42

Fonte: A autora

Vale ressaltar que os recursos são acumuláveis de um trimestre para outro, ou seja, caso haja saldo ao final de um trimestre o valor do recurso remanescente é somado ao valor previsto para o trimestre subsequente.

Atualmente, o PAA/Varginha possui 260 agricultores familiares cadastrados. Desde sua “reabertura” em outubro de 2013 (início da operacionalização através de Termo de Adesão) até novembro de 2013 atendeu efetivamente 79 agricultores, utilizando o valor total de R\$ 148.620, 38 para compra dos produtos.

Os agricultores comprovam sua aptidão como beneficiários fornecedores do programa através da apresentação de DAP fornecida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-MG.

No início de 2014 o MDS determinou que todas as propostas de execução anual com vigência até 31 de dezembro de 2013 seriam prorrogadas até 30 de junho de 2014, sendo

assim, a Prefeitura Municipal de Varginha está utilizando o recurso remanescente de 2013 para execução do PAA durante o primeiro semestre de 2014.

A principal transformação ocorrida no modo de gerir o programa com a transição do PAA formalizado por Convênio para o PAA operacionalizado através de Termo de Adesão refere-se à forma de repasse do dinheiro para compra dos produtos. Conforme descrito anteriormente, os recursos eram depositados na conta da prefeitura municipal e posteriormente os valores referentes às compras dos alimentos eram repassados aos agricultores fornecedores. Com o Termo de Adesão o governo federal repassa os valores devidos aos agricultores diretamente a eles, sem passar pelo ente executor do programa. Em outras palavras, o novo instrumento jurídico não prevê transferência de recursos orçamentários e financeiros entre os entes participantes.

Esta nova forma de gerir o programa implicou aderência ao Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos – SISPA, ferramenta de gestão com a qual foi possível realizar as modificações mencionadas.

Basicamente funciona da seguinte forma: cada produtor fornecedor do programa é cadastrado no SISPA e recebe um cartão PAA, com o qual é possível retirar no Banco do Brasil o pagamento realizado pelo MDS. O cartão é exclusivo para transações referentes ao PAA. Logo após a entrega dos produtos na sede do programa, o gestor emite para o agricultor uma nota fiscal referente aos produtos, lança a nota fiscal no SISPA e o pagamento é automaticamente autorizado.

O Termo de Adesão em questão tem período de vigência previsto para sessenta meses, podendo ser automaticamente prorrogado por igual período desde que nem a Prefeitura Municipal de Varginha nem o MDS demonstrem interesse contrário.

Outra modificação significativa, esta, porém, independente da forma como o programa está sendo operacionalizado, foi o reajuste do limite financeiro de compra por agricultor familiar. Com o início de 2014 o limite por agricultor passou de R\$ 4.500,00 para R\$ 5.500,00 por ano. Tal reajuste acompanha o que ficou estabelecido pelo Decreto 8.026/13 que ampliou o teto permitido para compra de alimentos por agricultor.

As duas formas de gestão do PAA apresentadas têm em comum o MDS como órgão fiscalizador das ações executadas pelo município e o Conselhos Federais, Estaduais e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional como instâncias de controle social. Sendo

assim, é dever da Prefeitura Municipal de Varginha prestar de forma correta, frequente e tempestiva informações quantitativas e qualitativas sobre o desenvolvimento do programa ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Varginha – COMSEA, criado pela Lei 3.984/03, e ao MDS.

A proposta de execução anual para a segunda metade de 2014 será elaborada no mês de Julho/14, há expectativa que a forma de estabelecimento dos preços dos produtos que são adquiridos sofra alterações, pois até então está em vigor a tabela de preços da CONAB. Para o segundo semestre, espera-se que os preços sejam fixados a partir da média de três orçamentos realizados em estabelecimentos comerciais de hortifrutigranjeiros do município.

Vale reforçar que a aquisição de produtos com preços compatíveis com os vigentes no mercado local e regional é exigência do PAA, estabelecida pelo decreto 7.775/12. Acompanhar a tabela nacional de preços da CONAB, portanto, não é a conduta que se espera do programa.

4.2 PESQUISA DE CAMPO: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico serão expostos e discutidos os dados extraídos das entrevistas em profundidade realizadas na sede do PAA em Varginha. Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas foram analisadas através do método de análise de conteúdo categorial proposto por Bardin (2011).

Será relatado a seguir o perfil dos beneficiários fornecedores, como o programa pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional, inclusão econômica e social e para o fortalecimento de circuitos locais de comercialização dos agricultores familiares envolvidos.

No que concerne a operacionalização do programa, pode-se dizer que a principal modificação está no Termo de Adesão mencionado no item anterior (4.1). O Termo, adotado em 2013, proporcionou agilidade no pagamento dos agricultores fornecedores como expressou um dos beneficiários – (Entrevistado X) “Uai o jeito que está, está bom, melhorou muito, porque antes pra receber demorava três mês, quatro mês, agora todo mês está recebendo”.

A rapidez no pagamento oriunda desse novo instrumento jurídico, muitas vezes atribuída pelos beneficiários fornecedores à gestão municipal do programa, é na verdade uma obrigatoriedade determinada pelo MDS.

Apesar dos avanços, o programa ainda é frágil e dependente de recursos externos. Em determinados períodos do ano é preciso interrompê-lo por determinação do MDS, o que não aconteceria se houvesse dotação orçamentária disponibilizada pelo município para sua execução.

4.2.1 Características do público beneficiário fornecedor ao PAA Varginha

Com o objetivo de traçar o perfil do agricultor familiar fornecedor de alimentos ao PAA na microrregião de Varginha e verificar a adesão desse perfil ao que é proposto pelo programa, a pesquisa de campo levantou dados referentes à idade, sexo, município e composição familiar dos entrevistados bem como informações sobre a propriedade rural, a produção de alimentos, o tempo de participação no PAA e o trabalho exercido pelos agricultores, tais dados serão expostos abaixo.

Conforme exposto nos procedimentos metodológicos, esta pesquisa colheu dados de 30 unidades familiares beneficiárias do programa através de entrevistas em profundidade. Em 24 entrevistas apenas um membro da família participou, as outras seis entrevistas tiveram contribuição de dois membros²⁴.

Do total de 36 agricultores entrevistados, tem-se 27 homens e nove mulheres, mais de 50% está situado na faixa etária de 31 a 50 anos, conforme Gráfico 2.

²⁴ Os membros da mesma família não foram entrevistados separadamente. Ocorreu apenas uma entrevista para cada unidade familiar.

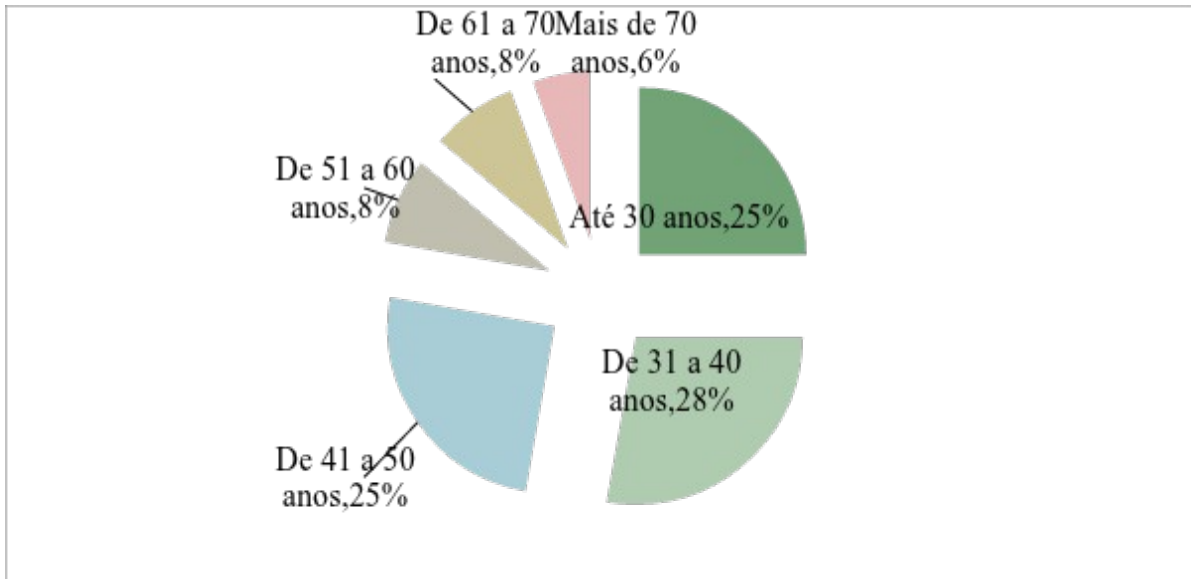


Gráfico 2 – Agricultores fornecedores do PAA Varginha, segundo a idade (2013)
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Das trinta unidades familiares que estão sendo consideradas nesta pesquisa, 21 constituem-se de três ou quatro membros, o que representa 70% do total de famílias (GRÁFICO 3).

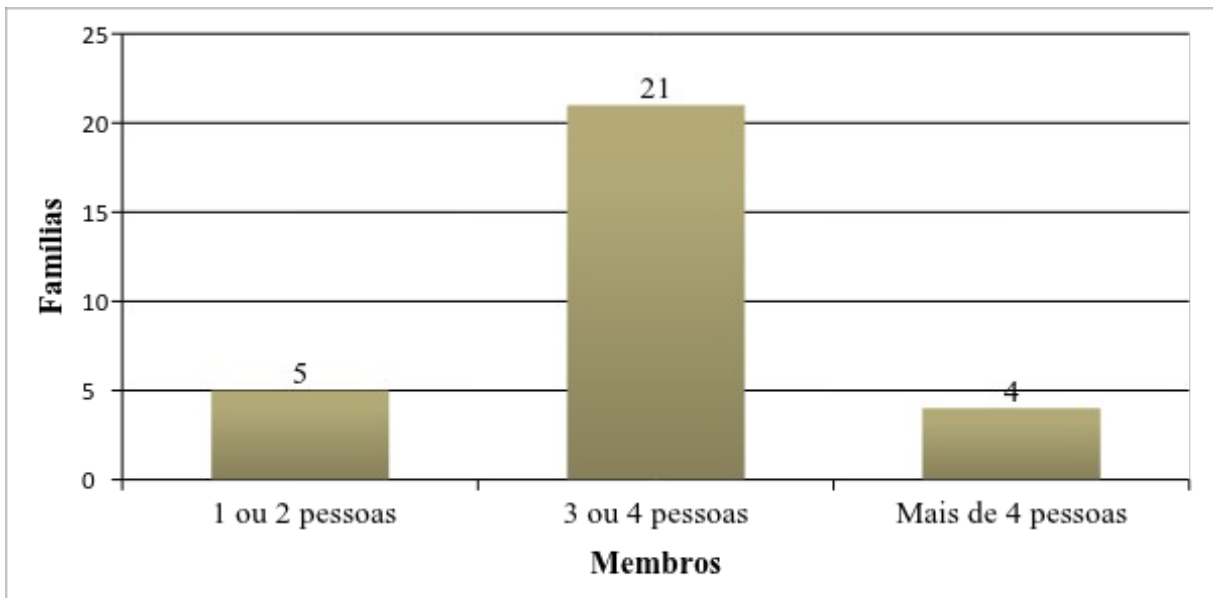


Gráfico 3 – Composição das unidades familiares dos agricultores fornecedores PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Essas trinta unidades familiares estão espalhadas entre os municípios de Elói Mendes, Monsenhor Paulo e Varginha, conforme Quadro 10. Vale destacar que a grande maioria dessas famílias, 93%, reside em áreas rurais.

Quadro 10 – Unidades familiares distribuídas por município

Município	Número de unidades familiares
Elói Mendes	17
Monsenhor Paulo	01
Varginha	12

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Cerca de 83% dos entrevistados (25 famílias) informou que todos os membros da família trabalham na propriedade rural em que vivem e/ou produzem, sendo apenas 17% (05 famílias) o número de famílias com membros que não trabalham no meio rural. Há entretanto uma parcela de oito unidades familiares que acumula o trabalho da própria propriedade com outro vínculo de trabalho. A seguir a Figura 1 descreve tal situação.

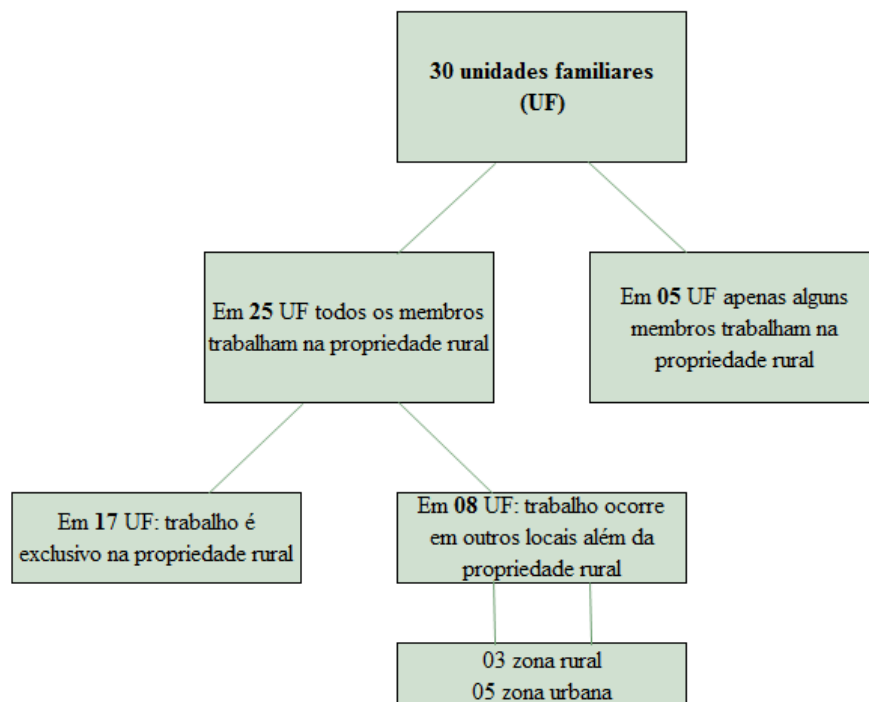


Figura 1 – Organização do trabalho
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O trabalho na propriedade rural permanece como fonte de renda principal, mas, é bastante significativo o número de famílias que estabelece outros vínculos de trabalho como uma fonte de renda extra. Maluf (2004, p. 302) aponta que “não raro, as rendas não agrícolas constituem fonte precária de renda oriunda de ocupações qualificadas e de baixa remuneração, associadas a uma atividade agrícola fragilizada”.

A maioria dos beneficiários fornecedores mora e trabalha no campo, mas, a parcela de pessoas que desenvolve atividades fora de seu estabelecimento rural também é significativa, um terço das famílias tem vínculo de trabalho com o meio urbano. Embora não se possa afirmar, vale a reflexão: por que existem pessoas que, mesmo habitando em zona rural e tendo o estabelecimento rural como fonte de renda principal, se deslocam constantemente para a cidade devido às suas relações de trabalho? Maluf (2004) aponta para a precarização no processo de mercantilização do que é produzido como uma das possíveis causas que podem gerar nas famílias a necessidade de obtenção de uma renda extra oriunda de outras fontes que, na maioria das vezes, também não remuneram o suficiente e ainda contribuem para que o homem rural se desprenda de suas raízes.

Quanto à extensão dos estabelecimentos rurais, o módulo fiscal equivale a 26 hectares em Elói Mendes e Varginha, em Monsenhor Paulo equivale a 30 hectares. Lembrando que uma propriedade rural para ser considerada familiar conforme os critérios da Lei 11.326/06 deve ter área máxima de quatro módulos fiscais, propriedades rurais com até 104 hectares são consideradas familiares nos municípios de Elói Mendes e Varginha e propriedades com até 120 hectares são consideradas familiares em Monsenhor Paulo. Nota-se, contudo, que a maioria dos estabelecimentos rurais não ultrapassa 10 hectares (GRÁFICO 4). E ainda que, 28 das trinta propriedades em questão não ultrapassam um módulo fiscal.

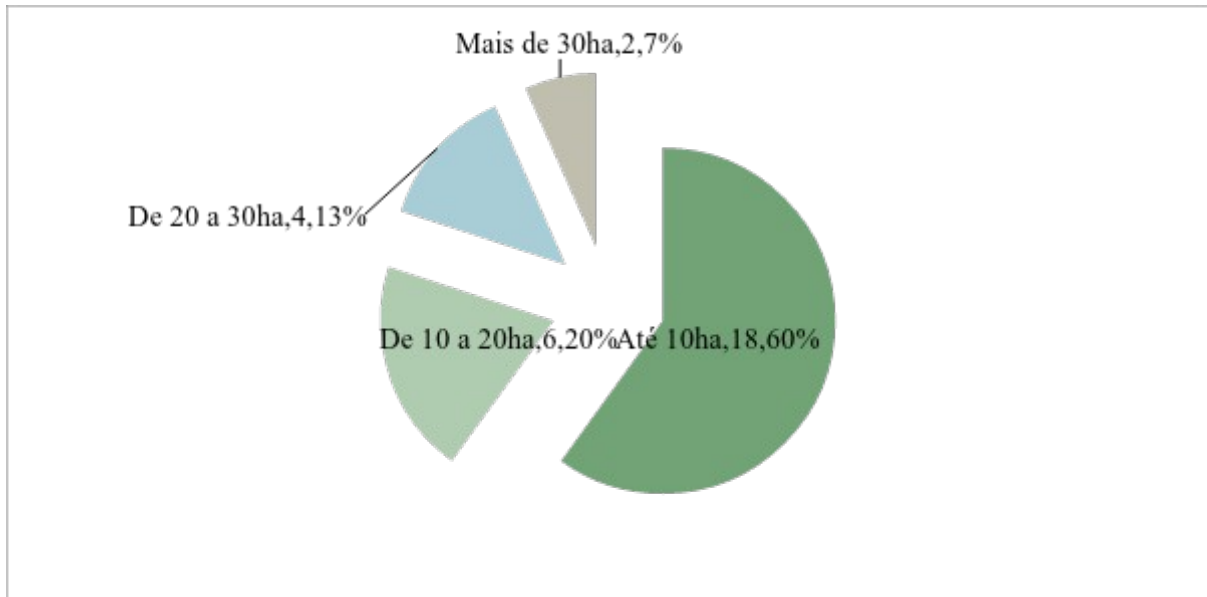


Gráfico 4 – Tamanho dos estabelecimentos rurais (em hectares) dos agricultores fornecedores PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Nota: As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 10 a 20 ha entende-se de 10 a 19,99 ha.

No que se refere às formas de ocupação das propriedades rurais, a maioria das unidades familiares fornecedoras de alimentos ao PAA, 73%, é proprietária dos estabelecimentos rurais que residem e/ou produzem (GRÁFICO 5).

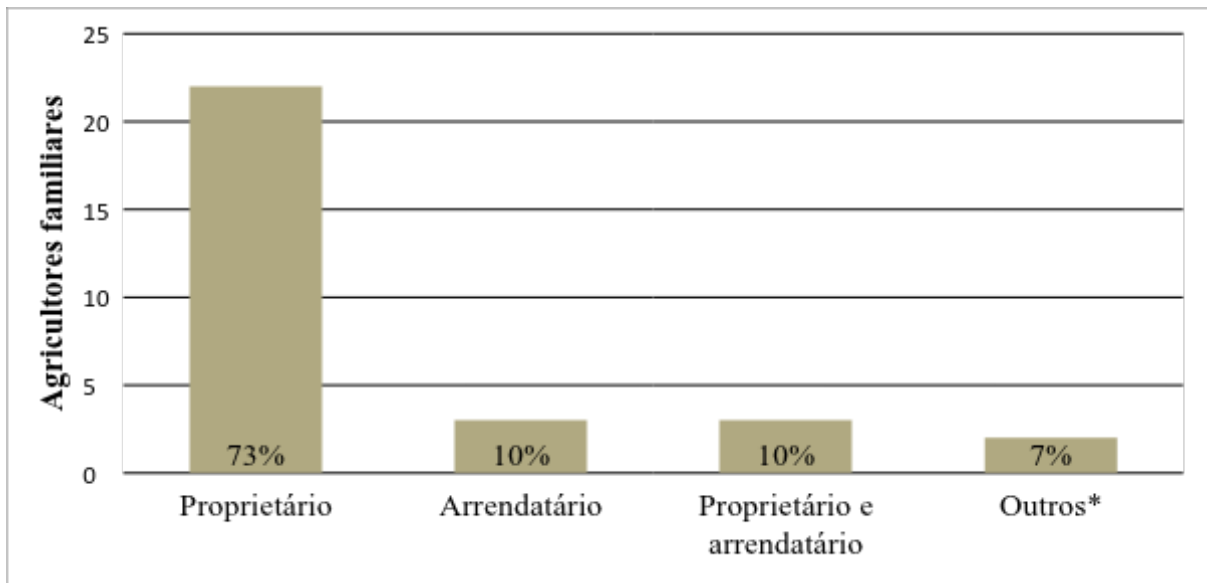


Gráfico 5 – Forma de ocupação dos agricultores fornecedores do PAA Varginha sobre as propriedades rurais
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Nota: *Em "outros" estão sendo considerados os agricultores familiares comodatários, ou seja, os agricultores que declararam residir e produzir em estabelecimentos rurais dos quais não são proprietários, mas também não pagam arrendamento pelo uso da terra.

O acesso a terra é uma importante conquista para a agricultura familiar que tem sua trajetória histórica marcada por lutas “para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1996, p. 11).

A plantação e/ou fabricação de alimentos é bastante diversificada, a produção de hortaliças, raízes e tubérculos ocupa o primeiro lugar no ranking dos itens mais produzidos, todos os agricultores produzem alimentos que se enquadram na categoria “Hortaliças, raízes e tubérculos” (GRÁFICO 6).

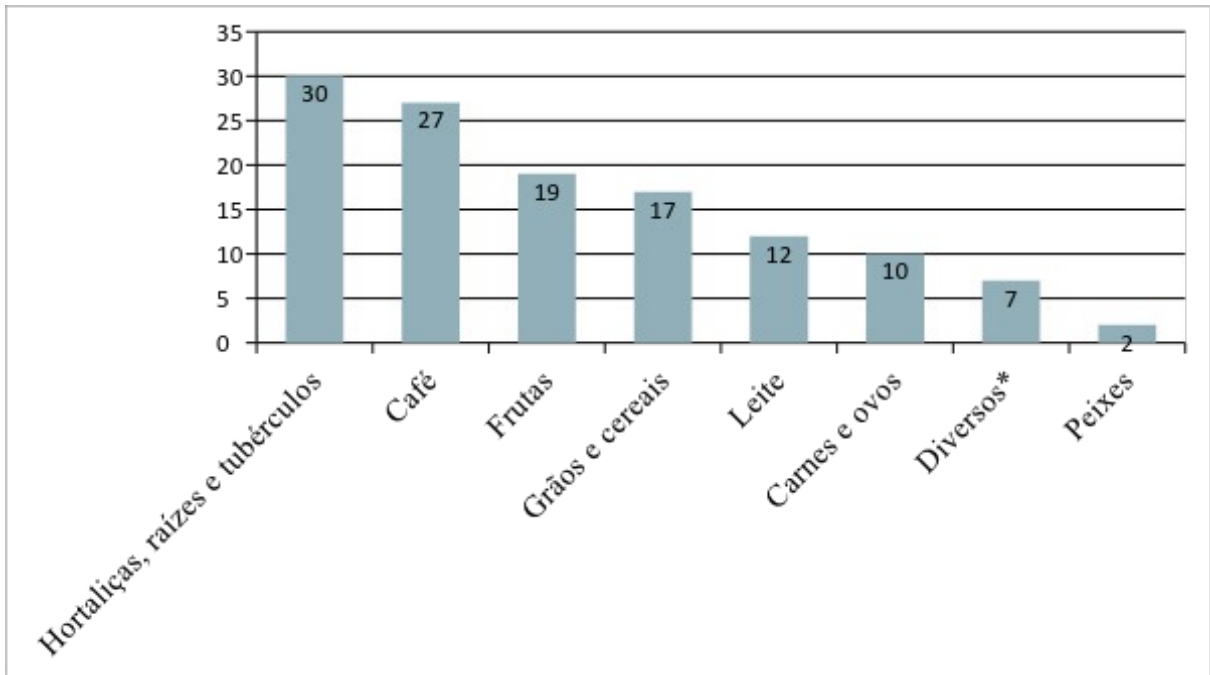


Gráfico 6 – Principais cultivos das propriedades rurais dos agricultores fornecedores do PAA Varginha

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Nota: Em "diversos" está incluído mel e produtos agroindustriais (fubá, doce de leite, doces em geral, queijo, rosca e pó de café). Cada um desses produtos foi mencionado por apenas um AF, exceto pó de café que foi mencionado três vezes.

Os produtos agroindústrias mencionados, inclusive na categoria “Diversos”, não são fabricados em agroindústrias formalmente constituídas. Neste estudo, entende-se por agroindústria qualquer atividade econômica que agregue valor a produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias ou pesqueiras compreendendo desde os processos simples tais como limpeza e classificação, até processos mais complexos que incluem operações de transformação física, química ou biológica. A grande maioria dos agricultores produz em casa, apenas um agricultor declarou possuir um cômodo exclusivo para processar mel.

Informação importante que também merece destaque é a forte representatividade da cafeicultura dentre os diversos alimentos que são produzidos, 90% das famílias declarou trabalhar na produção cafeeira, muitas vezes como fonte de renda principal (GRÁFICO 7).



Gráfico 7 – Produção de café dentre os agricultores fornecedores do PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Antecipando parte da discussão que será explorada posteriormente, é preciso considerar dois pontos importantes: A região Sul Mineira é tradicionalmente conhecida pela produção de café, a questão da tradição, do saber herdado pode ter influenciado diretamente no resultado obtido, afinal quase todas as famílias que estão sendo consideradas nesta pesquisa ocupam-se com a produção de café. Por outro lado, não se pode desconsiderar o que Wanderley (1996) aponta, o processo de especialização agrícola, neste caso do café, juntamente com todos os seus riscos é, por vezes, o meio encontrado pelos agricultores em obter maior espaço no mercado, maior renda e garantir o sustento da família.

Quanto ao tempo de participação no programa, nota-se que a maioria dos agricultores fornecedores tem vínculo com o PAA por tempo maior ou igual a três anos. Considerando que o PAA iniciou suas atividades em Varginha há pouco mais de quatro anos, precisamente em Dezembro de 2009, boa parte dos agricultores aderiu ao programa logo que foi implantado no município (GRÁFICO 8).

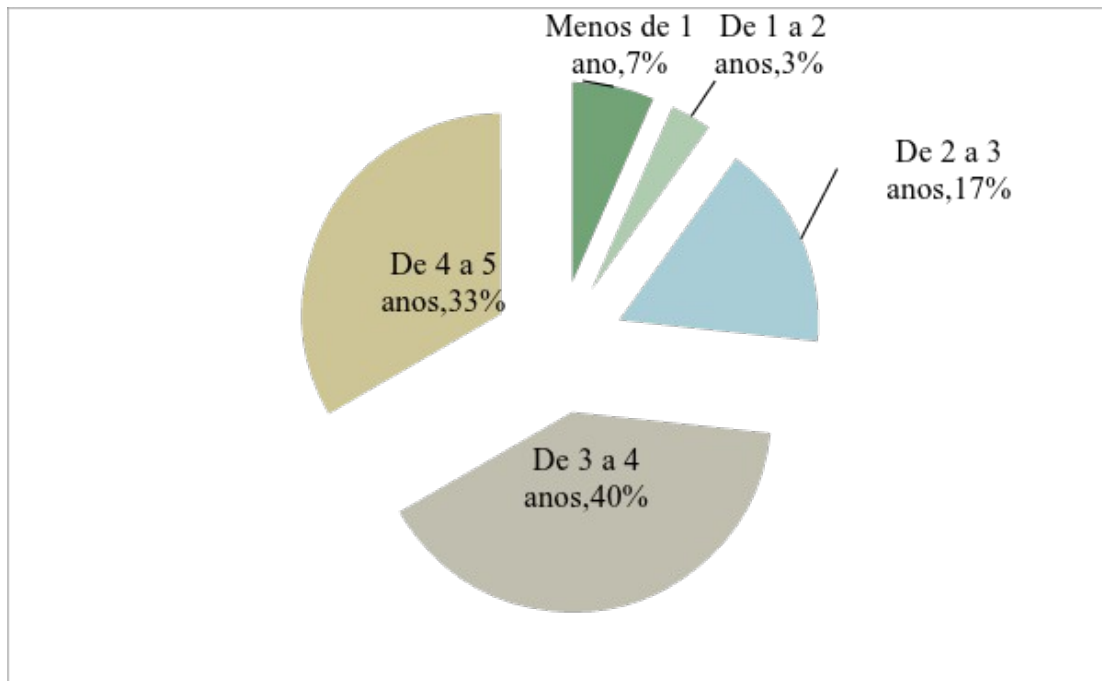


Gráfico 8 – Tempo de participação no PAA
 Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Resumidamente, pode-se dizer que os agricultores fornecedores de alimentos ao PAA/Varginha têm residência fixa na zona rural e são proprietários das terras em que produzem. A grande maioria dos estabelecimentos rurais não ultrapassa um módulo fiscal. A produção de alimentos é diversificada, entretanto, merece destaque a tradição cafeeira mencionada por boa parte dos entrevistados. Hortaliças, raízes, tubérculos e frutas são os produtos mais fornecidos ao programa, sendo as produções de carnes, ovos, grãos, cereais e leite preferentemente direcionadas à alimentação da unidade familiar.

4.2.2 Segurança alimentar e nutricional

A segurança alimentar e nutricional entendida nesta pesquisa como o ato de promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às

pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Lei 11.346/06²⁵), foi o primeiro indicador criado previamente à elaboração do roteiro de perguntas.

Três das 15 perguntas do roteiro foram pensadas no intuito de saber se o PAA contribuiu para a segurança alimentar e nutricional. Mas, as respostas foram esparsas, não apareceram somente nas três perguntas direcionadas ao tema, mas em todo corpo da entrevista.

Após o trabalho de campo chegou-se a três constatações importantes, a primeira é de que o ingresso dos agricultores familiares no programa fez com que estes agricultores ampliassem e/ou diversificassem significativamente a produção de alimentos.

A segunda é de que há uma preocupação por parte desses agricultores em fornecer produtos de qualidade ao programa. Embora este não seja o objetivo central desta pesquisa, inclusive não há como mensurar através dos dados coletados o quanto ou de que forma a qualidade dos produtos foi afetada após a adesão dos agricultores ao PAA, vários agricultores falaram sobre alterações no modo de produzir como redução do uso de agrotóxicos, investimentos em irrigação e outros equipamentos para uso na horta. Pode-se dizer que este é um dos pontos que constituem uma nova agenda para pesquisas futuras.

A terceira, mas não menos importante, é de que a participação no PAA de certa forma ampliou o acesso dos próprios beneficiários fornecedores aos gêneros alimentícios que fornecem ao programa.

A ampliação e diversificação da horta foram relatadas pelos entrevistados como uma das principais modificações na produção de alimentos após a adesão ao PAA, tal fato fica expresso em afirmações como do agricultor seguinte “[...] no começo a gente trazia menos coisa, no caso no começo a gente trazia mais só couve, alface, mais essas hortaliças mesmo e aí depois com o tempo a gente foi plantando mais coisa” (ENTREVISTADO 5).

Essas transformações na produção dão-se, basicamente, de duas formas: ou por iniciativa própria do agricultor ou por exigência do PAA como relatado a seguir no diálogo de um casal de agricultores:

Ah, PAA sempre pede mais pra gente plantar legumes, beterraba, cenoura, fazer uma variedade, pra gente não procurar não trazer só um produto. (ENTREVISTADO 16).

²⁵ Lei 11.346 de 15 de setembro de 2009, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Porque se você for trazer só produto que é bom de preço... aí não dá certo né, tem que trazer variedade. (ENTREVISTADO 16A).

A couve e o cheiro verde, por exemplo, tem um preço melhor que as outras coisas e a beterraba, a cenoura tá R\$0,35, mas, a gente tem que trazer um pouquinho de cada coisa senão imagina todo mundo trazendo só couve e cheiro verde?! (ENTREVISTADO 16).

Vale destacar que mesmo nos casos em que a produção foi diversificada por iniciativa do AF o estímulo inicial foi a adesão ao programa, em todos os relatos é o ingresso no PAA que impulsiona essas modificações iniciais no trabalho dos beneficiários fornecedores entrevistados.

Houve ainda quem apontasse que apesar de já ter ampliado a horta, tem a expectativa de aumentar um pouco mais.

[...] quando começou você podia trazer quase uma coisa só, agora tem várias, porque aí a gente vai plantando. [...] Tinha uma hortinha pequena só pra consumo, aí depois que abriu aqui foi aumentando. E pretende aumentar mais, esse ano já aumentei um pouco, agora eu pretendo aumentar mais. (ENTREVISTADO 11).

Conforme as ideias de Wanderley (1996) que foram expostas nas seções anteriores, a diversidade de cultivos constitui a base do sistema produtivo dos agricultores familiares, mas na tentativa de acompanhar o processo de modernização agrícola para se inserirem no mercado muitos desses agricultores familiares acabaram aderindo ao processo de especialização da agricultura. O trânsito do sistema policultura-pecuária para a monocultura acarretou diversos prejuízos para o segmento, expôs os agricultores familiares aos riscos da especialização agrícola, fez com que perdessem seu modo de produzir tradicional e, além disso, não criou as condições necessárias para que obtivessem sucesso na comercialização dos produtos. Fica então explícita por Wanderley (1996) a necessidade de incentivar esses agricultores a diversificarem a produção como meio de se fortalecer. Grisa *et al.* (2009) reafirma os estudos de Wanderley e ainda aponta o PAA como um programa que interfere na matriz produtiva da agricultura familiar, no sentido que contribui para que os agricultores familiares façam o caminho de volta, da especialização agrícola para a produção diversificada.

O que foi relatado nas entrevistas corrobora com a ideia desses autores, de fato o PAA Varginha contribui para que os agricultores familiares após ingressarem no programa

ampliem e/ou diversifiquem sua produção o que possivelmente representa um retorno para o sistema produtivo considerado a base forte da agricultura familiar. É elucidativa a fala de uma agricultora quanto a essas questões:

O café está ruim muito, está muito ruim, o que a gente gastou pra colher, foi difícil, pra render o que ele dá está muito pouco. Eu falei pros filhos: “Vamos cortar o cafezal e plantar verdura”, que a gente entrega em outros lugares né, em outras... supermercado né e meus filhos: “Ah não vó, mãe”, os neto também fala, “vamos ficar no café mesmo, porque a senhora nasceu no café e ainda vai morrer no café”. Mas, mesmo a gente, eu com meu marido, quando nós casamos, a primeira coisa que a gente teve na vida foi a verdura! A gente entregava na cidade, depois que parou com a verdura e ficou com o café, porque o café aumentou a gente ficou com o café, nem não plantou mais verdura, mas nosso começo de vida de casado, já faz 51 anos de casado... foi a verdura que nós começou. (ENTREVISTADO 21).

A cafeicultura é fortemente presente entre os beneficiários fornecedores entrevistados, 90% declarou produzir café, boa parte desses agricultores informou que iniciou o plantio de outras culturas para se inserir no programa, fato que também confirma os estudos de Grisa *et al.* (2009), através da execução de políticas públicas como o PAA ocorre um retorno, ainda que parcial, à policultura.

A segunda constatação importante é que os agricultores fornecedores não diversificaram simplesmente a produção, há uma preocupação em ofertar alimentos de qualidade ao programa. Dentre as principais modificações que os beneficiários fornecedores entrevistados do PAA Varginha realizaram na produção, o investimento na qualidade do que está sendo produzido merece destaque. Segue o que alguns agricultores relataram sobre essa questão:

Ah sempre procuro melhorar a qualidade né, hoje a maior parte do canteiro eu estou cobrindo pra dá uma planta melhor, aquela alface mesmo que nós tiramos, ela é coberta. (ENTREVISTADO 13).

E também a gente faz com a ajuda lá da EMATER de Elói Mendes, não sei se você conhece o João²⁶, sempre ele faz acompanhamento assim e eu vou seguindo a instrução dele, agora mesmo olha pra você vê o alface que chic que está, cabeça de um quilo e duzentos quase você entendeu?! E aí a gente... lá é tudo normal você entendeu?! Eu coloco esterco do curral mesmo, não ponho nada químico, a única coisa química que eu ponho, assim mesmo não é, é (áudio com problema), e pra purgão eu... o pessoal usa uns produtos aí, químico. Eu, quem me ensinou foi o João, é usar detergente, um pouquinho só na água que não é tóxico né, aí foi uma modificação muito boa pra gente que vai aplicar e pra quem vai consumir. (ENTREVISTADO 29).

²⁶ João é um nome fictício criado para preservar a identidade dos atores envolvidos na pesquisa.

Quando o Entrevistado 29 menciona “o pessoal usa uns produtos aí, químico”, ele não especifica quem são as pessoas às quais se refere, deixando em aberto a idéia que os próprios fornecedores do PAA podem estar utilizando defensivos agrícolas em quantidade excessiva na produção de alimentos, embora também possa ser outros agricultores da comunidade em que mora ou de outros locais que comercializa. A fragilidade desta pesquisa esta no fato de não ter coletado dados suficientes para classificar estas proposições como verdadeiras ou falsas. Conforme mencionado anteriormente, estes pontos podem tornar-se um campo de pesquisas futuras.

A diversidade e a qualidade dos alimentos que estão sendo produzidos têm influência direta na segurança alimentar e nutricional de todos os beneficiários do PAA, mas merece destaque especial, devido aos objetivos da pesquisa, a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários fornecedores. Observou-se através do diálogo com os entrevistados que o aumento e a diversificação da produção que ocorreram após a adesão ao programa garantiram o autoconsumo das famílias, o acesso à alimentação foi ampliado.

Os agricultores familiares foram indagados sobre o porquê de permanecerem como fornecedores do programa, quais vantagens o PAA trazia para suas vidas, a questão do acesso à alimentação apareceu como um dos benefícios, tal fato fica explícito na afirmação seguinte de um dos agricultores: “E pra alimentação também em casa, de primeiro, quando não tinha isso a gente não tinha verdura, porque aí planta pouquinho desanima, agora você planta pra vender dá pra comer também, se alimenta melhor” (ENTREVISTADO 20).

Por vezes a questão do acesso à alimentação extrapola a unidade familiar e se estende para a comunidade local que está aqui sendo representada pelos vizinhos, parentes e amigos dos beneficiários fornecedores. Com o aumento significativo da produção os agricultores acabam doando alimentos para outras pessoas da comunidade, é o que alegou um dos fornecedores do PAA quando indagado por que decidiu participar do programa.

Nossa isso aí foi muito bom, porque isso aí é um dinheiro extra que entra... e muitas vezes a gente trabalha pra fora, assim por dia como se diz, e esse dinheiro assim, esse programa, além de ajudar, a gente pegar um dinheiro por fora, um extra, porque o café está muito ruim de preço né, nossa não nem te falo... e pra sobrevivência da própria família, porque eu plantava pouquinha verdura, agora eu planto lá, as colega minha, as colega da minha esposa, eu não vendo não, eles pega lá, pra saúde da gente é muita coisa, a gente consome mais verdura, legume essas coisa. [...] Olha pra você ver... até um tempo atrás eu consumia pouquinha verdura, aí com esse

programa agora que a gente foi plantando, incentivando a gente, a gente consome mais verdura nem resfriado dá, é legal!. (ENTREVISTADO 29).

Vários agricultores apontaram a alimentação de qualidade como um dos motivos para ingressar e/ou permanecer no programa, é o que fica ilustrado na resposta seguinte de um dos fornecedores quando questionado sobre o porquê de fornecer alimentos ao PAA.

Ah, por falta de serviço, porque lá praticamente quase não tem serviço, e alimentos dentro de casa também, foi uma renda que favoreceu bastante aí me deu serviço, me deu alimentos e ainda ajuda bastante famílias vizinhas, por exemplo, porque aí vai lá pega verdura, vai sobrando bastante coisa a gente acaba doando bastante coisa. (ENTREVISTADO 9).

Os benefícios para a alimentação também podem ocorrer de forma indireta, com a melhoria na renda dos agricultores, por exemplo, o dinheiro recebido pode ser convertido para a compra de outros gêneros alimentícios que não são produzidos no estabelecimento. Assim informa o Entrevistado 20 “[...] na alimentação, às vezes a gente recebe a gente faz compra”. Como o PAA influencia na renda dos agricultores é um dos tópicos que serão discutidos no subitem 4.2.3.

Embora a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários consumidores não seja o foco principal da pesquisa, é preciso ressaltar que a diversidade de alimentos entregues no PAA Varginha contribui para a boa alimentação do público consumidor no município.

A partir da pesquisa de campo constatou-se que as hortaliças, raízes e tubérculos e também as frutas são os principais produtos fornecidos pelos agricultores familiares no PAA/Varginha (GRÁFICO 9). Já a produção de carnes e ovos, de grãos e cereais, como milho e feijão, e de leite é predominantemente voltada para o consumo da própria família, conforme mencionado pelos agricultores entrevistados.

As hortaliças, raízes e tubérculos como os principais produtos ofertados pelos beneficiários fornecedores do PAA Varginha coincide com os dados nacionais apresentados no Gráfico 1. Os demais produtos, mesmo sendo cultivados por boa parte dos agricultores (GRÁFICO 6) são entregues em menor quantidade ao programa (GRÁFICO 9).

A gestão do PAA Varginha informou que em 2013 a Compra Direta com Doação Simultânea adquiriu 595.346 kg dos alimentos mencionados no gráfico 09, distribuídos da

seguinte forma: 98.550 kg no primeiro trimestre, 197.771 kg no segundo, 115.256 kg no terceiro e 183.769 kg no quarto e último trimestre do ano de 2013.

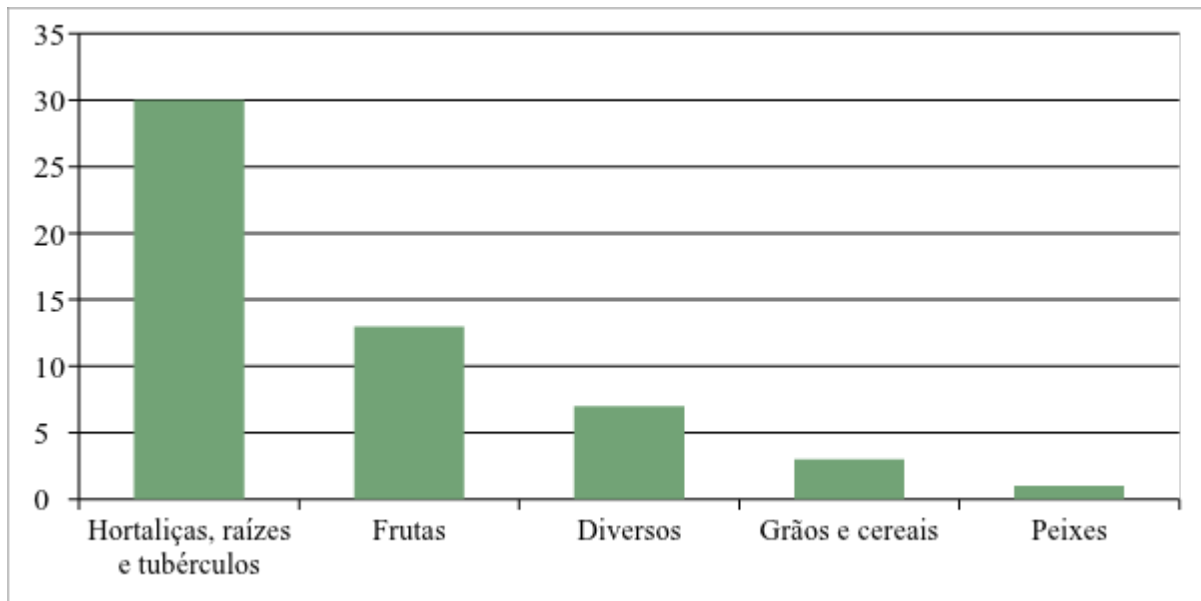


Gráfico 9 – Principais produtos fornecidos ao PAA/Varginha

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Nota: Em "Diversos" está incluso mel e produtos agroindustriais (fubá, doce de leite, doces em geral, queijo, rosas e pó de café). Cada um desses produtos foi mencionado por apenas um AF, exceto pó de café que foi mencionado três vezes.

Além disso, os agricultores relataram não demorar mais que 18 horas para entregar os produtos no PAA após a colheita, 67% dos entrevistados colhe os alimentos à tarde no dia anterior da entrega e 20 % colhe na manhã do dia que tem entrega agendada (GRÁFICO 10), demonstrando que os produtos entregues, além de diversificados, são frescos para o consumo.

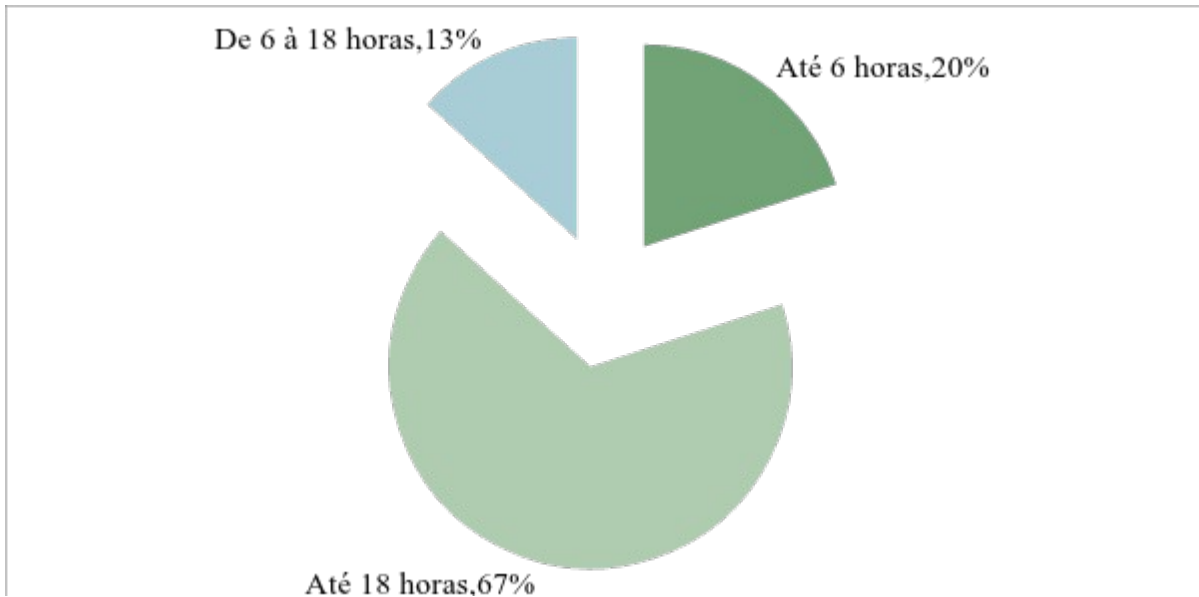


Gráfico 10 – Tempo de entrega dos produtos no PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Sintetizando, as informações colhidas em campo corroboram o que foi exposto no referencial teórico, a produção diversificada contribui para o autoconsumo das famílias e o PAA, operacionalizado principalmente na modalidade Compra direta com doação simultânea, influencia na qualidade da alimentação dos beneficiários fornecedores, pois induz que essas famílias ampliem e diversifiquem sua produção.

Tendo dito isso, é possível inferir que o PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e para sua inserção no mercado à medida que incentiva que o público beneficiário fornecedor amplie, diversifique e/ou melhore a qualidade do que está sendo produzido. Essas modificações na produção acabam tendo reflexo positivo na alimentação da unidade familiar e também dos amigos, vizinhos e demais familiares. Obviamente as transformações na produção que foram aqui apontadas por si só não contribuem para as relações de mercado dos agricultores do PAA de Varginha, mas, pode-se dizer que é o primeiro passo, são as primeiras modificações necessárias para que ampliem seus espaços de atuação no mercado local.

4.2.3 Inclusão econômica e social da agricultura familiar

Conforme a íntegra do Decreto 7.775/12, art. 2º, inciso I, é finalidade do PAA “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda”, a inclusão econômica e social é primordial para o desenvolvimento e garantia de vida digna aos agricultores. Tal inclusão traduz-se pela garantia de comercialização do que é produzido, melhor renda e criação das condições necessárias para que os agricultores familiares possam se manter no campo.

Durante a pesquisa empírica foram levantados três pontos do PAA Varginha que se relacionam diretamente com a finalidade do programa de promover a inclusão econômica e social da agricultura familiar, portanto, merecem especial atenção nesta seção. Primeira questão refere-se à melhoria da renda obtida pelos beneficiários fornecedores, a segunda aos preços que os produtos são ofertados e a terceira à capacidade do PAA em inserir os agricultores familiares em diferentes redes de comercialização.

A Tabela 2, identificada a seguir, descreve os locais em que os beneficiários fornecedores entrevistados comercializam seus produtos.

Tabela 2 – Locais de comercialização dos beneficiários fornecedores do PAA Varginha

Locais em que os beneficiários fornecedores entrevistados comercializam seus produtos			
Locais	Beneficiários fornecedores		Beneficiários fornecedores por número de estabelecimentos de comercialização
	Em N°	Em %	
Cooperativas/Armazéns*	24	80%	20 AF's repassam para uma cooperativa. 02 AF's vendem para Armazéns***. 02 AF's repassam para uma cooperativa e para Armazéns****.
PNAE	12	40%	Todos os AF's comercializam em apenas um PNAE.
Feira Livre**	8	aprox. 27%	Todos os AF's comercializam em apenas uma feira livre.
Sacolão	4	aprox. 13%	02 AF's comercializam em 01 sacolão. 02 AF's comercializam em 02 sacolões.
Diversos	3	10%	01 AF faz entregas eventuais sob encomenda. 02 AF's fazem entregas à domicílio.
Supermercados	2	aprox. 7%	Todos os AF's comercializam em apenas um supermercado.
Restaurante	2	aprox. 7%	01 AF comercializa em 02 restaurantes. 01 AF comercializa em 03 restaurantes
Atravessador	1	aprox. 3%	0 AF entrega os produtos para vendedores ambulantes*****.
Indústria	1	aprox. 3%	0 AF comercializa em apenas uma indústria.

Notas: *No item "Cooperativas/Armazéns" o único produto comercializado é o café. **Em "Feira Livre" está incluído o mercado do produtor do município de Varginha. ***Os entrevistados não especificaram se repassam o café para um ou mais armazéns. ****O entrevistado não especificou para quantos vendedores ambulantes entrega.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Nota: Foi utilizado na tabela a sigla AF' para agricultor familiar.

Importante: 1) Vale lembrar que esta pesquisa considera o total de 30 unidades familiares como agricultores ativos no programa. A participação de um agricultor familiar em um dos locais mencionados na tabela acima não exclui a participação nos demais locais. 2) A tabela acima demonstra que 80% dos agricultores comercializa o café que produz através de alguma cooperativa ou vende para algum comprador de café do próprio município (Armazéns), mas, foi mencionado anteriormente que 90% dos entrevistados produzem café, a diferença de 10% justifica-se porque dois agricultores passaram a produzir café recentemente e ainda não colheram e porque um agricultor declarou produzir café, mas não declarou vendê-lo, afirmou que o café da propriedade pertence ao pai.

A principal rede de comercialização dos entrevistados é o café, 80% desses agricultores comercializam o produto, dado interessante é que a segunda principal rede de comercialização que abriga 40% dos entrevistados está representada na Tabela 2 por outro programa governamental, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O critério que está sendo utilizado para definir essas redes de comercialização é numérico, ou seja, o café está sendo considerado como a principal rede porque é a que abriga maior número de agricultores, o PNAE a segunda porque após a do café é a que contempla o maior número de agricultores.

Os dados do Gráfico 2 foram organizados no Gráfico 11 de modo que se possa visualizar a rede de comercialização estabelecida por unidade familiar fornecedora.

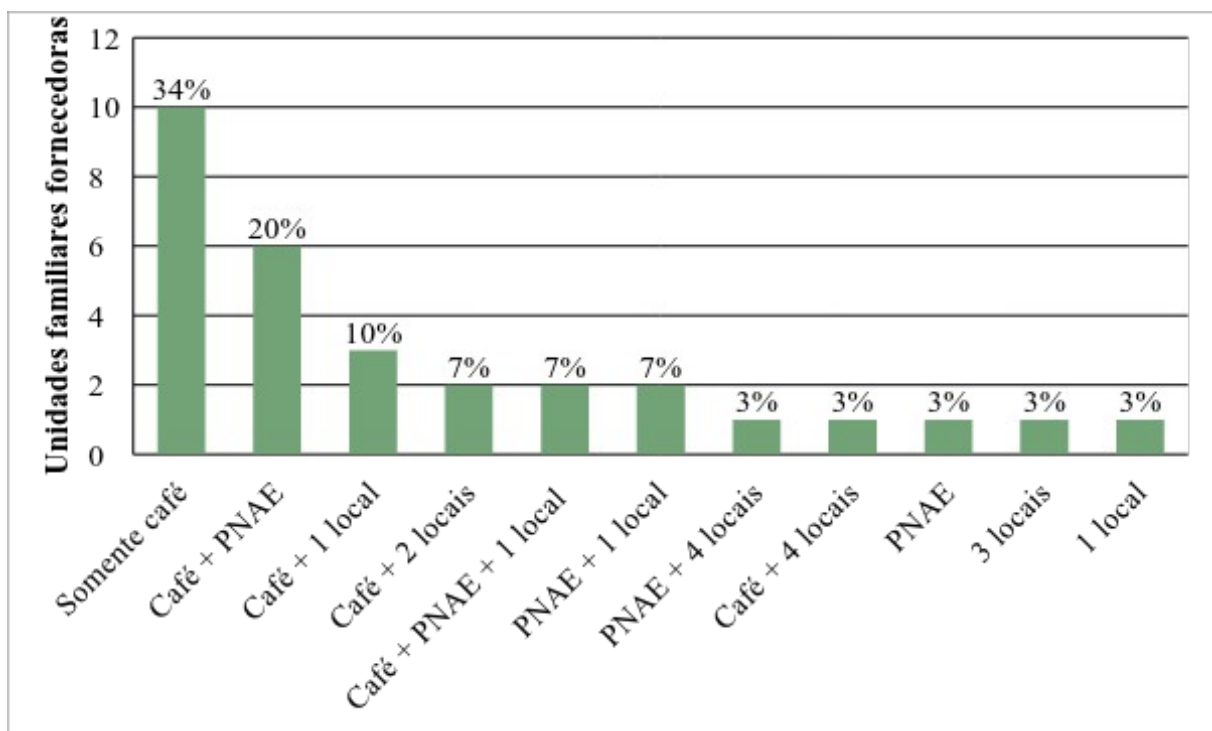


Gráfico 11 – Redes de comercialização dos beneficiários fornecedores entrevistados PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Um terço dos agricultores familiares tem o café como única rede de comercialização além do PAA e um quinto dos agricultores familiares tem somente o café e o PNAE para vender o que produz, ou seja, a metade do público beneficiário ocupa-se exclusivamente com o café e/ou com o PNAE. O critério para caracterização dessas redes deixa de ser apenas numérico, pois o café e o PNAE não são apenas as redes que abrigam

maior número de agricultores, o Gráfico 11 demonstra que essas redes são para 50% dos entrevistados as únicas fontes de renda, além do PAA é claro. A outra metade fica dividida, parte se ocupa com café e tem outros locais para vender como feiras-livres, sacolões, supermercados, restaurantes, etc., e parte não vende café, mas também possui outras fontes de renda. A seguir o Gráfico 12 expõe o que os agricultores entrevistados declararam como a maior fonte de renda da unidade familiar.

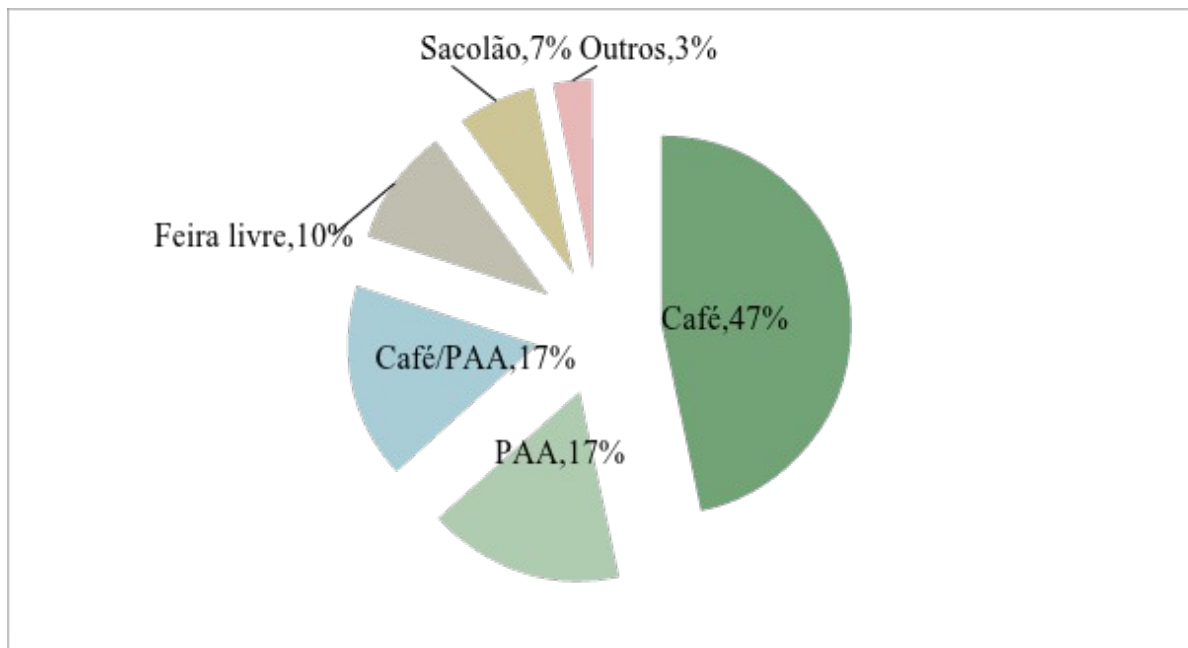


Gráfico 12 – Principal fonte de renda das unidades familiares
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Considerando que o café é atividade que agrega mais agricultores já era esperado que ele fosse também a principal fonte de renda, 46% dos agricultores apontou-o como a renda principal. Tem-se então, conforme a Tabela 2 e os gráficos 12 e 11 respectivamente, o café como a rede de comercialização maior, mais rendosa e como única alternativa para muitos agricultores.

O PAA foi, de modo geral, relatado como uma fonte de renda complementar:

Ter uma filha formada não é fácil! Em um pedaço de terra desse aí lá na roça, estudar uma pessoa é custoso. Ainda tem o outro rapazinho, é formado também, é técnico agrícola, já formou, vai estudar mais ano que vem, vai seguir o estudo, o que ajuda nós é isso aí. Esse dinheiro é pra isso, ajudar a família. [...] cada vez que vai o dinheiro daqui cada vez vai pra uma coisa. Que nem a última pega que nós pegou do dinheiro que nós entregou foi pra nós fazer a formatura da moça, aí a formatura foi

paga com o dinheiro daqui. A esposa pegou e pagou a formatura, pagou tudo e foi caro né. Foi pegado aqui o dinheiro e o dia que pegou, falei: Ó está aqui o dinheiro, vamos pagar! Aí pagou, o derradeiro do pagamento que fez foi esse. Agora esse nós veremos ainda, mas, é pra ajudar a família. (ENTREVISTADO 23).

Entretanto, não se pode desconsiderar que 17% dos beneficiários declararam o PAA como fonte de renda principal. Outros 17% apontaram o PAA juntamente com o café como rendas principais, não souberam informar de qual dessas duas redes de comercialização obtêm maior retorno financeiro. Essas duas parcelas de agricultores totalizam 34%, ou seja, são 34% das unidades familiares consideradas nesta pesquisa dependendo, ainda que parcialmente, do PAA para sustento da família.

Vale lembrar que o PAA estabelece que cada agricultor pode fornecer em produtos o valor máximo de R\$ 5.500,00 **por ano** e que este valor passou a vigorar no PAA de Varginha apenas no início do ano de 2014, ou seja, quando as entrevistas foram realizadas em Novembro de 2013, o limite estabelecido por agricultor era de R\$4.500,00 **por ano**. Este é com certeza um dado preocupante que será discutido mais adiante.

Os beneficiários apontaram a melhoria na renda como o principal motivo para iniciar a participação no programa e também para permanecer como fornecedor. O que está expresso no diálogo seguinte de dois agricultores ilustra bem o que muitos deles mencionaram nas entrevistas quando questionados sobre por que optaram em fornecer produtos ao programa ou por que permanecem como agricultores ativos no PAA:

Uai porque nós vivia só do café antes, e o café é o tipo de coisa que dá de dois em dois anos, um ano sim, um ano não, mesmo antes do café ter essa queda de preço tava sendo difícil, porque a gente passava dois anos com a terra sem ter como arrecadar um dinheiro. [...] O café agora é complicado né, o café dá um dinheiro bom só que ele tem uma despesa muito grande também, com adubo... entendeu... a própria colheita já vai metade do café. Aí como se diz, se for pra ser o líquido total, as verdura dá mais retorno. (ENTREVISTADO 16).

É, o problema da verdura é você ter esse limite né, se não tivesse esse limite nada competia com ela. (ENTREVISTADO 16A).

Não dá pra viver só da verdura porque você só pode entregar R\$4.500,00 no ano e depois só no próximo ano. (ENTREVISTADO 16)

A garantia de renda está intrinsecamente relacionada ao que foi discutido no subitem anterior sobre a importância de uma produção diversificada, um dos intuitos de incentivar os agricultores familiares a diversificarem a produção de alimentos consiste

basicamente no que está expresso no relato acima: é o meio de fazer com que as famílias tenham renda o ano todo, não dependendo de apenas uma cultura que pode deixá-los à mercê de todos os riscos que a monocultura traz consigo.

Conforme expresso no Gráfico 12, 17% dos beneficiários considera que a renda do café equipara-se à renda obtida no PAA. Quando indagados sobre a principal renda familiar, não souberam informar qual das duas atividades constitui a maior fonte de recursos. Duas das respostas obtidas estão transcritas a seguir:

Ah... agora está difícil de responder! Porque o café está péssimo, o café está péssimo, o café já me ajudou muito, mas agora está péssimo o café. A verdura intercala, ajuda um pouco, já dá pra comprar uma coisinha, pagar uma faculdade do neto, ajudar, “vó estou precisando de um livro”, “vó estou precisando disso”, a gente ajuda. (ENTREVISTADO 21).

A renda principal vem do café. Eu acho que é igual. Você fez uma pergunta difícil agora! Como é que eu vou te falar... eu uso, os dois são renda principal entendeu?! Aqui, o café, porque o café é constante, todo ano. Só que o café é uma renda assim que você, ela não é que nem aqui que você entrega em janeiro, depois fevereiro, o ano inteiro, o café já é uma renda que vem numa hora só, que vai ser lá pra agosto, entendeu?! Então, creio eu que a renda principal é a verdura, né?! (ENTREVISTADO 27).

Contudo, o que é de fato preocupante é a parcela de agricultores que declarou o PAA como principal fonte de renda. Isso demonstra que as condições que o agricultor familiar da região dispõe para manter-se no campo ainda são precárias e que apesar do PAA representar um avanço ainda há muito que se fazer para que haja desenvolvimento rural.

A ideia é que esses agricultores após diversificarem a produção para inserir-se no programa possam ampliar seus espaços de atuação no mercado local, pois passam a ter mais produtos a oferecer, a qualidade dos alimentos torna-se conhecida, etc., o intuito não é que o PAA se transforme no principal meio de obtenção de recursos financeiros da unidade familiar.

Ocorre que por vezes a relação do agricultor com o mercado está tão fragilizada que a vida no campo torna-se inviável. Isso é o que relatou um dos envolvidos na pesquisa que, sem perspectivas claras de comércio dos seus produtos e na impossibilidade de obter renda, optou por tentar trabalho no meio urbano. Contudo, a partir da inserção no PAA, o vínculo com o meio rural foi restabelecido.

Ao ser indagado sobre o porquê de sua participação no programa informou que o programa possibilitou o retorno para o campo, uma vez que os custos de vida na cidade são também muito elevados.

É porque ajuda muito a gente né, é um benefício que ajuda a gente e outra que morar na cidade não dá né, como que você vai morar na cidade e pagar aluguel, água, luz? E a gente não tem renda, trabalhava pros outros né, agora lá eu moro dentro da minha casinha né, já ajuda muito a gente. (ENTREVISTADO 3).

Ainda que neste primeiro momento, de retorno ao meio rural, o PAA seja a principal fonte de renda, deve-se lembrar que foi também o PAA o responsável pelo fortalecimento do vínculo do agricultor com o rural.

De modo geral, o dinheiro obtido com o fornecimento dos produtos ao programa é gasto pela família conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Investimentos dos recursos financeiros obtidos no PAA em percentuais

Propriedade rural e despesas familiares	73%
Propriedade rural	14%
Café	10%
Outros	3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em “propriedade rural” estão inclusos os investimentos na infraestrutura da propriedade e na produção dos alimentos que são entregues ao PAA, estas são as áreas que os agricultores familiares mais aplicam o dinheiro obtido através da participação no programa.

São elucidativas as falas dos entrevistados quando questionados sobre onde investem o que recebem no PAA:

Olha, é várias coisas. Muda que a gente compra, o adubo, e eu tenho um adubo que é próprio das vaca, do gado, que eu tenho uns gado lá, [...] a gente compra uma ração pra uma galinha, pros frango, compra um milho, porque às vezes o milho acaba que a gente colhe, a gente compra milho, então esse dinheiro ajuda em muita coisa. (ENTREVISTADO 21).

Na propriedade mesmo, na propriedade, na compra das verdura, esterco, acabei de fazer minha casa, é... e aquilo que precisa pra gente. (ENTREVISTADO 15).

[...] através desse programa aqui eu consegui adquirir um trator pra mexer com barro, antes era na mão, fiz até cirurgia, porque fazia força demais, me deu uma hérnia, tive que operar, já tive uma vez, tive que operar de novo. Através do programa adquiri um trator. (ENTREVISTADO 13).

O Entrevistado 13, acima citado, mencionou que através do programa adquiriu um trator, a título de esclarecimento é preciso dizer que o PAA não se caracteriza como uma linha de crédito, como o PRONAF, por exemplo. Neste caso, a aquisição do trator foi possibilitada pelo aumento da renda familiar após ingresso no programa, ou pela “renda garantida”, como muitos entrevistados denominaram o retorno pecuniário obtido pelo fornecimento de produtos ao programa.

Como “renda garantida” entende-se renda regular, distribuída para o agricultor mensalmente durante todo o ano e conforme a entrega de produtos ao PAA. Além disso, está livre das variações encontradas em outros locais como feiras-livres, por exemplo, nas quais a venda dos produtos depende da quantidade de alimentos ofertados pelos outros agricultores, e da quantidade de consumidores presentes no local.

Essa renda, ainda que pequena, é o que possibilitou que alguns agricultores assumissem o risco de compras parceladas e financiamentos para aquisição de bens móveis de maior custo, tais como camionetes para transporte dos produtos, máquina de fazer canteiro e tratores.

Caracteriza-se como pequena porque, hipoteticamente, se um agricultor entregar produtos durante 12 meses de um ano e utilizar o teto máximo de R\$5.500,00 da modalidade Compra Direta com Doação Simultânea, terá disponível mensalmente o valor de R\$458,33, valor correspondente a apenas 63% do salário mínimo vigente em 2014.

Com base nos relatos anteriores, pode-se dizer que os recursos financeiros do PAA são investidos no ambiente de atuação dos agricultores, no aumento da produção, em infraestrutura da propriedade, etc., cumprindo a finalidade que o programa se propõe que é criar condições que impulsionem o desenvolvimento rural.

Outro ponto que merece destaque são os investimentos dos recursos do PAA na produção cafeeira. O Entrevistado 25 foi um dos que apontaram aplicar a renda obtida do PAA no café - “[...] com o dinheiro do PAA eu comprei uma máquina de fazer canteiro, comprei uma camionete, é... cuido mais da saúde do meu pai e da minha mãe e quando sobra assim eu invisto um pouco no café. Café está ruim.” A Tabela 3 mostra que 10% dos beneficiários fornecedores declararam abertamente aplicar a renda do PAA no café. Antecipando o que será detalhado na seção 4.2.4, esses investimentos indicam a

impossibilidade de manter a família e custear a produção somente com a renda proveniente da cafeicultura.

Os investimentos classificados na categoria “outros” da Tabela 3 pertencem ao agricultor que fez a seguinte declaração:

[...] eu tenho o programa do PRONAF sabe, então o que ganho aqui eu tenho que juntar pra pagar, porque todo ano tem que pagar... e a gente têm outros negócios. Por exemplo, agora eu tive que comprar uma camionete pra trazer verdura, então tem que guardar esse dinheiro pra pagar a prestação. (ENTREVISTADO 8)

O que é interessante no depoimento acima é que parte do dinheiro obtido pelo agricultor no PAA é aplicada no pagamento de outro programa governamental direcionado à agricultura familiar - o PRONAF.

No que concerne ao preço dos produtos 45% dos agricultores informaram que os preços variam, alguns produtos o PAA paga melhor, já outros o programa paga um pouco menos, mas que ao final somando a venda de todos os produtos o preço se equipara ao dos outros estabelecimentos que comercializa. As respostas obtidas estão sistematizadas no Gráfico 14. Considera-se nesse gráfico a totalidade de agricultores que possui outros locais para comercializar, não estão sendo considerados os agricultores que além do PAA dedicam-se exclusivamente ao café por estes não terem como comparar o preço do PAA com outros locais.

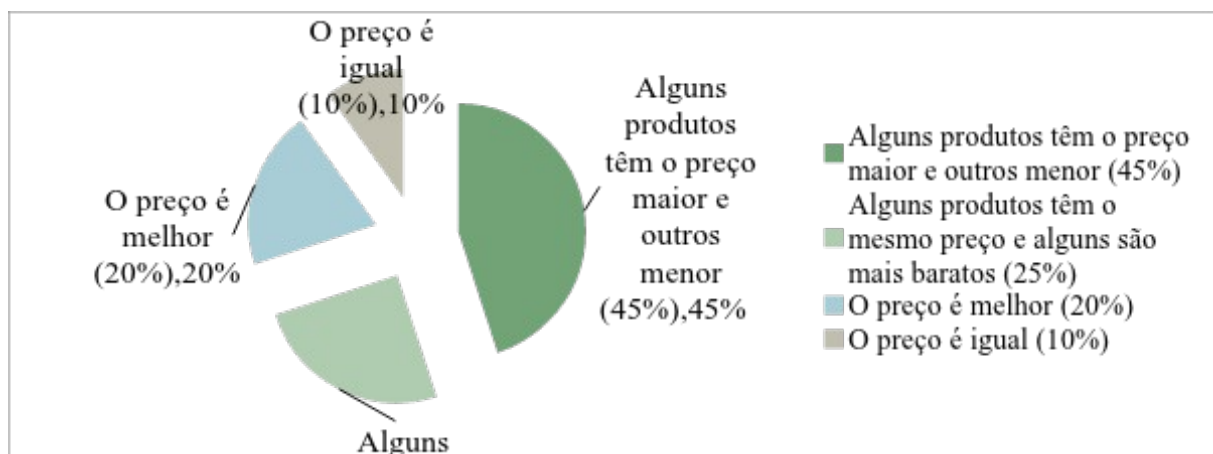


Gráfico 13 – Preço dos produtos no PAA Varginha em comparação aos outros locais de comercialização dos agricultores entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Apesar de apenas 25% dos entrevistados terem apontado o preço do PAA como inferior ao dos outros locais, o gráfico 15 demonstra que a principal reclamação do conjunto dos fornecedores gira em torno do preço dos produtos. O Gráfico 14 está considerando todas as unidades familiares entrevistadas.

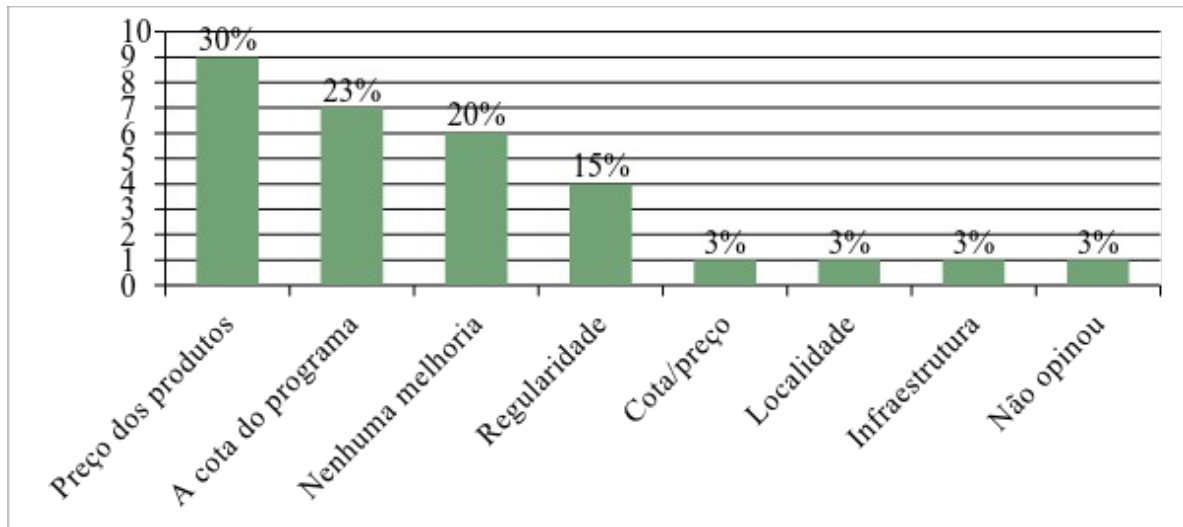


Gráfico 14 – Principais melhorias que podem ocorrer no PAA Varginha
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

De modo geral os entrevistados expuseram o preço dos produtos como a principal questão a ser melhorada no programa.

Ah o preço né, das coisas assim, porque têm muitas coisas que é muito barato. Por exemplo, a beterraba, o almeirão mesmo é um e quarenta e pouco, chicória né. Acho que tabelar um preço pra fica bom pro agricultor e bom pras pessoas que pega assim né. (ENTREVISTADO 3).

Diante dos apontamentos dos agricultores é preciso lembrar que a Compra Direta com Doação Simultânea, modalidade do PAA que está sendo operacionalizada em Varginha, prevê a compra direta dos produtos com dispensa de licitação por um preço considerado justo, preço justo é o preço do mercado local. Sem a intenção de aprofundar nestas questões, vale mencionar que através de conversas informais na sede do PAA soube-se que a aquisição dos alimentos estava seguindo os preços determinados pela CONAB, mas a expectativa é que a elaboração da próxima proposta de execução anual do programa no município, que deve ser

realizada em julho de 2014, considere a média de três orçamentos de estabelecimentos hortifrutigranjeiros do próprio município para fixar o preço dos produtos.

A segunda maior necessidade de melhoria considerada pelos agricultores consiste no aumento da cota estabelecida para cada beneficiário fornecedor.

Ah, acho que podia ser mais dinheiro né, uma cota maior, mas é muita gente, eles reparte lá e faz assim, mas acho que devia ser maior porque quatro, cinco mil a gente planta um tanto de coisa, entrega e ainda sobra mercadoria, devia entregar mais. (ENTREVISTADO 20).

Existe também a parcela de 20% de agricultores que considera que o PAA não necessita de melhorias. Cabe a reflexão de que os beneficiários podem realmente acreditar que o PAA não necessita de melhorias, mas também cabe considerar que as entrevistas estavam sendo realizadas na sede do programa, sem a privacidade necessária para que os agricultores fizessem críticas mais aprofundadas ao programa, o receio de que algum funcionário pudesse tomar alguma medida em retaliação ao que foi falado nas entrevistas pode ter inibido maiores críticas ao programa, constituindo assim uma das limitações dessa pesquisa, mesmo quem apontou melhorias pode, talvez, ter omitido alguma crítica para evitar constrangimentos.

Outros 15% indicaram a falta de regularidade no funcionamento como o maior problema.

[...] o que podia ser melhorado, o povo aqui é muito bom, não tenho nenhuma reclamação deles, era se tivesse como pegar da gente direto você entendeu?! Assim uma coisa que não pudesse parar, porque olha pra você ver, estou em... em maio, o planejamento era pra pegar até o final de maio você entendeu?! Aí eu investi na horta lá e o dinheiro acabou antes, o governo federal não mandou mais dinheiro [...] E a verdura saía mais ou menos no final de maio, aí no comecinho de maio não tinha como trazer, dava mais de três mil reais, aí o que que eu fiz... não era pra receber entendeu, era pra não perder mesmo, aí eu doeí lá pra comunidade e perdeu demais ainda! Aí, por exemplo, o que podia ser melhorado é no sentido de pegar direto. Ô era bom hein?! Não era? (ENTREVISTADO 29).

Conforme exposto anteriormente, a justificativa alegada para que o PAA ficasse fechado durante um período maior em 2013 foi a elaboração da proposta de execução anual. O fechamento do programa durante a elaboração é um procedimento padrão que está sendo revisto pelo MDS, neste ano ainda está indefinido se o PAA permanecerá aberto ou terá de interromper as atividades para elaboração da proposta.

A interrupção do programa em determinados períodos decorre de uma exigência do MDS para elaboração do planejamento de execução do programa. Mas, é prejudicial para os agricultores na medida em que estes ao investirem na horta para abastecer o programa têm suas expectativas de comercialização frustradas e sem outros locais para escoar a produção terminam arcando com o prejuízo.

Quanto à capacidade do PAA em inserir os agricultores familiares em diferentes redes de comercialização observou-se duas situações distintas: para uma parcela de agricultores o PAA constitui-se em um local de venda complementar que criou mecanismos para que se inserissem em outros espaços no mercado local, e existe outra parcela de agricultores que têm o próprio PAA como a principal nova rede de comercialização.

O relato a seguir de uma agricultora entrevistada ilustra bem a primeira situação, o ingresso no programa ocorreu para não haver desperdício de alimentos, para não diminuir a produção e o resultado foi a ampliação da horta e a oportunidade de comércio no município de residência.

Porque lá na roça a gente colhe bastante coisa, a gente planta e no caso a gente plantava né só pro consumo, mas, não conseguia comer tudo e aí acabava que sobrava e às vezes perdia e aí a gente optou por trazer pra não ter desperdício do alimento né. [...] Antes do PAA a gente não vendia assim em lugar nenhum, né. Agora hoje a gente já vende aqui, vende lá em Elói Mendes. (ENTREVISTADO 5).

O depoimento acima demonstra que o PAA tem contribuído para o fortalecimento de diferentes redes de comercialização. Outros agricultores também apontaram o PAA como o impulso inicial para vender em outros locais:

Eu que não dou é conta, entendeu?! Mas, oportunidade pra crescer graças a Deus apareceu bastante. [...] no sacolão mesmo, toda vida tive vontade de fornecer pra eles, mas nunca tive oportunidade. [...] por a gente tá participando do PAA o ano todo aí eu consigo tá produzindo bastante entendeu?! Pra estar oferecendo a eles e trazer pro PAA também. (ENTREVISTADO 9).

Ressalte-se que retomar todos os relatos dos agricultores concernentes ao tema em questão tornaria o texto muito extenso e repetitivo, outras falas dos agricultores podem ser conferidas ao final da dissertação (APÊNDICE B).

Em Varginha, o que foi relatado pelos beneficiários entrevistados corrobora com o que foi exposto anteriormente no referencial teórico, o PAA tem contribuído, mesmo que

indiretamente, para que os agricultores entrevistados ocupem novos espaços no mercado local. O primeiro passo consiste na diversificação da produção para inserir-se no programa, o fornecimento ao programa acarreta uma melhoria na renda do agricultor que passa a investir na infraestrutura da propriedade e também na produção de alimentos, com maior capacidade de investimento é capaz de procurar novos mercados regionais.

Por outro lado, é preciso mencionar os agricultores que não ingressaram em outros espaços, mas fizeram do PAA uma nova rede de comercialização que mantém outras redes, como a do café, por exemplo, que será discutida como um caso particular na seção seguinte.

A ideia de que o PAA representa uma “venda garantida” fica explícita na fala dos agricultores, o Entrevistado 28 expõe sobre a incerteza da venda dos produtos em alguns locais e como o PAA Varginha contribui para minimizar essa situação. “[...] no mercado²⁷ você vê lá então, você leva uma quantidade e não tem certeza de venda, sobra, perde, então... a gente aumenta a plantação e aqui tem a venda garantida né”.

É a garantia de comercialização dos produtos que faz com que os agricultores não reduzam a produção e se mantenham ativos no mercado:

Vantagem... uai a vantagem que eu sei é que eu planto, que eu vou plantar e tem onde vender né, essa é a vantagem, porque se não tivesse o programa eu não sabia ou não se ia vender certo. [...] Agora tem um local certo pra vender, você planta lá e sabe onde você vai vender. (ENTREVISTADO 2).

Por vezes os beneficiários privilegiam a entrega de alimentos ao PAA por considerarem o programa como uma venda segura.

Faz um mês que eu tava fazendo feira, mas faz um mês que eu larguei mão pra tá fornecendo pro PAA que aí não deu tempo deu trabalhar, por exemplo, aqui no PAA e na feira e tudo, eu sou praticamente sozinho na onde que eu estou trabalhando, aí tinha que arrumar gente e tal e o custo fica muito caro, aí larguei mão, mas pretendo voltar com a feira. (ENTREVISTADO 9).

27

Com a palavra “mercado” o agricultor estava se referindo ao mercado do produtor de Varginha, onde acontece a feira livre do município.

Diante do que foi colocado pelos agricultores, pode-se inferir que o PAA constitui uma nova rede de comercialização que mantêm outras, no caso da feira livre, por exemplo, foi apontado por alguns agricultores que o principal obstáculo é não ter a garantia de escoar a produção, mas fornecendo para o PAA o agricultor continua trabalhando na feira, porque o programa diminui os riscos de prejuízo caso os produtos não sejam vendidos nos outros locais. Mas também se constitui como uma nova rede porque os agricultores não entregam apenas o que “sobra”, ampliam a produção de alimentos para fornecer ao programa.

Contudo, não há como eliminar os riscos, apenas minimizá-los. Vários beneficiários fornecedores não puderam comercializar parte do que produziram em 2013 porque o PAA ficou fechado por um tempo e eles não possuíam outros locais para vender. Tal situação foi descrita pelos agricultores da seguinte forma:

Você acaba plantando muito, tem vez que... não chega a perder porque a gente doa, inclusive nesse intermediário que tava fechado aqui, esse período, fizemos foi três ou quatro doação, nós entregou aqui, pra não perder a gente traz. (ENTREVISTADO 23).

[...] quando está sobrando eu faço doação. Faço doação aqui no PAA, na obra social de Elói Mendes, faço doação no asilo, quem tiver precisando e quiser ir buscar. (ENTREVISTADO 8).

Essa impossibilidade de comércio em outros locais por parte de alguns agricultores indica certo grau de dependência do PAA, alguns beneficiários fornecedores tornaram-se, ainda que parcialmente, dependentes do programa. Em determinado momento das entrevistas os beneficiários foram questionados se, hipoteticamente, o PAA não existisse teriam outros lugares para comercializar a produção ou teriam que diminuí-la, resumidamente obteve-se as seguintes respostas no Gráfico 15.

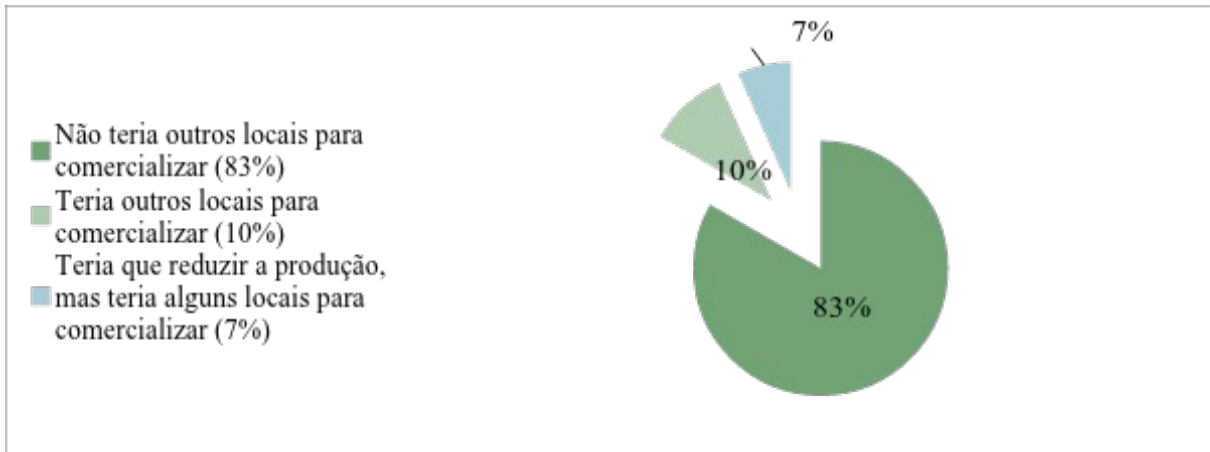


Gráfico 15 – Expectativa de comércio dos beneficiários fornecedores entrevistados caso o PAA não fosse operacionalizado em Varginha

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

No que concerne a essas questões, foram incisivas as respostas dos agricultores, 83% afirmou ter que reduzir drasticamente ou até mesmo interromper a produção de alimentos por não ter outros locais para comercializar, é o que expõe a seguir um dos agricultores entrevistados:

Não, tinha que parar! Diminuir não! Parar! Porque olha pra você ver, lá em Elói Mendes, aqui em Varginha eu imagino que é assim também, tem o CEASA entendeu?! Você não consegue competir com eles, porque eles é muito grande mesmo, aí a gente não tem como, a gente tinha que parar, tinha que ser só um pouquinho mesmo pra consumo próprio né. (ENTREVISTADO 29).

Retomando o que foi dito até agora, pode-se dizer que o PAA contribui de diversas formas para o fortalecimento desses agricultores, incentiva a produção diversificada, contribui para que tenham renda o ano todo, garante o autoconsumo das famílias e restabelece vínculos com o meio rural, essas alterações no modo de vida impulsionam o ingresso em novos espaços e/ou mantêm as redes de comercialização existentes, porém, a ausência de expectativas de comércio mencionadas no Gráfico 15 reafirmam a ideia de que o PAA em Varginha ainda não foi capaz de tornar os beneficiários totalmente independentes do programa, é o próprio PAA uma nova rede de comercialização.

Considerando que o PAA se constitui como uma rede de comercialização como qualquer outra, afinal as compras governamentais aconteceriam de toda forma para abastecer os equipamentos públicos e a rede socioassistencial, o vínculo com o PAA não se caracteriza

como dependência de um serviço assistencialista, o agricultor depende desta nova rede assim como outros agricultores dependem de feiras-livres, supermercados, restaurantes, etc. para vender o que produzem.

Apesar dos avanços o PAA Varginha atende um número limitado de agricultores. Sabe-se que ao final de 2013 o programa tinha 260 agricultores cadastrados para fornecimento de produtos, entretanto, um número reduzido de agricultores estava ativo no programa no momento de realização do trabalho de campo.

Durante uma semana foram entrevistadas 30 unidades familiares ativas no fornecimento de produtos ao PAA. O Quadro 3 do presente trabalho trouxe o número de entrevistas realizadas por dia na sede do programa. No último dia de entrevistas foi possível dialogar com apenas 3 (três) agricultores pelo fato de que a maioria dos que compareceram à sede do PAA nesse dia já havia sido entrevistados nos dias anteriores.

Ainda que os 260 agricultores cadastrados estivessem atuando como fornecedores o número ainda seria pequeno, pois o PAA Varginha não atende apenas o município de Varginha, mas também os municípios de Carmo da Cachoeira, Elói Mendes, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

Mesmo que o programa tenha potencial para gerar inclusão econômica e social para a região em que é operacionalizado, é preciso considerar que tem abrangência limitada, abarca um número muito pequeno de agricultores familiares.

4.2.4 Fortalecimento de circuitos locais de comercialização

Assim como a segurança alimentar e nutricional e a inclusão econômica e social da agricultura familiar, o fortalecimento de circuitos locais de comercialização é uma das finalidades do PAA, consiste pôr em evidência o que é produzido pela agricultura familiar através da criação de uma identidade regional e da valorização de suas características mais marcantes.

Sem perder de vista o objetivo de analisar como o PAA contribui para o fortalecimento das relações de mercado e para a inserção da agricultura familiar em diferentes

redes de comercialização na microrregião de Varginha, esta seção dedica-se a compreender como o PAA pode fortalecer circuitos locais de comercialização.

Três pontos principais serão postos em relevo, primeiro como o PAA contribui para a manutenção da principal rede de comercialização estabelecida pelos beneficiários entrevistados do PAA Varginha – a rede de comércio de café, segundo de que forma o PAA contribui para a valorização do saber-fazer dos agricultores familiares e por fim, as relações de cooperação estabelecidas entre os atores envolvidos no programa.

A seção anterior tratou da contribuição do PAA para inserção e/ou manutenção dos agricultores familiares em diferentes redes de comercialização, mas a discussão sobre sua contribuição na manutenção da rede de comercialização de café foi postergada por esta rede apresentar particularidades que serão destacadas a seguir.

A cafeicultura abriga 80% dos agricultores envolvidos na pesquisa, 46% a tem como fonte de renda principal e 34% como única fonte de recursos além do PAA. Essa é uma rede tradicional, constituída antes mesmo da implantação do PAA em Varginha, mas que no momento enfrenta períodos de crise. O alto custo para mantê-la e a obtenção de lucros reduzidos fez com que muitos agricultores apontassem nas entrevistas a dificuldade de permanecer atuando no café. A fala de um dos agricultores ilustra bem estas questões: “Consegui achar 100 reais em cada saca, dá 500 reais, ela sai por 140 pra mim! Estou pagando pra mim trabalhar! Quer dizer... é complicado” (ENTREVISTADO 29).

Dentro desse contexto de crise o PAA foi apontado como meio de se obter “um dinheirinho a mais do que o café, porque o café do jeito que está, na situação do momento, ele próprio não está se mantendo” (ENTREVISTADO 16). O programa passa então a exercer o papel de uma renda complementar que o café não foi capaz de proporcionar, mas não se limita a isso, alguns dos agricultores declararam explicitamente que parte dos recursos financeiros obtidos com o fornecimento de alimentos ao PAA reverte-se no custeio da plantação cafeeira.

Ah por que ajuda bem né, pra nós lá na roça melhorou bem né, nossa ajuda! Porque só o café, o café é pouco. Igual eu produzo pouco café e o café está ruim de preço, aí no caso o dinheiro do PAA dá pra ajudar né, nas despesas na hora de apanhar o café, na hora de comprar o adubo (ENTREVISTADO 22).

Ainda que apenas alguns agricultores tenham relatado de forma explícita o dinheiro do PAA sendo transferido para o café, pode-se dizer que o programa contribui, ainda

que indiretamente, para a manutenção da rede, pois com a renda familiar comprometida os recursos do PAA são gastos com despesas pessoais e familiares (energia, escola, saúde, etc.) e com investimentos na infraestrutura do estabelecimento rural.

Eis aqui o paradoxo do PAA de Varginha: ao mesmo tempo em que contribui para a diversificação da produção e para que os beneficiários não se ocupem com uma única cultura, é um dos pilares que sustenta a rede de comercialização de café em momentos de crise, seja porque contribui diretamente no financiamento da produção ou porque contribui indiretamente com as despesas da família e da propriedade rural em momentos que o café, enquanto fonte de renda principal, não foi capaz de prover sozinho o sustento da unidade familiar. De qualquer modo, está influenciando positivamente a permanência do homem no campo em condições de vida digna.

No que concerne à valorização do saber-fazer dos agricultores familiares dois dos beneficiários relatam o seguinte quando indagados sobre as vantagens de participar do programa:

E a questão é que nós somos da roça e é o que tem que fazer você entendeu, gente da roça tem que plantar, não tem muita outra coisa pra fazer. Igual vocês aqui da cidade tem que trabalhar numa empresa né, e na roça é isso, mexer com a horta, né (ENTREVISTADO 27).

Uai são várias vantagens, uma que eu te falei lá é o incentivo a família, a mulher, os filho a produzir né, a aprender, porque eu sei mais ou menos como conduzir uma horta então eu passo pra eles, eles vão aprendendo (ENTREVISTADO 20).

O PAA apresenta-se em Varginha como um estímulo para as famílias permanecerem no campo e faz com que se tornem mais produtivas, o segundo exemplo apresentado anteriormente é emblemático quanto a essas questões, a família ocupava-se somente com produção de café e a diversificação da produção fez com que todos os membros da família se envolvessem com o trabalho no campo.

Além disso, antes do PAA o conhecimento de como cultivar a terra, o modo de produzir tradicional estava sendo relegado às gerações futuras, apenas um membro da família detinha esse conhecimento e não o transmitia porque a família dedicava-se apenas ao café.

Vale lembrar aqui a importância da construção e transmissão do patrimônio familiar apontado por Wanderley (1996), esse patrimônio refere-se ao conjunto de saberes tradicionais que são transmitidos de geração em geração, são estes os responsáveis pela reprodução das famílias rurais. Se esse conhecimento não for repassado o rural vai se

enfraquecendo e quem o habita, sem o conhecimento necessário e com dificuldades de manter o sustento da família, termina por buscar outras formas de sobrevivência.

Para Niederle (2009) esse modo de produzir característico da agricultura familiar influencia suas ações no mercado local, os produtos imprimem a marca de cada família, porque cada uma delas produz de um jeito específico. Esta rica variedade de produtos e também as relações de cooperação estabelecidas entre os atores do mercado contribuem para a construção de uma identidade local que beneficia econômica e socialmente os agricultores familiares. Na visão de um dos beneficiários fornecedores tais questões ainda têm pouco valor na área de abrangência da pesquisa:

É aquilo que eu te mostrei, eu planto não ponho agrotóxico, não ponho adubo, não ponho nada, aí os produtos têm um jeito, mas, se você planta e começa a jogar bastante coisa de adubo as coisa dá um produto maior, é só isso. Pôr na mente aqui da nossa região produto sem veneno, sem agrotóxico, aqui não entra, o pessoal aqui não aceita isso, vai em capital pra você ver, fala que você produz lá, quando eu vou fora daqui que eu vou pra uma capital, que eu comento com um parente meu que mora, com um amigo, o povo fica tudo doido, quando vem amigo meu de fora pra cá... [...] tem primo meu que vem de Campinas pra cá eles leva de saco, coisa que não perde eles leva de saco. [...] Sabe que não tem, dá valor, aqui não tem valor, o pessoal não dá valor não. (ENTREVISTADO 13).

Nesse sentido o PAA também tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, pois valoriza os atributos do segmento que nem sempre são reconhecidos no mercado local.

As relações de cooperação estabelecidas entre os atores do programa em Varginha serão aqui destacadas porque também contribuem para o fortalecimento dos circuitos locais de comercialização.

Sem perder de vista o benefício referente à renda, os beneficiários fornecedores demonstraram ter consciência da importância dos alimentos que entregam para o público beneficiário consumidor:

Vejo de vantagem que é igual falei, a gente recebe mais um dinheiro e tem muita coisa, acho que a gente estando participando, a gente vem aqui, a gente arruma muitos amigo, vê o jeito que funciona, às vezes a gente não está fazendo a coisa certa, você vê do outro amigo que está fazendo e a gente fala: eu não posso fazer isso, tenho que fazer daquele jeito. Acho que é bom, muita coisa. [...] Além disso, pra quantas pessoas, quanta gente que come essas coisas que a gente traz né, que entrega aqui (ENTREVISTADO 11).

O reconhecimento por parte dos agricultores de que seus produtos contribuem para a segurança alimentar e nutricional de muitas pessoas converge com os estudos de Grisa *et al.* (2009) que expõe sobre o PAA como um mecanismo capaz de conectar as extremidades da cadeia alimentar, a produção e o consumo local.

Tendo por base o depoimento acima, nota-se também que o PAA tem propiciado um ambiente de convivência que fortalece o modo de produzir dos agricultores. No caso específico desse agricultor, o diálogo com os demais beneficiários fornecedores influencia no modo como conduz o trabalho na sua propriedade.

As relações de cooperação não se restringem ao espaço de convivência propiciado pelo PAA, mas perpassam todo o trabalho da propriedade e da comunidade. Em uma das entrevistas um agricultor apontou que trabalhava “[...] pra fora, assim por dia como diz [...]” (ENTREVISTADO 29) e quando foi questionado sobre o que significava trabalhar por dia explicou que era uma forma de ajudar outros membros da comunidade com o trabalho na propriedade, em troca também receberia ajuda em outra ocasião que precisasse, ao final todos seriam beneficiados.

Às vezes por exemplo assim a gente... está vago o serviço da gente, a pessoa pede pra gente trocar um... por exemplo, eu ajudo ele um dia, aí o dia que eu precisar ele vai e ajuda eu. Eu ajudo 8 horas, você me ajuda 8 horas, então é como se... às vezes você está com um serviço lá que precisa fazer e só ele não consegue, eu ajudo ele, o dia que eu preciso ele vai, é uma troca de dia. (ENTREVISTADO 29).

No que se refere à ação econômica dos agricultores familiares o que foi observado corrobora com o que Granovetter (2009) define como a imersão dos comportamentos econômicos e relações sociais. Para ilustrar segue o que um dos agricultores entrevistados relatou ao ser indagado sobre quais locais ele comercializa seus produtos:

Vendia na feira, aí a feira parou porque a feira lá por causa de ser uma cidade menor aí já tinha pessoas que fazia muitos anos que tava lá na feira, aí por causa que ela (esposa) entrou na feira, era ela e o menino, um rapaz da roça, aí por causa que ela entrou nessa feira lá tomou a freguesia de quem tava lá, aí começou a preocupar, pra não ter problema que a pessoa é companheira, é vizinho, mesmo bairro, achamos melhor parar e vender nos bairros. Aí por exemplo, tem uma pessoa que anda nos bairro vendendo lá, nós leva, entrega pra ele e ele revende, eles passa pra frente né, vende um atacado pra pessoa e a pessoa dia de domingo e sábado sai revendendo. (ENTREVISTADO 23).

Do relato acima se deduz que se o agricultor estava atuando na feira e “tomou a freguesia de quem tava lá” (ENTREVISTADO 23) é porque ele estava obtendo lucro, porém, ainda assim optou por não vender seus produtos em virtude de relações com os vizinhos e amigos que antecedem a ação econômica. O que predomina não é o ambiente de concorrência, mas sim o de cooperação entre os atores do mercado.

Nesse sentido, o PAA enquanto uma nova rede de comercialização (discussão realizada no subitem 4.2.3) constitui mais um espaço de atuação dos agricultores, é o que fica expresso no depoimento a seguir do Entrevistado 2 “[...] na prática também já tem muitas pessoas que entrega então pra você entrar e tomar freguês da pessoa eu não vou querer, eu planto mais é pra cá e entrego na merenda escolar também”.

Para cumprir os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, tem-se dado ênfase à forma pela qual o PAA beneficia a agricultura familiar, é preciso agora fazer o caminho inverso, um breve parêntese sobre o papel da agricultura familiar dentro do PAA.

Os agricultores familiares não são apenas recebedores da política, eles contribuem ativamente com o fornecimento de alimentos da rede socioassistencial do município, são agentes ativos dentro do programa, o que gera também a dependência do poder público municipal dos beneficiários fornecedores. Um dos agricultores expressa tal situação quando diz o seguinte: “[...] eles pediram pra nós entra pra poder... porque estava faltando alimento né” (ENTREVISTADO 15). Quando o agricultor diz “eles pediram” está se referindo aos agentes envolvidos na gestão do programa no município.

Grisa *et al.* (2009) discorre sobre a ausência de assistência técnica aos beneficiários fornecedores como uma fragilidade do programa, mas, neste aspecto o PAA Varginha parece em caminho distinto. Obviamente não é possível generalizar, mas alguns dos agricultores informaram que conheceram o programa através da Emater e quando indagados se havia cooperação técnica do órgão, apontaram que sim como a seguir: “[...] o agrônomo da Emater de Elói Mendes insistiu sabe, eu não queria porque achava que não dava conta, e entrei e gostei” (ENTREVISTADO 8).

Com base no diálogo com os beneficiários fornecedores, pode-se dizer que o PAA de Varginha tem contribuído para o fortalecimento de circuitos locais de comercialização na medida em que valoriza o saber-fazer dos agricultores familiares. Além disso, ao mesmo

tempo em que incentiva a diversificação da produção também contribui para a manutenção do cultivo de café tido como a principal atividade produtiva dos entrevistados.

Quanto às relações de cooperação estabelecidas entre os agricultores e os demais atores do mercado cabe dizer que essas relações antecedem a implantação do PAA no município, os relatos dos agricultores indicam que essas relações são próprias da agricultura familiar e acabam se estendendo para o mercado local, o programa contribui apenas para o seu fortalecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo fez uma breve explanação sobre as características da agricultura familiar, a relação que estabelece com o mercado, a trajetória das políticas públicas para o segmento no Brasil e as principais características, potencialidades e limites do PAA, objeto de estudo desta pesquisa.

Após os estudos realizados, pode-se dizer que o PAA não se caracteriza como um programa meramente assistencialista, mas, reconhece os agricultores familiares envolvidos como fornecedores de alimentos da rede pública. As compras institucionais são necessárias para o abastecimento da rede socioassistencial, portanto, o agricultor fornecedor tem um papel social a cumprir, não sendo apenas um beneficiário do programa.

O programa tem o interesse duplo de fortalecer a agricultura familiar, mantê-la no campo, valorizar suas tradições, melhorar sua renda, estimular relações de produção e consumo locais e, ao mesmo tempo, abastecer a rede socioassistencial da região em que é operacionalizado.

Articular estas múltiplas dimensões, que vão muito além da simples aquisição de alimentos, consiste em um grande desafio para os entes gestores do programa.

Para atender o objetivo inicial da pesquisa foi realizado um estudo de caso sobre o PAA no município de Varginha. Com base nos dados levantados e nas análises realizadas, pode-se dizer que o PAA Varginha fortalece a agricultura familiar na medida em que incentiva o resgate de algumas características consideradas a base forte de seu sistema produtivo, a diversificação da produção e a centralidade na construção de um patrimônio familiar.

Mediante o resgate de tais características, da valorização do saber-fazer do homem rural, contribui para sua inserção e/ou manutenção em diferentes redes de comercialização à medida que melhora a renda dos agricultores e fomenta as relações de cooperação já existentes entre eles. O próprio PAA apresenta-se como uma nova rede de comercialização, os recursos financeiros obtidos através da participação no programa são muitas vezes investidos em outras redes como a do café, por exemplo, indicando que o PAA não é apenas uma renda complementar, mas necessária para o sustento da unidade familiar.

Vale dizer que os dados coletados nesta pesquisa bem como as análises feitas apresentam-se apenas como o início de uma rica agenda para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BIANCHINI, Valter. **Políticas públicas para a agricultura familiar: desenvolvimento local sustentável**. Curitiba, 2000. Disponível em: http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=23. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de jul. de 2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4772.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de jul. de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013. Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos; nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar; nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 de jun. de 2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Decreto/D8026.htm>. Acesso em: 18 fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 03 de jul. de 2003A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares rurais. **Diário Oficial da União**, 25 de jul. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 de set. de 2006A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 02 de julho de 2003, 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e 11.326 de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, 15 de out. de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>. Acesso em: 02 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos teve investimento de R\$ 5 bilhões em 10 anos. 2013. **MDS**, Brasília, DF, 02 jul. 2013A. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/julho/programa-de-aquisicao-de-alimentos-teve-investimento-de-r-5-bilhoes-em-10-anos>>. Acesso em: 20 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Portal dos convênios SICONV. **Convênio 705992/2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://www.convenios.gov.br/siconv/ConsultarProposta/ResultadoDaConsultaDeConvênioS_elecionarConvênio.do?idConvênio=8634&destino=>>. Acesso: 26 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Balço de Avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003 a 2010)**. Brasília, DF: Grupo Gestor, 2010. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=docs>. Acesso em: 20 maio 2013.

DELGADO, Guilherme C.; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; OLIVEIRA, Jader José. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Texto para Discussão**, Brasília, DF, n. 1145, dez. 2005.

FERREIRA, Patrícia Aparecida; ALENCAR, Edgar. Potencialidades e limitações da agricultura familiar no sul de Minas Gerais: um diagnóstico fundamentado na abordagem interpretativa. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 421-436, 2007.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga. **Redes e sociologia econômica**. São Paulo: EduFSCar, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: agricultura familiar, primeiros resultados, Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, c2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=317070&idtema=67&search=minas-gerais|varginha|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios->>. Acesso em: 17 abr. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@: Varginha**. Rio de Janeiro: IBGE, c2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=317070&search=minas-gerais%7Cvarginha%7Cinfograficos:-historico>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: INCRA/FOA, 2000.

MAFRA, Luiz Antonio Staub; MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Agricultura familiar e mercados**: análise de políticas públicas a partir da sociologia econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. Não publicado.

MALUF, Renato. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **ENSAIOS FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

GRISA, Catia *et al.* **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. 2009. Disponível em <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2014.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de Conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 15 out. 2013.

MULLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. 2005. 226 f. Tese – (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NIEDERLE, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e mercados alternativos. **Revista Extensão Rural**, v. 16, n. 18, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

_____. Será que existem camponeses no Brasil? In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/493.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, Ano XIV, n. 2, p. 78-88, abr./jun. 2005.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SWEDEBERG, Richard. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Paulo: EduFSCar, 2009. p.161-206.

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 7-34, 2004.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2003.

_____. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, Edson (Org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 173-200.

VARGINHA. Lei nº 3.984, de 6 de novembro de 2003. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA no município e dá outras providências. **Órgão Oficial do Município**, Poder Executivo, Varginha, MG, 2003. Disponível em:<<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/90-2003/3190-lei-3984>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

VIEIRA, Débora de F. A.; VIANA, Carla A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar**. Brasília, DF, CONAB, [2007?]. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANAPOCS, 20., 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?>

sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrpe.br%2Fdownload.php%3FendArquivo%3Dnoticias%2F13647_raizeshistoricascampesinato%2520(2).pdf&ei=NoTWU-PwLKHG8QGFpoF4&usg=AFQjCNENqCYQMXO-5Ff7fJ-_7xRCaXQDkg&sig2=Xbisb7p6GiksMlXrVicjFg&bvm=bv.71778758,d.b2U>. Acesso em: 20 mar. 2014.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. **Políticas públicas e arranjos institucionais: o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8., 2007, Fortaleza-CE. Não publicado.

APÊNDICE A – Roteiro de questões para os agricultores familiares ativos no Programa de Aquisição de Alimentos em Varginha

Dados pessoais, familiares e da propriedade

Nome: _____ **Sexo:** () F () M **Idade:** _____

Membros da família / idade:

() esposo(a), companheiro(a)

() filhos(as)

() Irmãos

() Pais

() Outros (especificar parentesco e data de nascimento)

Todos os membros trabalham na propriedade? () Sim () Não

Trabalham em outro local? () Não () Sim. Em qual ramo? _____

Município: _____ **Residência fixa:** () zona urbana () zona rural

Tamanho da propriedade (em hectares): _____

Forma de ocupação da propriedade: () proprietário () arrendatário () posseiro

() meeiro () parceiro () outro. Qual? _____

Principais cultivos: () Hortaliças, raízes e tubérculos () Frutas () Carnes e ovos

() Grãos e cereais () Leite () Peixes () Outros. Quais? _____

Possui alguma agroindústria na propriedade? () Não () Sim. O que fabrica? _____

Há quanto tempo participa do PAA? _____

Dados do Programa de Aquisição de Alimentos

1) Quais cultivos são fornecidos ao PAA? () Hortaliças, raízes e tubérculos () Frutas () Carnes e ovos () Grãos e cereais () Leite () Peixes () Produtos agroindustriais. Quais? _____. () Outros. Quais? _____.

2) Quanto tempo você precisa para entregar os produtos na sede do PAA após a colheita e/ou fabricação dos produtos?

3) Houve alguma modificação na produção (uso de agrotóxicos, técnicas de produção, etc.) para atender às exigências do PAA?

4) Por que você optou por fornecer produtos ao PAA?

5) Você vende seus produtos em outros locais além do PAA? Em caso afirmativo, quais são esses locais? (Informar município de comercialização e nome dos estabelecimentos).

() Sim () Não

() Feira livre

- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- Supermercados
- Indústrias
- Restaurantes
- Outro

- 6) Qual o percentual de cada ponto de venda na composição da sua renda?
- 7) Os produtos fornecidos ao PAA são os mesmos que são entregues nos outros locais que você comercializa? Sim Não
- 8) Com a participação no PAA sua rede de comercialização ampliou, diminuiu ou permaneceu como antes? Com a adesão ao PAA surgiram novas oportunidades de comércio para seus produtos?
- 9) Se a rede foi ampliada, aponte em quais locais você começou a vender seus produtos após a adesão ao PAA.
- 10) Em sua opinião, o que poderia ser melhorado no programa?
- 11) Por que você permanece como agricultor ativo no programa? Quais vantagens o programa oferece a você?
- 12) O preço dos produtos estabelecido pelo PAA é o mesmo dos outros locais que você comercia? Sim Não - Maior ou menor? _____
- 13) De modo geral, onde é investido o dinheiro obtido pela venda de produtos ao PAA? (Se houver mais de uma resposta, informar em percentuais o valor aplicado em cada área).

- Infraestrutura da propriedade rural
- Na produção de alimentos
- Despesas familiares (educação, saúde, alimentação, transporte, energia elétrica, impostos)
- Despesas pessoais (lazer,
- Outros. Quais?

- 14) Se você não fornecesse ao PAA, teria outros lugares para comercializar sua produção ou teria que diminuí-la?

Aponte quais os principais obstáculos encontrados por você e sua família na comercialização do que é produzido.

APÊNDICE B – Categorização dos dados das entrevistas

Segurança Alimentar e Nutricional		
Qualidade dos alimentos	Ampliação e/ou diversificação da produção	Ampliação do acesso à alimentação
<p>“A gente tentou capricha mais” (E.1, L7).</p> <p>“[...] em termos de qualidade da verdura” (E.1, L.8).</p> <p>“[...] meu pai não gosta de usar produto químico, mais é esterco mesmo e adubo, só” (E.2, L. 58-59).</p> <p>“[...] minhas verdura... produto químico na minha horta não tem. [...] Tem esses veneninho pra purgão que isso tem que pôr mesmo” (E.2, L.61-64).</p> <p>“[...] a gente aprende como vai cuidar melhor né, a gente vai mexendo vai aprendendo como que a verdura sai melhor, mais bonita, como que diminui as pragas também, a gente vai aprendendo” (E.5, L.57-59).</p> <p>“[...] qualidade... qualidade boa” (E.6, L.6).</p> <p>“A gente vai sempre praticamente estudando, pesquisando pra gente poder fornecer cada vez um produto melhor” (E.9. L.8-9).</p> <p>“Qualidade melhor” (E.9, L.11).</p>	<p>“[...] em termos de maior produção” (E.1, L.8).</p> <p>“Pra atender mais produção né, a gente adiantaria com o processo produtivo. Variedades, escolha de variedades” (E1, L. 10-11).</p> <p>“Sim, como por exemplo brócolis, a gente produz” (E.1, L.13).</p> <p>“Acelga” (E.1, L.11).</p> <p>“Acelga, são coisas assim mais diferenciadas que não é tão comum no dia a dia a gente produz também...” (E1, L.11-12).</p> <p>“Eu passei a produzir mais né” (E.4, L.46).</p> <p>“[...] no começo a gente trazia mais só couve, alface, mais essas hortaliças mesmo e aí depois com o tempo a gente foi plantando mais coisa” (E.5, L.5-7).</p> <p>“Foi a variedade né no caso” (E.5, L.9).</p> <p>“Aumentamos, aumentamos mais” (E.5, L.16).</p> <p>“Aumenta um pouquinho né” (E.10, L.4).</p>	<p>“[...] ajuda em casa, na alimentação, essas coisas assim” (E.3, L.51).</p> <p>“[...] e alimentos dentro de casa também [...] me deu alimentos e ainda ajuda bastante famílias vizinhas, por exemplo, porque aí vai lá pega verdura, vai sobrando bastante coisa a gente acaba doando bastante coisa” (E.9, L. 23-26).</p> <p>“[...] pra quantas pessoa, quanta gente que come essas coisas que a gente traz né, que entrega aqui” (E.11, L.63-64).</p> <p>“E pra alimentação também em casa, de primeiro quando não tinha isso a gente não tinha verdura, porque aí planta pouquinho desanima, agora você planta pra vender dá pra comer também, se alimenta melhor” (E.20, L.57-59).</p> <p>“Isso, na alimentação, às vezes a gente recebe a gente faz compra” (E.20, L. 69).</p> <p>“[...] e pra sobrevivência da própria família, porque eu plantava pouquinho verdura, agora eu planto lá, as colega minha, as colega da minha</p>

<p>“[...] tudo tem que ter qualidade” (E.9, L.16).</p> <p>“A gente procura ta fazendo curso...” (E.9, L.18).</p> <p>“A gente ta procurando melhorar bastante, porque pouco a pouco a gente também vai investindo sabe, pra gente ta trazendo uma qualidade melhor” (E.9, L.20-21).</p> <p>“Ah sempre procuro melhorar a qualidade né, hoje a maior parte do canteiro eu tô cobrindo pra dá uma planta melhor, aquela alface mesmo que nós tiramos ela é coberta” (E.13, L.5-6).</p> <p>“Não, nenhum, nada, não uso agrotóxico nenhum” (E.13, L.9).</p> <p>“[...] eu planto não ponho agrotóxico, não ponho adubo, não ponho nada [...]” (E.13, L. 117-118).</p> <p>“Agrotóxico não pode usar né [...]” (E. 20, L. 7).</p> <p>“[...] eles gosta de coisa selecionada, coisa boa, tanto serve pra gente comer como pras pessoas que a gente entrega aqui no PAA, é tudo coisa boa mesmo, selecionada” (E.21, L.4-5).</p> <p>“[...] sempre trazer uma coisa selecionada né, coisa boa. O mesmo que a gente leva no mercado, trazer aqui” (E.28,</p>	<p>“[...] quando começou você podia trazer quase uma coisa só, agora tem várias, porque aí a gente vai plantando” (E.11, L.5-6).</p> <p>“É um pouco de cada um” (E.11, L.10).</p> <p>“Foi” (E.11, L. 24).</p> <p>“Tinha uma hortinha pequena só pra consumo, aí depois que abriu aqui foi aumentando. E pretende aumentar mais, esse ano já aumentei um pouco, agora eu pretendo aumentar mais” (E.11, L. 26-28).</p> <p>“Só o tamanho na plantação né” (E.15, L. 8).</p> <p>Aí aumentou a produção (E.15, L. 10).</p> <p>“[...] aumentar as verduras aumentou né, porque nós começou a trazer mais coisa, aumentou” (E.15, L. 55-56).</p> <p>“[...] sempre pede mais pra gente plantar legumes, beterraba, cenoura, fazer uma variedade, pra gente não procurar não trazer só um produto” (E.16, L.5-6).</p> <p>“[...] a gente tem que trazer um pouquinho de cada coisa senão imagina todo mundo trazendo só couve e cheiro verde?!” (E.16, L. 10-11).</p> <p>“Aumentei um pouco” (E.</p>	<p>esposa, eu não vendo não, eles pega lá, pra saúde da gente é muita coisa, a gente consome mais verdura, legume essas coisa” (E.29, L.25-28).</p> <p>“[...] até um tempo atrás eu consumia pouquinho verdura, aí com esse programa agora que a gente foi plantando, incentivando a gente, a gente consome mais verdura nem resfriado dá, é legal!” (E. 29, L.30-32).</p>
--	---	--

<p>L. 6-7).</p> <p>“[...] olha pra você vê o alface que chic que ta, cabeça de um quilo e duzentos quase você entendeu?! E aí a gente... lá é tudo normal você entendeu?! Eu coloco esterco do curral mesmo, não ponho nada químico, a única coisa química que eu ponho, assim mesmo não é, é (áudio com problema), e pra purgão eu... o pessoal usa uns produtos aí químico, eu, quem me ensinou foi o João²⁸, é usar detergente, um pouquinho só na água que não é tóxico né, aí foi uma modificação muito boa pra gente que vai aplicar e pra quem vai consumir” (E.29, L. 13-19).</p>	<p>18, L. 5).</p> <p>“[...] que eu mexo lá é o café entendeu? Mas, é uma segunda opção [...]” E.19, L.6-7).</p> <p>“Só pra fornecer pro programa. Se for preciso eu aumento ela, tem bastante área pra plantar” (E.19, L.39-40).</p> <p>“Isso, exatamente” (E.19, L. 45).</p> <p>“[...] tamanho né da horta, era uma horta com irrigação menor, tive que comprar uma bomba, dá uma aumentadinha pra poder produzir mais” (E.20, L. 7-8).</p> <p>“É se for dando certo também nós vamo aumentar a horta” (E.24. L.73).</p> <p>“[...] ano passado eu entregava mais era frutas e alface e couve, aí esse ano a gente foi diversificando, plantando repolho, algumas outras coisas” (E.25, L. 7-8).</p> <p>“O ano passado eu entregava mel, esse ano eu tô entregando mel também, então cada coisa a gente vai melhorando um pouco” (E.25, L. 10-11).</p>	
--	--	--

	<p>“Passo a produzir mais né, passa a investir, a melhorar os produtos” (E.27, L.50).</p> <p>“Começamos a produzir mais [...]”. (E.28, L. 6).</p> <p>“[...] com o PAA a gente aumenta produção, produz mais [...]” (E.28, L.55).</p> <p>“[...] aumentei!” (E.29, L.09).</p>	
--	---	--

Inclusão Econômica e Social da Agricultura Familiar

Aumento da renda familiar	Preço dos produtos conforme os do mercado local	Oportunidades em novos mercados regionais
<p>[...] porque seria uma renda a mais [...]” (E.1, L.19).</p> <p>“Vou te falar a verdade, ultimamente mesmo o que tem sido mais bem vindo ta sendo aqui” (E.1, L.48-49).</p> <p>“Em termos lucrativos do que a gente vive é praticamente do PAA. Agora se for em receita total aí seria o café, mas o café tem custos né, vai quase tudo pra cobrir os custos” (E.1, L.68-69).</p> <p>“É porque ajuda muito a gente né, é um benefício que ajuda a gente e outra que morar na cidade não dá né, como que você vai morar na cidade e pagar aluguel, água, luz?” (E.3, L.21-22).</p> <p>“Os benefícios que a gente recebe, o dinheirinho ajuda</p>	<p>“Às vezes dá certas diferença [...].Pra mais, pra melhor aqui” (E.1, L. 112-114).</p> <p>“[...]Ah o preço né, das coisa assim porque tem muitas coisa que é muito barato, por exemplo a beterraba, o almeirão mesmo é um e quarenta e pouco, chicória né. Acho que tabelar um preço pra fica bom pro agricultor e bão pras pessoas que pega assim né. (E.3, L.38-41).</p> <p>“Tem coisa que é mais, tem coisa que é menos, varia muito” (E.4, L.62).</p> <p>“Tem mercadoria que é o mesmo, tem umas que é menos” (E.6, L.65).</p> <p>“Pode melhorar um pouquinho os preços</p>	<p>“É o tal negócio que ele ta falando da procura em casa né, do pessoal que vai em casa né” (E. 1, L.85).</p> <p>“Vantagem... uai a vantagem que eu sei é que eu planto, que eu vou plantar e tem onde vender né, essa é a vantagem, porque se não tivesse o programa eu não sabia ou não se ia vender certo. [...] Agora tem um local certo pra vender, você planta lá e sabe onde você vai vender” (E.2, L. 40-44).</p> <p>“Depois do PAA eu comecei a vender na feira também né, antes não vendia. [...] Eu passei a produzir mais né, e tem mais... quando eu vou na feira a sobra eu posso trazer pra cá” (E.4 L.44-47).</p> <p>“Porque lá na roça a gente</p>

<p>muito a gente né, a gente tem família e pelo menos ajuda na despesa de casa” (E.3, L.47-48).</p> <p>“[...]é uma fonte de renda” (E.4, L. 7).</p> <p>“[...]já é uma renda a mais” (E.5, L. 63).</p> <p>“[...]eu tenho o programa do PRONAF sabe, então o que ganho aqui eu tenho que juntar pra pagar, porque todo ano tem que pagar... e a gente tem outros negócios, por exemplo agora eu tive que comprar uma camionete pra trazer verdura, então tem que guardar esse dinheiro pra pagar a prestação” (E.8, L.73-76).</p> <p>“[...]então deu uma renda favorável pra todo mundo, pra mim e às vezes ajuda bastante pessoas” (E.9, L.29-30).</p> <p>“[...] é um dinheiro que entra mais assim... que entra mais fácil pra gente assim. O café é de dois em dois anos, demora muito, então esse dinheiro entra e ajuda muito a gente, ajuda muito” (E.11, L. 12-13).</p> <p>“Lá no lugar nosso, chega fim de ano o pessoal passa muito apertado. Então com a ajuda do PAA melhora pra muita gente. Eu mesmo esse ano, café meu ta parado, é a conta deu pagar as dívidas,</p>	<p>entendeu?!” (E.9, L.108).</p> <p>“[...] da parte de jiló, berinjela, abobrinha abaixou bastante. Aí nesse preço não ta dando pra fornecer, melhor fornecer pro sacolão, entendeu?!” (E.9, L.11-12).</p> <p>“[...] é o preço deles que caiu um pouquinho, pode melhorar, mas ta bom” (E.10, L. 38).</p> <p>“[...]ter um preço melhor” (E.11, L. 40).</p> <p>“O povo que entrega lá em Elói Mendes, tem uns produtos que lá paga mais” (E.11, L. 74-75).</p> <p>“[...] tem coisa que é a mesma coisa, tem coisa que é mais barato” (E.13, L. 102).</p> <p>“Há um ano atrás o preço era bem melhor, mas agora deu uma baixa né no preço, se melhorasse mais ia ter melhoria né” (E.14, L.51-52).</p> <p>“[...]o PAA é melhor” (E. 14, L. 65).</p> <p>“Aqui agora ta menos do que o preço das escola, menos um pouquinho, mas vale a pena” (E.15, L.76).</p> <p>“[...] dá tipo uma coisa um pouquinho mais, às vezes outra um pouquinho menos né, mais ou menos” (E.16, L.77-78).</p>	<p>colhe bastante coisa, a gente planta e no caso a gente plantava né só pro consumo, mas não conseguia comer tudo e aí acabava que sobrava e às vezes perdia e aí a gente optou por trazer pra não ter desperdício do alimento né” (E.5, L.11-13).</p> <p>“Não, mas antes do PAA a gente não vendia assim em lugar nenhum, né. Agora hoje a gente já vende aqui, vende lá em Elói Mendes [...]” (E.5, L.62-63).</p> <p>“Por enquanto não, vou entrar agora em janeiro” (E.6, L.13)</p> <p>“[...] eu vou tentar colocar os filhos nisso dai, ou vender também pro sacolão e pro supermercado, é o que eu to pensando” (E.8 L.48-49).</p> <p>“Faz um mês que eu tava fazendo feira, mas faz um mês que eu larguei mão pra ta fornecendo pro PAA que aí não deu tempo deu trabalhar por exemplo aqui no PAA e na feira e tudo, eu sou praticamente sozinho na onde que eu to trabalhando, aí tinha que arrumar gente e tal e o custo fica muito caro, aí larguei mão, mas pretendo voltar com a feira” (E.9, L. 32-36).</p> <p>“Eu que não dou é conta, entendeu?! Mas, oportunidade pra crescer, graças a Deus, apareceu bastante. [...] no sacolão mesmo, toda vida tive</p>
---	--	--

<p>eu não ia ter dinheiro pra pagar IPVA de carro, essas coisas” (E.11. L.66-68).</p> <p>“Ah, isso é pra ajudar a financiar a, assim, o jeito de trabalhar em casa é... rende mais, fica mais forgado, pode gastar com mais produto pra horta também né. Quando a pessoa vende no PAA, não vende só nas feira, tem opção de compra mais coisa pra investir em horta, em irrigação, então tendo o PAA ajudando dá pra gente fazer mais essas coisa né” (E.14, L. 7-10).</p> <p>“Ah pra ter uma renda melhor né. É porque meu marido não é aposentado ainda, ele trabalhou uma vez de carteira assinada e puseram como caseiro, né, não pois como produtor rural, aí ele não conseguiu aposentar e a minha aposentadoria não dá pra nada, então tem trabalhar” (E.15, L. 69-72).</p> <p>“Uai porque nós vivia só do café antes, e o café é o tipo de coisa que dá de dois em dois ano, um ano sim, um ano não, mesmo antes do café ter essa queda de preço tava sendo difícil, porque a gente passava dois anos com a terra sem ter como arrecadar um dinheiro” (E.16, L.14-16).</p> <p>“Aí como se diz se for pra sero líquido total, as verdura dá mais retorno” (E. 16, L.</p>	<p>“Tem uns produto que é pra mais, tem outros que é pra menos” (E.20, L.64).</p> <p>“Alguns é, alguns às vezes é mais barato, mas compensa porque você entrega um atacado bom às vezes aqui, às vezes em outro lugar é mais caro, mas você tem que entregar pouquinho” (E.23, L. 110-112).</p> <p>“Os dois, tem lugar que aqui é melhor e nos outros lugares os preços são melhores. [...] Tem muitas coisas aqui que, por exemplo, igual couve flor abaixou demais, então muita gente vai largar de produzir couve-flor porque não compensa pôr couve flor aqui. [...] Em alguns produtos, vamos supor mandioca, tomate, alface abaixou, couve abaixou, ano passado a couve era R\$4,10, R\$4,20, esse ano ta R\$3,10” (E.25, L. 84-90).</p> <p>“Tem coisa que às vezes mais, às vezes menos, então dá uma equilibrada, uma coisa às vezes mais barata aqui, outra coisa lá é mais caro, então controla. Mais ou menos igual” (E.28, L.62-63).</p>	<p>vontade de fornecer pra eles, mas nunca tive oportunidade. [...] por a gente ta participando do PAA o ano todo aí eu consigo ta produzindo bastante entendeu?! Pra ta oferecendo a eles e trazer pro PAA também” (E.9, L.82-92).</p> <p>“Só nas escolas né” (E.10, L.26)</p> <p>“Ah, até surgiu né, porque é uma entrega mais garantida aqui, uma coisa mais certa, mais certeza. [...] Aí nisso manteve, até diminuí, tinha uma quantidade que eu vendia, mas era informal, tinha semana que o cara pegava um pouco mais, às vezes pegava um pouco menos, era uma coisa mais irregular” (E. 13, L.81-88).</p> <p>“Na verdade nós começamos comprar outras verduras essas coisas no PAA, no começo foi no PAA, aí depois a escola” (E.16 L.57-58).</p> <p>“É porque a gente aumenta a produção e assim aumentando você tem possibilidade de agregar em outros lugares né, porque eu entregava de primeiro em dois restaurantes, agora já tô entregando em três. [...] É, e pretendo assim sucessivamente, conforme vai aumentando e eu vou me adaptando a grande produção eu vou aumentando os restaurantes” (E.25, L. 59-64).</p>
---	--	---

<p>34).</p> <p>“Uai porque é a forma da gente ter um dinheirinho a mais do que o café, porque o café do jeito que ta na situação do momento ele próprio não ta se mantendo” (E. 16, L. 73-74).</p> <p>“o café ta péssimo, o café ta péssimo, o café já me ajudou muito, mas agora ta péssimo o café. A verdura intercala, ajuda um pouco, já dá pra comprar uma coisinha, pagar uma faculdade do neto, ajudar, "vó tô precisando de um livro", "vó tô precisando disso", a gente ajuda” (E.21, L.41-44).</p> <p>“[...]esse dinheiro ajuda em muita coisa” (E.21, L. 77-78).</p> <p>“Ter uma fia formada não é fácil! Num pedaço de terra desse aí lá na roça, estudar uma pessoa é custoso, ainda tem o outro rapaizinho, é formado também, é técnico agrícola, já formou, vai estudar mais ano que vem, vai seguir o estudo, o que ajuda nós é isso aí, esse dinheiro é pra isso, ajudar a família” (E.23, L. 104-107).</p> <p>“A esposa pegou e pagou a formatura, pagou tudo e foi caro né. Foi pegado aqui o dinheiro” (E.23, L.120-121).</p> <p>“[...]o café é uma renda assim que você, ela não é que nem</p>		<p>[...] e no mercado você vê lá então, você leva uma quantidade e não tem certeza de venda, sobra, perde, então... a gente aumenta a plantação e aqui tem a venda garantida né” (E. 28, L.12-14).</p>
---	--	--

aqui que você entrega em janeiro, depois fevereiro, o ano inteiro, o café já é uma renda que vem numa hora só, que vai ser lá pra agosto, entendeu?! Então, creio eu que a renda principal é a verdura, né?!” (E. 27, L. 33-36).

“[...]o café é uma renda assim que você, ela não é que nem aqui que você entrega em janeiro, depois fevereiro, o ano inteiro, o café já é uma renda que vem numa hora só, que vai ser lá pra agosto, entendeu?! Então, creio eu que a renda principal é a verdura, né?!
(E.28, L.11-12).

“[...]é o dinheiro extra que entra, a gente trabalha o máximo numa coisa que... por exemplo, sai uma cota no valor de quatro mil reais, três mil reais, a gente conta com aquele dinheiro, a gente tem certeza que vai receber ele, é uma segurança muito grande” (E.29, L. 102-105).

Fortalecimento de circuitos locais de comercialização		
Relações de cooperação	Influência na produção de café	Valorização do “saber-fazer” próprio da agricultura familiar
<p>“Renda e socialmente Também né, perante a sociedade também né” (E.1, L.98).</p> <p>“Tipo você viu a mulher passando ali e pegando né, esses tempos atrás eu vinha aqui quando não tava pegando, eu vinha aqui trazia desse jeito pra doar pras entidades, eu fiz isso muitas vezes” (E.1, L.102-104).</p> <p>“[...] na prática também já tem muitas pessoas que entrega então pra você entrar e tomar freguês da pessoa eu não vou querer, eu planto mais é pra cá e entrego na merenda escolar também” (E.2, L.7-9).</p> <p>“[...]as pessoa que atende aqui melhorou muito entendeu, não, as outras ano passado era bão também, mas parece que o atendimento do João²⁹ ele é uma pessoa muito boa, compreende a gente, é uma pessoa boa de mexer” (E. 3, L.7-9).</p> <p>“[...] o agrônomo da EMATER de Elói Mendes insistiu sabe, eu não queria porque achava que não dava conta, e entrei e gostei” (E. 8,</p>	<p>“[...] a gente produz o café, que é o forte nosso, só que o café... o café ultimamente não ta cobrindo, atendendo as necessidades da gente né, então a gente se enquadra no programa e esse dinheiro que sai daqui ta sendo muito bem-vindo, nossa, fazendo a diferença!” (E.1, L. 21-26).</p> <p>“É porque o café virou bobagem. Eu não tô conseguindo nada, eu tô pagando pra mim produzir” (E.1, L. 51-52).</p> <p>“[...] o café do jeito que ta na situação do momento ele próprio não ta se mantendo” (E.16, L.73-74).</p> <p>“Ah por que ajuda bem né, pra nós lá na roça melhorou bem né, nossa ajuda! Porque só o café, o café é pouco. Igual eu produzo pouco café e o café ta ruim de preço, aí no caso o dinheiro do PAA dá pra ajudar né, nas despesas na hora de panhar o café, na hora de comprar o adubo” (E. 22, L.17-20).</p> <p>“Depois se sobra, os que sobra eu pego e gasto em muda de café, na horta” (E.22, L.87).</p>	<p>“[...] incentivar a gente a mexer, a ficar lá na roça mexendo com as verduras, com essas coisas. Ah tem muitas vantagens, é muito bom” (E. 5, L.73-74).</p> <p>“Pôr na mente aqui da nossa região produto sem veneno, sem agrotóxico, aqui não entra, o pessoal aqui não aceita isso, vai em capital pra você ver, fala que você produz lá, quando eu vou fora daqui que eu vou pra uma capital, que eu comento com um parente meu que mora, com um amigo, o povo fica tudo doido, quando vem amigo meu de fora pra cá... [...] Tem primo meu que vem de Campinas pra cá eles leva de saco, coisa que não perde eles leva de saco. [...] Sabe que não tem, dá valor, aqui não tem valor, o pessoal não dá valor não” (E. 13, L.119-128).</p> <p>“Por que eu vi os colega tinha entrado e dava uma graninha boa e comecei aumentar a produção lá e acabei e gostei, dá um dinheirinho né e é bão a muié gosta de mexer em horta coisa, ela começou a ajudar também, os filhos ajuda” (E.20, L.11-13).</p>

29

João é um nome fictício criado para preservar a identidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

<p>L. 12-13).</p> <p>“[...] acho que a gente estando participando, a gente vem aqui, a gente arruma muitos amigo, vê o jeito que funciona, às vezes a gente não ta fazendo a coisa certa, você vê do outro amigo que ta fazendo e a gente fala: eu não posso fazer isso, tenho que fazer daquele jeito. Acho que é bom, muita coisa” (E. 11, L.58-61).</p> <p>“Além disso, pra quantas pessoa, quanta gente que come essas coisas que a gente traz ne, que entrega aqui” (E. 11, L. 63-64).</p> <p>“EMATER que me chamou, EMATER falou: vai lá que o programa é bom, pra ajudar os agricultores tal” (E.13, L.13-14).</p> <p>“[...] eles pediram pra nós entra pra poder... porque tava faltando alimento né” (E.15, L. 12-13).</p> <p>“Ah assim, pra ajudar né [...] As entidades” (E. 18, L.8-14).</p> <p>“[...] agora tem que ter um agrônomo pra saber mais ou menos como é que, tem umas coisa assim que nós não sabia direito né” (E.22, L.8-9).</p> <p>“[...] por causa que ela entrou nessa feira lá tomou a freguesia de quem tava lá, aí começou a preocupar, pra</p>	<p>“[...] e quando sobra assim eu invisto um pouco no café. Café ta ruim” (E.25, L. 99-100).</p> <p>“[...] Consegui achar 100 reais em cada saca, dá 500 reais, ela sai por 140 pra mim! Tô pagando pra mim trabaiá! Quer dizer... é complicado” (E.29, L. 66-67).</p> <p>“[...] um pouco nas verduras de volta e um pouco no café! Tô tirando daí pra pôr no café você acredita??” (E.29, L. 109-112).</p>	<p>“Uai são várias vantagens, uma que eu te falei lá é o incentivo a família, a muié, os filho a produzir né, a aprender, porque eu sei mais ou menos como conduzir uma horta então eu passo pra eles, eles vão aprendendo” (E.20, L. 53-55).</p> <p>“E a questão é que nós somos da roça e é o que tem que fazer você entendeu, gente da roça tem que plantar, não tem muita outra coisa pra fazer. Igual vocês aqui da cidade tem que trabalhar numa empresa né,e na roça é isso, mexer com a horta, né” (E. 27, L. 61- 64).</p>
---	---	--

não ter pobrema que a pessoa é companheira, é vizinho, mesmo bairro, achamomió parar e vender nos bairros” (E.23, L. 19-21).

“[...] o pessoal tudo bom demais, eles agrada nós, nós agrada eles tudo, você viu hoje... a patroa fez até doce pra eles, ta no meio duma família, todo mundo” (E.23 L.91-92).

“[...] e assim você ajuda né as entidades, pessoas carentes” (E.25, L.79).

“Às vezes por exemplo assim a gente... ta vago o serviço da gente, a pessoa pede pra gente trocar um... por exemplo, eu ajudo ele um dia, aí o dia que eu precisar ele vai e ajuda eu. Eu ajudo 8 horas, você me ajuda 8 horas, então é como se... às vezes você ta com um serviço lá que precisa fazer e só ele não consegue, eu ajudo ele, o dia que eu preciso ele vai, é uma troca de dia” (E.29, L.37-41).

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, como voluntário(a) da pesquisa “Agricultura familiar, mercados e políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha”, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento.

Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

TÍTULO DA PESQUISA: Agricultura familiar, mercados e políticas públicas: o programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Evelyne Maria Totti Ribeiro

ENDEREÇO: Avenida Celina Ferreira Otoni, 4000 – Padre Vitor, Varginha/MG.

TELEFONE: (35) 8824-4029, (35) 9144-1511.

OBJETIVOS: Analisar como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA contribui para o fortalecimento das relações de mercado e para a inserção da agricultura familiar em diferentes redes de comercialização na microrregião de Varginha.

JUSTIFICATIVA: O Programa de Aquisição de Alimentos foi escolhido como objeto de estudo por representar uma ferramenta de combate à pobreza do campo que aquece mercados regionais compostos por agricultores familiares e, ao mesmo tempo, assegura alimentação de qualidade às populações vulneráveis doando os alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar para entidades sociais e estabelecimentos públicos.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Serão realizadas entrevistas com agricultores familiares ativos no Programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha. As entrevistas serão realizadas na sede do Programa de Aquisição de Alimentos – Rua Ribeiro Nogueira, 136, bairro Catanduvás, Varginha/MG – e poderão ser gravadas.

RISCOS E DESCONFORTOS: Risco mínimo. A realização das entrevistas com os agricultores no momento da entrega dos produtos pode, ocasionalmente, gerar atraso de alguns minutos na entrega.

Caso haja algum tipo de desconforto ou ansiedade ocasionada pelas perguntas do entrevistador, vale lembrar que a participação é voluntária, ou seja, o entrevistado tem o direito de não responder quaisquer perguntas que considere indevidas e/ou suspender o consentimento de participar da pesquisa durante a realização da entrevista.

BENEFÍCIOS: Colocar em debate a agricultura familiar evidenciando-a como importante fornecedora de alimentos ao mercado interno e responsável pela segurança alimentar e nutricional de muitos brasileiros.

Criar subsídios teóricos a fim de contribuir para o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Varginha e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto com sua participação. Você também não receberá nenhum pagamento com a sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, os dados não serão divulgados.

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Eu, _____, declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) **Evelyne Maria Totti Ribeiro** dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa.

Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Poderei consultar o pesquisador responsável (acima identificado) ou o Comitê de Ética e Pesquisa – UNIFAL-MG, com endereço na Universidade Federal de Alfenas, Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, CEP 37.130-000. Fone: (35) 3299-1318, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo.

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados.

LOCAL DE DATA: Varginha, _____, de _____ de _____.

Nome por extenso

Assinatura